

Frank M. Boyd

Comentário Bíblico

Gálatas, Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Hebreus

Frank M. Boyd

Comentário Bíblico

Gálatas, Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Hebreus



Todos os Direitos Reservados. Copyright © 1996 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembléias de Deus.

Tradução: Lawrence Olson
Capa: Jayme de Paula Prado

225.7 - Comentário do Novo Testamento
Boyd, Frank M.
BOYc Comentário Bíblico.../Frank M. Boyd
1 ed. - Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996.
p. 176. cm. 14x21

ISBN 85-263-0066-0

1. Comentário 2. Gálatas 3. Filipenses 4. 1 e 2 Tessalonicenses 5. Hebreus

CDD
225.7 - Comentário do Novo Testamento
227.4 - Gálatas
227.6 - Filipenses
227.81 - 1 e 2 Tessalonicenses
227.87 - Hebreus

Casa Publicadora das Assembléias de Deus
Caixa Postal 331
20001-970, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

1ª Edição/1996

Índice

Apresentação 5
1 Gálatas, entre a Lei e a Graça 11
2 Filipenses, a Alegria e a Voluntariedade 51
3 Tessalonicenses, o Exemplo na Fé 79
4 Hebreus, Entendendo o Antigo Testamento 109

Apresentação

As epístolas paulinas são, e cremos que nisso todos concordam, um tesouro de inestimável valor tanto no que respeita à teologia e ao tratamento enérgico que lhe dá o apóstolo, como ao testemunho vibrante dum homem cuja vida e ministério foram e continuam sendo um exemplo a ser imitado (1 Co 4.16). Neste compêndio selecionamos cinco delas, que por suas características tanto diversas quanto complementares constituem uma amostra de inegável amplitude: Gálatas, Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Hebreus, sendo a autoria paulina desta última apenas presumida.

O presente comentário é creditado ao pastor e escritor americano Frank M. Boyd, traduzido pelo missionário N. Lawrence Olson. Quanto à forma, poderíamos dizer que assume um aspecto interpretativo, capítulo a capítulo, sendo originalmente usado para fins de ensino teológico no IBP (Instituto Bíblico Pentecostal), no Rio de Janeiro.

Nas epístolas aqui inclusas o leitor terá à disposição doutrinas bíblicas como a justificação pela fé, a superioridade de Cristo em relação aos profetas, aos anjos, a Moisés, e os sacrifícios (tipos e antítipos), além de implicações como, por exemplo, as decorrentes do título atribuído ao Senhor Jesus de Eterno e Sumo Sacerdote da nossa confissão. Por sua ênfase didática, este compêndio mostra-se especialmente apropriado aos seminários teológicos e institutos bíblicos em geral, além, é claro, de facultar a todo cristão sincero a substância teológico-doutrinária necessária a uma vida frutífera, equilibrada e eterna em sua perspectiva.

Introdução ao Estudo das Epístolas

As epístolas são uma forma literária com características muito especiais, cuja reunião constitui uma divisão particular e distinta das Escrituras:

1. quanto à forma, seguem o estilo das cartas (do latim, *epistola*: "carta");

2. propiciam uma visão restrospectiva da redenção consumada na cruz;

3. não visam particularmente nem aos judeus, nem aos gentios, mas a um novo agrupamento humano constituído por cristãos de todas as nações.

Esse novo agrupamento permaneceu muito tempo como um segredo divino, até que veio a ser revelado na Igreja. Segundo Scofield, a expressão "oculto em Deus", em Efésios 3.9, representa não apenas um intervalo de tempo entre a crucificação e a ressurreição de Cristo e seu retorno em glória (que segundo o citado autor se define como a dispensação da Igreja), como à própria *eklesia*, a Igreja, que foi conservada como um mistério no coração de Deus até a hora de sua gloriosa manifestação como a esposa amada do Cordeiro.

Aproximando-se o término de seu ministério terreno, Jesus revelou este propósito (Mt 16.18). Contudo, Ele apenas lançou o fundamento da Igreja; não explicou o modo, o tempo ou o propósito de instituir a Igreja. Tampouco esclareceu qual seria o relacionamento desse povo emergente, adotado e feito participante das promessas até então exclusivas de Israel. Em outras palavras, qual seria o posicionamento da assim chamada Igreja frente às promessas contidas nos pactos até então vigentes?

A essência de tudo quanto se esclarece nas epístolas acha-se nos ensinos do Senhor. Elas não os ignoram, antes os tornam aplicáveis a situações concretas do viver eclesiástico. O Senhor Jesus, tendo isso em vista, afirmou posteriormente o papel imprescindível do Consolador vindouro na condução e edificação da Igreja em toda a verdade (Jo 14.25,26; 16.12-15). E esse gracioso Espírito Santo, operando sobre e por meio dos corações e mentes de pessoas divinamente escolhidas, é que nos revela o significado da cruz, gerando de forma sobrenatural o arcabouço doutrinário que se vê de modo majestoso e abundante nas epístolas. Desse modo, o Professor divinamente concedido, o Consolador que havia de vir, pôde esclarecer a posição, as relações, os privilégios e os deveres da Igreja – esta a consubstanciação visível e gloriosa tanto do poder como da sabedoria de Deus. O Espírito supriu o que o Senhor não explicara ("Ainda tenho muito para vos dizer" – Jo 16.12), comunicando-o em tempo oportuno, pelos canais determinados por Deus, inclusive porque naquela época os discípulos não estavam preparados para entender.

1. Os Autores

Vários são "os homens santos de Deus" que escreveram inspirados pelo Espírito Santo, sendo *Paulo* o principal autor das epístolas que compõem o cânon sagrado.

Sua erudição, tanto na cultura judaica como na grega (estudou aos pés de Gamaliel, um rabino eminente; cf. Fp 3.4-6 e At 17.28), seu nascimento fora da Palestina e seu flagrante zelo religioso tornaram-no um instrumento capaz não apenas de ministrar aos judeus, reacendendo-lhes a esperança messiânica, como aos gentios, implantando-lhes o dom da graça da vida. A ambos os povos, acenou-lhes com a ressurreição de Cristo – as primícias dos que dormem.

A chamada de Paulo foi uma obra em tudo sobrenatural (At 9.1-19), sendo pessoalmente instruído pelo Senhor (2 Co 12.1-4; Gl 1.15–2.6; Ef 3.2-4). Não recebeu, a princípio, o conhecimento da verdade da boca dos demais apóstolos, ouvindo-lhes a pregação – aliás, ele os ouvia e nem por isso cessou de perseguir os cristãos. Também a tradição, segundo a Torá dos judeus, em nada fê-lo mudar de opinião e postura. Foi na solitária Arábia que recebeu por revelação as verdades que constituem seu repertório (1 Co 11.23; Gl 1.11-17; 1 Ts 4.15). Aqueles dois anos de silêncio marcados por sua prisão em Cesaréia, entre sua captura no Templo em Jerusalém e a deportação para Roma, deram-lhe oportunidade de manter íntima comunhão com Senhor e receber dEle a revelação de muitas verdades que se têm comprovado imprescindíveis à Igreja.

Tiago, chamado "o irmão do Senhor", é tradicionalmente considerado o autor da epístola que leva o seu nome. A ele Pedro enviou a mensagem de sua libertação da prisão (At 12.17), e é também o apóstolo que presidiu o primeiro concílio da Igreja, em Jerusalém (At 15.13), tendo sido mencionado por Paulo (Gl 1.19) como "coluna" da Igreja (Gl 2.9), ao lado de Pedro e João.

Pedro, que ficou bem conhecido por sua impetuosidade e o episódio da negação, entre outros, é um testemunho contundente da "multiforme graça de Deus" (1 Pe

4.10), capaz de aproveitar ainda o mais volúvel dos homens, constituindo-o "coluna" firme e inabalável. Ele é o autor das 1ª e 2ª Epístolas de Pedro.

João, o autor das três epístolas de João, era um pescador, filho de Zebedeu e irmão de Tiago, que veio a tornar-se discípulo do Senhor. Seu nome aparece freqüentemente ao lado do irmão. Ele e Pedro tornaram-se amigos íntimos de nosso Senhor (cf. Mt 17.1; Mc 5.37; 9.2). Este é o terceiro apóstolo de quem Paulo testifica que "eram reputados como coluna" (cf. Gl 2.9).

2. Os Temas

Os grandes temas das epístolas são:

• A salvação por meio de Cristo, mediante a fé (supondo-se o arrependimento de acordo com At 2.38 e 20.21), baseada na expiação, sob o princípio da graça;

• A Igreja como o corpo vivo do Cristo ressuscitado e glorificado, sendo, portanto, distinta (no sentido dispensacional – quanto à posição e ao privilégio presente) tanto dos salvos de séculos passados como também dos salvos de épocas e séculos futuros. Todos os redimidos desde o início da raça humana, que foram "justificados pela fé", sentar-se-ão com Abraão, Isaque e Jacó no Reino dos Céus (cf. Mt 8.11; Hb 11.40).

• O Espírito Santo e seus vários ofícios e ministérios em relação ao Corpo de Cristo, coletivamente, e às várias igrejas locais.

• O andar, o serviço e o destino eterno dos cristãos.

• A harmonização da Nova Aliança com as promessas à nação de Israel.

• As palavras proféticas, abrangendo tanto o curso como o fim da época presente, a segunda vinda de Cristo etc.

A propósito, esta parte das Escrituras contém muita matéria biográfica que não deixa de ser interessante,

instrutiva e tocante. De fato, a verdade muitas vezes é revelada através da experiência humana em vez de dogmas (cf. Scofield, na referência à "capa" de Paulo – ele com certeza estava passando frio, 2 Tm 4.13).

3. A Ordem Cronológica das Epístolas Paulinas

Crê-se que a ordem cronológica das epístolas de Paulo seja a seguinte:

1) 1 Tessalonicenses
2) 2 Tessalonicenses
3) 1 Coríntios
4) 2 Coríntios
5) Gálatas*
6) Romanos
7) Filemom
8) Colossenses
9) Efésios
10) Filipenses
11) 1 Timóteo
12) Tito
13) 2 Timóteo
14) Hebreus**

*Muitos eruditos acreditam que a Epístola aos Gálatas foi escrita na véspera do Concílio de Jerusalém. Neste caso, essa epístola seria a primeira, em lugar de 1 Tessalonicenses.

**A Epístola aos Hebreus, cuja autoria paulina é apenas presumida – aliás, pairam sérias dúvidas quanto a quem teria sido de fato seu autor –, geralmente é posta em último lugar, na ordem cronológica.

1
Gálatas, entre a Lei e a Graça

I - Introdução

1. Dados históricos

O entendimento de todas as circunstâncias relativas à origem da epístola e identificação precisa dos destinatários logo de início levanta dificuldades as mais variadas nos aspectos histórico, nacional, lingüístico e cultural. Durante muitos anos, eruditos como o bispo J. B. Lightfoot e o Dr. John Peter Lange eram de opinião que as igrejas da Galácia, às quais se dirigiu Paulo, ficavam ao norte da província romana de mesmo nome localizada na região Nor-nordeste da Ásia Menor.

O povo que habitava essa região descendia dos bárbaros – gauleses e celtas – que invadiram a Macedônia e a Grécia, nos anos 278–277 a.C., e finalmente cruzaram o estreito dos Dardanelos, ocupando a Ásia Menor. Depois do ano 232 a.C., as fronteiras da região ocupada por este povo se definiram, recebendo o nome de *Galácia*. Este país setentrional passou, posteriormente, a fazer parte da extensa província romana da Galácia – incluindo um

território mais vasto que se estendia bem mais ao sul. Havia nele várias cidades, entre elas Pessimo, Tavia e Ancira (hoje Ancara, capital da Turquia).

Segundo o livro de Atos, foi somente em sua terceira viagem missionária que o apóstolo Paulo finalmente chegou àquelas regiões do Norte (At 16.6; 18.23). O livro de Atos (18.23), porém, não fala muito sobre o ministério de Paulo nessa província, dando conta apenas de que ele por ali passara, "confirmando a todos os discípulos".

Não obstante (e pelo próprio fato de Paulo "confirmar" os discípulos), tudo indica que o Evangelho havia penetrado aquela região numa ocasião anterior. É digno de nota que quase todos os eruditos opinam que Paulo passou pela província da Galácia por ocasião de sua primeira viagem, quando visitou as cidades de Antioquia, Icônio, Listra e Derbe (At 13.14–14.23; cf. Henry Thiessen, *Introdução ao Novo Testamento).* As viagens e estudos de Sir William M. Ramsay, reconhecida autoridade quanto ao livro de Atos, confirma a declaração supracitada. Transcrevemos a seguir várias perguntas que o Doutor Thiessen propõe, e cujas respostas apóiam categoricamente o ponto de vista de que *a Epístola aos Gálatas foi escrita às igrejas do Sul da Galácia.*

"Não nos parece estranho que Lucas fale tanto da fundação de igrejas na região Sul da Galácia (At 13.14-14.23) e Paulo não diga nada sobre isso? Não nos parece estranho também Paulo ter escrito uma carta de tanta responsabilidade às igrejas do Norte da Galácia, cuja fundação é praticamente omitida por Lucas? Não nos parece estranho ainda terem os judaizantes (discutiremos este termo mais adiante, mas a princípio estamos nos referindo aos judeus legalistas que se opunham tenazmente à mensagem da graça consubstanciada na teologia paulina), procedentes da Palestina, ultrapassado as mais importantes cidades do Sul da Galácia, como Icônio e

Antioquia, onde havia tantos judeus e sem dúvida alguns judeus cristãos, dirigindo-se àquela remota região para causar perturbações?" (Thiessen, *Introdução ao Novo Testamento*).

2. Destinatários, local e data

A epístola não é dirigida a uma determinada igreja local, nem às igrejas duma certa cidade, mas às igrejas da província romana da Galácia (Gl 1.2). Os eruditos no estudo das Sagradas Escrituras não são unânimes quanto ao lugar e data em que foi escrita, mas o Dr. Thiessen apresenta algumas razões lógicas que nos fazem supor ter sido escrita na Macedônia ou na Grécia (provavelmente em Corinto), cerca de 55 ou 56 d.C.

3. Circunstância

A própria carta dá pistas sobre a circunstância em que foi escrita, levando-nos a um retrospecto sobre a época do concílio da Igreja mencionado no capítulo 15 de Atos dos Apóstolos (leia cuidadosamente At 15.1-31). Tratava-se na ocasião de uma conferência de extraordinária importância, durante a qual ficou estabelecido que os gentios não estavam sujeitos à observância da Lei: circuncisão, guarda de certos dias, proibição de comidas e outros assuntos (Gl 2.1-5) que nada tinham a ver com a salvação – esta é "pela graça... pela fé".

No entanto, durante a ausência de Paulo no Sul da Galácia, certos mestres judeus procedentes da Palestina (cf. At 15.1-5) chegaram à região, opondo-se violentamente a Paulo e seus ensinos. "Não sabemos quanto tempo transcorreu desde que Paulo visitara pela última vez a Galácia até a vinda dos judaizantes, tampouco o tempo que Paulo levou para tomar conhecimento da deserção ocorrida nas igrejas da Galácia" (Thiessen). Não

obstante, podemos dizer que a vinda desses judeus legalistas e fomentadores de contendas acabou se tornando um problema persistente e de difícil solução. Tanto a Epístola aos Coríntios como a que foi dirigida aos romanos revelam a presença desse grupo em tudo prejudicial e nocivo.

Esses mestres judaizantes seguiam os passos de Paulo por toda parte, procurando minar a pregação desimpedida do Evangelho, que se baseava na graça de Deus. A fim de conseguir seus propósitos, em primeiro lugar tentaram sabotar a autoridade apostólica de Paulo. Entre outras coisas, trataram de introduzir a idéia de que a circuncisão e outras observâncias mosaicas eram requisitos essenciais à salvação.

É evidente que muitos haviam caído no erro de suplementar a fé com obras (Gl 1.6-9; 3.3; 4.9-11; 5.3). Uma vez contestada a sua posição de apóstolo, Paulo escreve aos gálatas com o objetivo de defender-se e restaurá-los à fé. A epístola constitui uma hábil exposição da doutrina da justificação pela fé, independente das obras da Lei.

4. Temas

A epístola divide-se em três partes principais:

A. *Pessoal* – 1.6-2.21. Paulo defende sua autoridade apostólica.

B. *Doutrinária* – Capítulos 3 e 4. Exposição da doutrina da justificação pela fé.

C. *Prática* – 5.1-6.10. Aplicação dessa doutrina na vida cotidiana do cristão.

5. Conteúdo geral

Paulo recebeu as doutrinas distintivas da graça, que ele denomina "meu Evangelho", por revelação divina direta e não pela tradição dos apóstolos, companheiros

de Cristo durante sua humilhação. A mensagem de Paulo não é apenas um eco, ainda que em tudo fiel aos ensinos do divino Mestre enquanto esteve na Terra... O Evangelho que Paulo anuncia deriva sua autoridade do Cristo ressurreto, e é por excelência o Evangelho do Senhor ressuscitado.

Portanto, a severidade da Epístola aos Gálatas não é a do polemista acalorado que se nutre da controvérsia. Paulo apenas realça o solene juízo de Cristo contra aqueles que pervertiam seu Evangelho – este o único meio de salvação para os perdidos. A paciência de Deus tolera muitos erros, mas o que ocorria na Galácia equivalia à destruição do Evangelho, coisa intolerável a seus olhos. "'Seja anátema' constitui a sentença necessária do amor sobre qualquer um – fosse Paulo, fosse um anjo – que pregasse outro evangelho" (Scofield).

II - Análise da Epístola

1. Saudação (1.1-5)

"Os dois temas da epístola (a defesa da autoridade própria do apóstolo e a conservação da doutrina da graça) fundem-se, por assim dizer, na saudação de abertura. Ao destacar seu título de apóstolo, afirmando que havia sido comissionado diretamente por Deus (v. 1), Paulo enfrenta ataques pessoais dos seus oponentes. Ao referir-se à obra da redenção relacionada com obra de Cristo (v. 4), ele protesta contra os erros doutrinários dos seus opositores" (Lightfoot).

"Paulo, apóstolo (não da parte *dos* homens, nem *por* homem algum...)" (v. 1).

A preposição *de* [dos] denota a fonte ou origem de sua autoridade apostólica. Ele queria dizer com isso que sua autoridade não procedia do ser humano. A preposição *por*

denota o meio pelo qual sua autoridade apostólica lhe foi outorgada e que também não se derivava do homem. Em primeiro lugar, Paulo faz *distinção* entre ele próprio e os falsos apóstolos – que não foram comissionados por Deus – e também se coloca no mesmo nível dos doze que foram diretamente investidos de autoridade por Deus. Paulo evidentemente se refere aos acontecimentos relativos à sua conversão no caminho de Damasco, quando lhe foi conferido o título apostólico, por assim dizer, pelo próprio Cristo ressurreto e glorificado. Desta maneira, trata-se dum *apóstolo no sentido pleno da palavra*; uma testemunha habilitada da ressurreição e ao mesmo tempo um exemplo vivo do poder salvador de Jesus.

A expressão "e todos os irmãos que estão comigo" refere-se por certo a seus colaboradores, tais como *Timóteo*, *Erasto* e *Tito*, ou à *comunidade de cristãos* residentes no mesmo local que ele. A última referência poderia indicar "o desejo do apóstolo de que a simples menção de *todos os irmãos* se constituísse numa tácita ratificação dos seus ensinos" (Lightfoot).

Logo se segue a costumeira saudação (v. 3), declarando-se a verdadeira base aceita por Deus (v. 4), da qual os gálatas haviam sido tão rapidamente afastados. Não foi senão conforme a vontade de Deus, a quem se atribui toda a glória pelos séculos sem fim (v. 5), que Cristo nos livrou da tirania do presente mundo com todos seus males e misérias.

Compare, a título de ilustração, a aspereza da saudação inicial aos gálatas, com o fervor e a satisfação que transparecem na saudação dirigida aos filipenses. Na saudação aos gálatas, Paulo não os elogia por sua fé, porque o apóstolo parece estar desejoso de finalizar rapidamente as palavras de introdução, com o objetivo de chegar ao âmago de sua mensagem – iniciada a rigor a partir do versículo 6.

2. O tema (1.6-9)

Incluímos aqui a paráfrase do Dr. J. B. Lightfoot sobre os versículos 6-9, que diz: "Maravilho-me de que em tão pouco tempo já estais prontos para *vos apartardes de Deus*, que vos chamou; que atueis com tanta temeridade ao abandonar a Dispensação da Graça por um evangelho diferente". (*Nota:* Por "dispensação" se pretende dizer um período de tempo durante o qual se põe à prova o homem quanto à obediência a certa revelação específica da vontade de Deus.) "Um evangelho diferente? Não! Não há outro! *Não pode haver dois evangelhos.* A verdade é que tão somente alguns homens têm tentado debilitar vossa lealdade e perverter o Evangelho de Cristo. Trata-se dum intento vão, porque *o evangelho pervertido já não é evangelho.* A verdade é que mesmo se nós próprios ou um anjo do céu (se tal coisa fosse possível) lhes pregar outro evangelho além do que temos pregado até agora, considere-o maldito. Já o afirmei e volto a repeti-lo: *Se qualquer outra criatura lhes pregar outro evangelho além daquele que nós lhes ensinamos, seja anátema*".

A palavra grega traduzida por "passásseis" (v. 6), na Almeida Corrigida, ou "estejais passando", na versão atualizada, originalmente se encontra no tempo presente, indicando que o afastamento dos gálatas era um processo em curso, em relação ao qual Paulo está esperançoso de poder detê-lo. Assim, nessa parte introdutória, o apóstolo ataca severamente aqueles que, se aproveitando da ocasião, procuravam minar a confiança dos gálatas no verdadeiro Evangelho. O que pretendiam era fazê-los seguir um outro evangelho, em tudo distinto do anterior.

O *resultado* é que os gálatas *se deixaram afastar do reino da graça.* Sem dúvida, ainda se chamavam cristãos, assistiam aos cultos, não haviam caído em imoralidade, mas *se esqueceram do evangelho da graça de Deus.*

Quando ao Evangelho se acrescenta o mérito humano, em menor ou maior grau, a graça automaticamente é excluída e ele deixa de ser Evangelho.

3. A vindicação da autoridade de Paulo e do evangelho que pregava (1.10–2.14)

O tipo de judaísmo que infeccionava as igrejas da Galácia era de natureza virulenta, equivalendo à *completa submissão a toda a lei cerimonial* (cf. Gl 4.10; 5.2,11; 6.12,13). Essa posição adotada pelos inovadores judaizantes só poderia ser mantida se conseguissem impugnar a integridade e a posição apostólica de Paulo. Sobre este assunto, diz Lightfoot: "Faziam de Paulo um falso apóstolo. Segundo seus opositores, visto que ele não fora um dos discípulos do Senhor, o conhecimento que obtivera do Evangelho era de segunda mão. Cabia, portanto, à igreja-mãe em Jerusalém, solucionar todas as questões, caindo essa incumbência principalmente nos ombros dos apóstolos da circuncisão, também chamados de colunas da igreja: *Tiago* (o principal líder em Jerusalém, por ser irmão do Senhor), *Pedro* (que recebera uma comissão especial do Mestre) e *João* (o mais íntimo amigo pessoal de Jesus)".

Paulo prossegue destruindo a base de toda insinuação e ataque à sua pessoa:

3.1. Afirma não se tratar de uma *busca por popularidade*, pois se assim fora não estaria servindo a Cristo. Sua posição significava um sacrifício por motivo de consciência (1.10).

3.2. O evangelho da graça que pregava lhe fora comunicado por revelação direta (vv. 11,12). O evangelho de Paulo não é, no seu sentido mais amplo, de origem humana – não lhe fora comunicado pelo homem e deste também não procedera sua instrução quanto à mensagem ou aos princípios. Ele recebera tudo por revelação direta do Senhor Jesus Cristo.

3.3. O judaísmo não era desconhecido de Paulo (vv. 13.14; Fp 3.4-6). Sua pregação do Evangelho, entretanto, era bem diferente da pregação religiosa a que se dedicara antes, como jovem fariseu, instruído pelo maior rabino de seu tempo, Gamaliel (At 22.3). Paulo era, portanto, um membro do Sinédrio de muita influência no concílio supremo dos judeus, chegando ao ponto de comandar ações hostis e perseguir com violência a insurgente "nova seita" definida como *cristianismo*.

O que se descobre, assim, é que Paulo era um conhecedor esmerado do judaísmo, deixando-o apenas porque descobrira algo melhor. Estava convicto de que o ritualismo dos fariseus não podia, de modo algum, ser compatível com a graça de Deus.

3.4. Seu ministério não dependia em nada da autoridade humana (1.15; 2.14).

• Sua conversão, por volta do ano 37, constituía uma prova insuspeitável da graça de Deus pela qual fora antecipada e soberanamente predestinado (v. 15). Depois que Cristo se revelou a ele de forma visível no caminho de Damasco, Paulo tornou-se um exemplo vivo do poder transformador de Deus para os gentios aos quais pregava. (v. 16). Uma vez chamado, não consultou homem algum, nem tampouco foi logo a Jerusalém visitar os apóstolos (atitude que seria a mais previsível). Pelo contrário, retirou-se para um lugar solitário da Arábia, de onde retornou mais tarde à cidade de Damasco (vv. 16,17).

• Nada se sabe em definitivo a respeito dessa misteriosa viagem do apóstolo à Arábia. O nome Arábia tem um significado muito abrangente, podendo representar uma série de lugares. O bispo Lightfoot propõe algumas conjecturas interessantes, que esclarecem o ministério da graça, à qual se dedicava o apóstolo, e também a maneira como ele refutava por completo as obras da Lei.

Opina o bispo que Paulo foi ao deserto do Sinai, onde a Lei, o ministério da morte, fora dada (4.25), e nesses arredores, na presença dos ismaelitas descendentes de Agar, a escrava, observou o verdadeiro significado da Lei – opinião também defendida pelo Dr. Lange: "Nessa desolada e inóspita região, na qual foi promulgada a Lei, Paulo encontrou um tipo ou figura muito acertada da completa desolação que a Lei criou e que só podia criar na alma do homem". A história de Elias é um exemplo (1 Rs 19.8-18).

• Paulo pregara durante três anos antes de ver qualquer apóstolo. Depois viu somente a Pedro e Tiago (vv. 18,19). Ignoramos quanto tempo teria permanecido na Arábia, mas sabemos que retornou a Damasco e três anos depois visitou Jerusalém. Aqui, encontramos novamente uma prova de sua completa independência dos apóstolos. Sua permanência com Pedro foi somente "por quinze dias".

• Logo se dirigiu ao Norte, para a Síria e Cilícia, sem haver sido apresentado às igrejas da Judéia, as quais sabiam de sua conversão pelas notícias recebidas (vv. 20-24).

• Catorze anos mais tarde (a contar provavelmente da data de sua conversão), dirigiu-se novamente à cidade de Jerusalém, em obediência a uma ordem direta de Deus (2.1,2). "Paulo demonstrava, até este ponto, como fora independente dos doze apóstolos durante os primeiros catorze anos de sua vida cristã. E prosseguia, a partir daí, demonstrando como permanecera independente deles em Jerusalém na época de sua visita a essa cidade" (Dr. Kenneth S. Wuest, *Galatians in the Greek New Testament* – "Gálatas no Novo Testamento Grego").

• Paulo viajou acompanhado de Barnabé e Tito, um cristão gentio (2.1-3). Talvez tenha levado Tito como "pedra de toque", para determinar que atitude tomariam

os judeus cristãos de Jerusalém com respeito à controvérsia da circuncisão. Em Jerusalém, Paulo revelou os princípios do evangelho que pregava. Durante uma conferência privada, afirmou sua posição perante os líderes da circuncisão, com o objetivo de resguardar sua obra, tanto passada como presente, da oposição e dos mal-entendidos.

• Os dirigentes judeus cristãos da cidade de Jerusalém não insistiram na circuncisão de Tito, mas "falsos irmãos", espias traidores inspirados por um zelo hipócrita, queriam impô-la a todo custo. Claro que Paulo não cedeu à pressão, nem por um momento, pois seu firme propósito era que os princípios do Evangelho fossem preservados (vv. 4,5).

• Essas pessoas proeminentes da igreja em Jerusalém nada lhe ensinaram que já não soubesse. Quando compreenderam que o ministério especial do apóstolo se destinava aos gentios (At 9.15; 22.21), tanto quanto o de Pedro aos judeus, não vacilaram em dar, com a colaboração de Pedro, Tiago e João, as boas-vindas a Paulo e Barnabé na qualidade de co-obreiros, trocando votos de amizade sem abrigar dúvidas quanto à autoridade de Paulo (vv. 6-9). Apenas lhe solicitaram que continuasse provendo as necessidades dos irmãos pobres da Judéia, com o que Paulo concordou plenamente (v. 10).

• Apesar de os judaizantes fazerem de tudo para ter a seu favor a autoridade de Pedro, o mesmo não reclamou para si nenhuma primazia, nem quando Paulo o censurou pela incoerência demonstrada em Antioquia. Em Jerusalém, Paulo se manteve independente e numa posição de igualdade aos demais apóstolos. Em Antioquia, não vacilou em refutar a Pedro na cara (e não por detrás) por sua conduta oportunista. Pedro comia em companhia dos gentios, mas quando vieram certos judeus da parte de Tiago, Pedro timidamente se apartou dos gentios. Aparentemen-

te. tinha medo de enfrentar o descontentamento dos judeus convertidos. Esta conduta hipócrita acabou influenciando outros, de maneira que até Barnabé, companheiro de Paulo em seu trabalho missionário, abalou-se pela conduta de Pedro (2.11-14). Então Paulo, diante de todos, dirigiu-se a Pedro com as palavras que encontramos em Gálatas 2.14-21.

III - Justificação pela Fé (2.14-21)

Nesta seção, as palavras de Paulo se apresentam algumas vezes parafraseadas com o objetivo de apresentar o argumento da justificação pela fé. Assim, inserimos aqui uma paráfrase dos versículos 2.14-21 do bispo Lightfoot e do Dr. A. S. Way, com o propósito de esclarecer o sentido preciso do texto. Leia-os (paráfrase e texto bíblico) em conjunto, comparando-os sempre que necessário:

"Tu mesmo, ainda que nascido e educado como judeu, pões de lado os costumes judaicos e vives como os gentios. Com que pretexto obrigas os gentios a adotarem as instituições dos judeus? Considera o nosso caso (v. 14). Nascemos com todos os privilégios da raça israelita: não somos 'pecadores', como denominamos, cheios de orgulho, os gentios. Que diremos então? (v. 15). Vemos que a observância da Lei não justifica ninguém e que a fé em Jesus Cristo é o único meio de justificação. Por isso é que abandonamos o judaísmo para crer em Cristo. Dessa maneira, nossa profissão de fé em si mesma constitui um reconhecimento do fato de que tais observâncias são inúteis e vãs, porque, como declara a Escritura, nenhuma carne pode justificar-se pelas obras da Lei (v. 16).

"Mas se nós mesmos (como implica a tua nova atitude), ainda que buscando a justiça somente por meio da união com Cristo, temos caído no pecaminoso estado de meros gentios, como te atreves a aceitar a conclusão

lógica de que Cristo não é suficiente para salvar do pecado? Fora com tal conclusão! (v. 17). Mas agora, se depois de derribares uma estrutura (como feito com a Lei), começas a edificá-la outra vez (como estás fazendo pela presente ação), és culpável quanto ao primeiro ato, isto é, a transgressão da Lei.

"Por outro lado, ao abandonarmos a Lei, não fizemos outra coisa senão seguir as tendências da própria Lei. Somente morrendo para a Lei poderíamos viver para Deus (v. 19). Com Cristo, fui crucificado tanto para a Lei como para o pecado. Portanto, vivo uma nova vida não eu, mas Cristo, que vive em mim. Esta nova vida não consiste num conjunto de ordenanças carnais, sendo antes espiritual, e seu princípio dinâmico é a fé no Filho de Deus, que manifestou seu amor por mim, morrendo em meu lugar (v. 20). Portanto, não posso desprezar a graça de Deus. Não posso desfazer a morte de Cristo, apegando-me a uma justificação baseada na Lei (v. 21)".

Claro está que as palavras de Paulo a Pedro se estendem da última cláusula do versículo 14 ao versículo 21. A simples censura expressa no versículo 14 não explica a grave natureza das dificuldades enfrentadas pelo Evangelho em Antioquia. Também constituiria um extrato demasiado breve das palavras de Paulo a Pedro, se é que seu autor pretendia demonstrar aos gálatas as razões reais de sua controvérsia com Pedro. Por outro lado, somente em Gálatas 3.1 há uma mudança clara de vocativo, quando Paulo se refere diretamente aos gálatas, clamando: "Ó insensatos gálatas" (Wuest, *ibidem*).

1. Paulo resiste a Pedro, em defesa da graça (2.14-18)

Nestes versículos, Paulo argumenta que se os judeus retornassem (como Pedro o fizera) à regulamentação judaica acerca dos alimentos a fim de serem aceitos por

Deus, estariam negando o perfeito e exclusivo critério da justificação pela fé.

Depois de tudo o que acontecera a Pedro na casa de Cornélio, inclusive a visão de um grande lençol cheio de animais imundos (cf. At 10), os preconceitos do citado apóstolo deveriam ter acabado – ele não demonstrara isso cabalmente em Antioquia, mantendo livre e aberto convívio com eles? Não estava Pedro seguro do que fazia? Foi somente quando certos judeus cristãos de idéias estreitas vieram de Jerusalém que Pedro se tornou repreensível, contemporizando com eles – talvez temendo suas críticas ou o ostracismo. Era o velho Pedro volúvel de outrora! E Deus não o deixou sem a justa repreensão.

Sua maneira anterior de viver, em nada se valendo da Lei para molestar os gentios, obedecia à revelação de Cristo (At 10.28), demonstrando de forma concludente que tanto os judeus como os gentios estavam isentos do cumprimento ritualístico da Lei. Mas, agora, sua mudança de atitude indicava esperar que os gentios cumprissem as cerimônias da lei mosaica (v. 14) – na visão de Paulo esta era a mais absurda das proposições. Paulo até entendia, mas não concordava e nem podia acobertar tal dissimulação. Num certo sentido, era aos judeus inconcebível que, tendo mantido no passado um pacto privilegiado com Jeová, pela observância da Lei de Moisés, fossem colocados agora por Deus no mesmo nível dos gentios, a quem outrora haviam considerado pagãos e pecadores (vv. 15,16). Paulo era judeu e não ignorava este sentimento, mas sua convivência com o Senhor o fez ver além das fronteiras.

A mudança na atitude de Pedro implicava em considerar como pecado o comer com os gentios, não obstante o Senhor ter colocado a todos sob a Nova Aliança, em pé de igualdade. Com sua atitude, Pedro estava contradizendo a Cristo, uma vez que fora o Senhor quem lhe ordena-

ra não considerar imundos aqueles a quem Deus santificara. Se a Lei devia ser guardada, então Cristo se fizera "ministro do pecado" já que Ele é quem levara Pedro a transgredi-la (v. 17). Ora, isso é algo completamente fora de sentido, irracional mesmo, reflete Paulo. Além do mais, retornando à Lei, Pedro constituía a si mesmo como transgressor, atribuindo valor a algo que ele mesmo anteriormente rejeitara (v. 18).

2. Morto para a Lei, vivo para Deus (vv. 19,20)

A Lei revela o pecado. Mas de certa maneira o promove, pois "o pecado não é imputado não havendo lei" (Rm 5.13). Dessa maneira, a Lei é a força do pecado (1 Co 15.56). Ela torna evidente o pecado, mas não provê remédio para o pecador, antes o condena, visto que ninguém há capaz de lhe cumprir as exigências. A Lei, portanto, exerce um duplo poder sobre aqueles que estão sujeitos a ela: constitui pecadores a todos os que estão sob seu tacão e depois os castiga por serem pecadores. Como escapar? Não há outra alternativa senão morrer para a Lei, dependendo inteiramente da graça (cf. 1 Pe 1.13) a fim de viver para Deus (v. 19).

"Estou crucificado com Cristo" (v. 20). Aqui, a metáfora da morte, expressa no versículo 19, significa isenção das obrigações para com a Lei – só pela morte um pacto anterior perde sua força de coação. Daí se dizer que a nova vida em Cristo é uma vida que nasce da morte, devendo ser conservada pela fé. Retornar à Lei é negar a fé. A questão do pecado só se resolve pela identificação do crente com Cristo na sua morte. Não que devamos nos matar a nós mesmos – não é uma questão de esforço pessoal –, mas assumir pela fé o fato de que já morremos com Cristo – para a Lei, para o pecado e para o mundo. É dessa mesma maneira – pela fé no Filho de Deus – que recebemos e podemos compartilhar a vida oriunda da

ressurreição. Nossa vida agora realça a graça de Deus, não as obras mortas da Lei.

3. A graça diz: Cristo não morreu debalde (v. 21)

"Não aniquilo a graça de Deus" (v. 21). Paulo esclarece aqui que não podemos misturar a Lei com a graça – elas são mutuamente excludentes. Se é pela Lei, aniquila-se a graça; e se é pela graça, para que as obras da Lei? Qualquer tentativa de justificação pela Lei anula a graça de Deus manifestada na morte de Cristo por um mundo perdido. Se fosse possível obter a justiça pela prática individual das obras da Lei, então a morte substitutiva de Cristo seria supérflua, inútil e sem razão. Mas se vivo pela fé, "não aniquilo a graça de Deus".

IV - Doutrina (3.1–4.11)

Analisando-se os fatos narrados nos capítulos 1 e 2, acerca da vida pessoal de Paulo e de Pedro na cidade de Antioquia, incluindo a repreensão de Paulo, percebem-se distintos elementos de doutrina, mas a comunicação de caráter essencialmente doutrinário aos gálatas tem início no capítulo 3.

Paulo expressa surpresa, aliada a indignação, por não terem utilizado seu bom senso, deixando-se antes seduzir por uma doutrina que punha abaixo a graça – e Paulo questiona: "Quem vos fascinou"? (3.1). A palavra "representado" (v. 1) significa, no original, "proclamado" – como um edital que se afixa em lugar público. Noutras palavras, a mensagem da crucificação e seu significado haviam sido claramente pregados. Isso deveria ter sido suficiente para mantê-los afastados das sugestões sorrateiramente lançadas pelos judaizantes.

1. O dom do Espírito Santo pela fé (3.2-5)

O ênfase legalista dos judaizantes, que havia sido aceita pelos gálatas, estava em contradição direta com a

própria experiência deles no recebimento do Espírito Santo. As obras da Lei não tinham parte alguma na obtenção do batismo no Espírito Santo (v. 2). Se haviam começado sua vida cristã sob o selo do Espírito Santo e na dependência dEle, esperavam agora ser aperfeiçoados mediante seu esforço próprio? (v. 3).

Diante do que haviam sofrido e qualquer que fosse a natureza de seu sofrimento, seria um absurdo dar agora as costas à graça, colocando-se a si mesmos debaixo do legalismo dos judaizantes (v. 4).

O ministério do Espírito e o poder milagroso de Deus não tinham relação alguma com o sistema da Lei. Vieram pela mensagem da fé (v. 5).

2. O pacto de Abraão é um pacto de fé (3.6-24)

2.1. O pacto divino com Abraão dava um vislumbre da redenção, mas enganam-se os que pensam ser este um pacto de obras; não, ele é um pacto de fé. A resposta à pergunta em Gálatas 3.2 ("Recebestes o Espírito pelas obras da lei ou pela pregação da fé?") só pode ser uma: "Absolutamente pela fé".

Assim, estendendo seu argumento, o apóstolo faz menção ao Antigo Testamento, referindo-se ao patriarca Abraão, de quem descendiam os judeus, respondendo hipoteticamente à pergunta: "Como são justificados os homens?" ou "Como são declarados justos?" Os judeus davam a maior importância ao fato de serem descendentes de Abraão (Jo 8.33,39,53). Julgavam mesmo que sua relação com Abraão era suficiente para assegurar-lhes a entrada no Reino de Deus. Mas apesar de constituírem sua *semente natural*, o Senhor demonstrara-lhes, em João 8, que espiritualmente nada de Abraão passara a eles.

A base para a justificação de Abraão foi nada mais nada menos que sua fé em Deus (v. 6). Com efeito, dizem as Escrituras que ele "creu no Senhor" (Gn 15.6), permanecen-

do confiante de que Deus cumpriria sua palavra. De igual modo todos os que aceitam o Evangelho da salvação, por meio da fé *em Cristo e na obra que Ele fez,* passam a integrar a família de Abraão – ele creu em tudo quanto Deus prometeu realizar. As Sagradas Escrituras declaram: "Todas as nações serão benditas em ti" (v. 8). Assim, os crentes de todas as nações são igualmente benditos com o crente Abraão (v. 9) – mas não se pode dizer o mesmo de todos os que descendem dele segundo a carne.

2.2. O mais grave para quem se põe sob a Lei é que ela não salva, antes amaldiçoa (v. 10). Sob a Lei não somente uns poucos são amaldiçoados, mas todos.

Depois de demonstrar, valendo-se de provas concretas de que a justificação é pela fé, Paulo reforça seu argumento, mostrando a impossibilidade absoluta de toda e qualquer justificação pela Lei. É impossível cumprir os requisitos da Lei. Ela própria contém o pronunciamento de maldição sobre todos quantos não lhe cumprem os requisitos (Dt 27.26). Reforçando seu argumento, Paulo reitera que mesmo que o cumprimento da Lei fosse possível, não haveria como compatibilizá-lo ao princípio da fé do qual falou Habacuque (v. 11; cf. Hc 2.4) – este sim a verdadeira fonte de bênção (vv.13,14).

Cristo tomou sobre si a maldição da Lei para que recebêssemos a bênção da fé (vv. 13,14; Dt 21.23). Se alguém pergunta: "Que fazer para me salvar?" a resposta só pode estar baseada no fato de que "Cristo nos redimiu da maldição da Lei". Não são as obras que conduzem à bênção de Abraão, aliás ela já estava "a caminho", sendo detida pela sentença da Lei. Foi somente por meio de Cristo que a bênção de Abraão encontrou o caminho dos gentios, ficando ao alcance deles. E o "testemunho" do Espírito Santo confirma a recepção dessa bênção (v. 14).

Há três palavras gregas na Bíblia que em nossa língua são traduzidas pelos vocábulos "comprados", "redimidos" e "resgatados". A primeira significa "comprar *no* merca-

do de escravos" (1 Co 6.20). Éramos escravos do pecado, mas Cristo veio ao mercado de escravos e pagou o preço da nossa libertação. A segunda palavra, traduzida por "resgatou" em Gálatas 3.13, significa "comprar *do* mercado". Cristo nos comprou da mão do traficante de escravos, Satanás, para jamais nos pôr à venda em nenhum outro mercado de escravos. A terceira palavra, "resgatados", significa "libertar *por meio* do pagamento dum resgate" (1 Pe 1.18). A referência imediata ao resgate de que fala o apóstolo Pedro não é a ouro ou prata, mas ao sangue de Jesus derramado por nós como meio exclusivo de salvação.

2.3. O pacto da fé não podia ser invalidado pela Lei, que entrou em vigor 430 anos mais tarde (3.15-18). Desse modo a barreira que excluía os gentios é, em Cristo, aniquilada. Ambos, judeus e gentios, são colocados no mesmo nível, encerrando-se na cruz a inimizade (Ef 2.14-16). O objetivo divino dessa união é que recebam juntamente a promessa do Espírito (o selo de Deus sobre uma transação finalizada) pela fé (Ef 1.13,14).

A seguir, Paulo usa a ilustração extraída das relações comuns entre os homens. Um pacto humano, firmado e selado convenientemente, é sagrado e inviolável. Quanto mais inviolável é o pacto divino, abrangendo tanto Abraão como a "sua posteridade"!

Esta expressão aparece no singular ("posteridade" e não "posteridades"), já que seu cumprimento circunscreve-se a uma pessoa – Cristo! O pacto de fé foi ratificado exclusivamente pela vinda de Cristo. Assim, a promulgação da Lei pretendeu suprir um período de tempo compreendido entre a criação do pacto com Abraão e sua ratificação. Uma vez que a Lei entrou em vigor 430 anos depois da promessa a Abraão, suas exigências nada tinham a ver com os termos da promessa. A Lei era incapaz tanto para ratificá-la como para negá-la. Noutras

palavras, a Lei nunca foi um requisito para a promessa, já que esta não previa nem estava condicionada a qualquer preceito da Lei, sendo concedida "gratuitamente a Abraão" (v. 18).

3. O propósito da lei mosaica (3.19-24)

3.1. Mas se a Lei nada acrescentava ou diminuía à promessa, por que Deus a pôs nas mãos dum medianeiro? "Foi ordenada por causa das transgressões, até que viesse a posteridade" (v. 19). Dessa maneira, a Lei incluiu a todos debaixo do pecado, a fim de que recorressem à fé como a derradeira esperança (3.19-22).

Sobre os versículos 19 e 20 citamos o que disse o bispo Lightfoot: "A lei não tinha nenhum propósito? Sim, seu propósito específico, todo seu caráter e história revelam sua inferioridade com respeito à Dispensação da Graça. Sua inferioridade vê-se em quatro pontos. *Primeiro*, em vez de justificar, condena; em vez de vivificar, mata; foi ordenada para revelar e multiplicar as transgressões. *Segundo*, era transitória e foi anulada quando veio a 'posteridade' a qual fora dada a promessa. *Terceiro*, não veio diretamente de Deus ao homem. Existiu uma dupla interposição, uma dupla mediação entre o Doador e o beneficiário. Anjos, como instrumentos de Deus, administraram-na a Moisés que, como o sumo sacerdote, a entregou ao homem. *Quarto*, como sugere a idéia de mediação, a Lei era por natureza um contrato, dependendo em seu cumprimento da observância de suas condições pelas duas partes contratantes. Isso não ocorria com a promessa, a qual, procedente do desígnio absoluto de Deus, é incondicional e imutável".

A Lei, então, é muito diferente da promessa e tem outra finalidade. Por acaso é antagônica à promessa? Não, certamente, pois além de não ser possível imaginar uma lei que tomasse o lugar da promessa, sendo capaz

de dar vida, a Lei de Moisés não foi dada para este fim (v. 21).

Paulo se refere no versículo 22 à Escritura, pensando talvez em Salmos 143.2 ou Deuteronômio 27.26, como testemunho para a condenação de todos. Esta condenação, contudo, não é o fim último da Lei, apenas o meio para se chegar à dispensação da fé, pela qual a promessa pode enfim ser cumprida.

3.2. A Lei foi-nos como um aio, um tutor, encarregado de tomar conta de nós, enquanto menores, até que Cristo viesse. Por intermédio dele nossa condição de filhos é não só ratificada, como reconhecida a nossa maioridade (Gl 3.23-25).

Antes que chegasse a fé, éramos guardados pela Lei até que a revelação se cumprisse, vindo a plenitude dos tempos. A Lei era o nosso tutor, encarregado de nos vigiar enquanto menores, até que obtivéssemos (nós, a humanidade) nossa maioridade em Cristo e fôssemos justificados pela fé. Vindo a dispensação da fé, fomos libertados das restrições da Lei.

A palavra grega aqui traduzida por "aio" (v. 24) significa o fiel escravo a que se havia confiado a supervisão moral de um menino durante sua tenra idade até a puberdade, a fim de mantê-lo afastado dos males físicos e morais, e acompanhá-lo em seus estudos e diversões. "O aio empreende sua tarefa dando ordens e impondo proibições e, em certo sentido, limitando a liberdade do menino. Tudo isso constituía um meio para conseguir um fim, isto é, que o menino fosse preparado para a idade madura, tendo em consideração esse nível mais elevado para o qual estava destinado" (Lange).

Dessa maneira, a Lei nos conduz a Cristo (Rm 10.4); constrangendo-nos e censurando-nos. Ela nos mostra nossos pecados e os perigos resultantes, nos condena, faz-

nos sentir a necessidade dum Redentor e nos prepara para recebê-lo quando for apresentado à nossa fé.

4. A vida do crente é governada pela graça e não pela Lei (3.26-4.31)

A fé em Cristo, por intermédio da qual viemos a ser filhos, sendo adotados na família de Deus, ab-roga a autoridade do "aio" (a Lei). Apenas um número muito ínfimo declararia ser justificado pela Lei, mas não são poucos os que têm colocado o crente debaixo da Lei como norma de vida e prática. Esta é uma idéia veementemente condenada por Paulo. A Lei, como parte das Escrituras, é "útil para ensinar... para instruir em juízo" (2 Tm 3.16), mas uma nova lei – a do Espírito de vida em Cristo Jesus (Rm 8.2) – nos livrou da condenação e da fraqueza (Rm 8.1).

4.1. O crente justificado é um filho na família de Deus, e não um servo debaixo da Lei (3.26-4.7). "Porque todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus" (v. 26).

Para ilustrar, poderíamos dizer que, debaixo da Lei, os santos do Antigo Testamento eram meninos (lembrando-nos que "meninos" e "filhos" não são sinônimos). Mas os crentes do Novo Testamento, por intermédio do Espírito Santo, tornam-se conscientes dos vínculos filiais que os unem a Deus; já não são menores debaixo da tutela da Lei, uma vez que se encontram debaixo da autoridade imediata e pessoal do Pai.

O ato de fé da parte do crente o torna membro da família de Deus na qualidade de filho e herdeiro (v. 26). Além disso, ele é revestido de Cristo no testemunho do batismo da mesma forma como na Igreja Primitiva os novos convertidos se vestiam de roupas brancas (v. 27).

Debaixo do Novo Pacto, todas as distinções sociais, raciais e sexuais caem por terra, quanto à salvação. To-

dos são um em Cristo. Todas as barreiras foram destruídas (vv. 28,29). "Na família de Deus ninguém pode gozar de privilégios especiais, nem ser discriminado. Um coração bate em todos, uma mente guia a todos, uma vida é vivida por todos. Somos um só corpo, porque somos membros de Cristo. Como membros de Cristo, somos a posteridade de Abraão (a semente da fé) e reclamamos para nós a herança em virtude da promessa, a qual nenhuma lei pode anular" (Lightfoot).

Servindo-nos ainda da propriedade com que Lightfoot trata a questão, transcrevemos agora uma de suas esclarecedoras paráfrases, desta vez sobre o capítulo 4 (vv. 1-7): "Descrevo a Lei como nosso tutor. Falo de nossa libertação respeitando-lhe no entanto as restrições. Permitam-me que vos explique o significado com mais amplitude. Um herdeiro, durante o tempo de sua menoridade, é tratado como servo (v. 1). Apesar de suas esperanças como futuro senhor da propriedade, está sujeito ao governo de administradores e tutoresaté a data determinada pelo pai (v. 2). De igual maneira, a humanidade era 'de menor' antes da vinda de Cristo. Qual um menino, estava sujeita à disciplina das ordenanças externas (v. 3). Finalmente, quando se havia cumprido o tempo, Deus enviou seu próprio Filho ao mundo, nascido de mulher, como nós o somos, sujeito à Lei igual a nós (v. 4), para que pudesse redimir e libertar os que estavam em tal condição, elevando-os ao estado de filhos, para o qual foram destinados (v. 5). Deus nos tem dado prova deste laço filial consigo mesmo. Efetivamente enviou a nossos corações o Espírito de seu Filho, que testifica em nós, e roga a Ele como se rogasse a um Pai (v. 6). Na realidade, não são mais servos e sim filhos; e, como filhos, são também herdeiros, pela bondade de Deus (v. 7)".

4.2. Voltar à Lei significa renunciar nossa condição de filhos (4.8-11). O abandono da posição superior e

privilegiada de filho e o retorno à servidão dum menino, que em nada difere dum servo, equivale à conduta dum homem que, depois de ter chegado à sua maioridade física e mental, coloca-se novamente sob os cuidados duma babá.

Parece que Paulo os desculpa, em parte, pelo fato de terem antigamente servido aos ídolos pagãos (v. 8). Mas agora esses gálatas, desprovidos de toda consciência quanto à sua real condição de filhos, depois de haverem recebido a revelação de Deus e de havê-lo conhecido, ou melhor, depois de haverem sido conhecidos de Deus que lhes confirmou a filiação pelo selo do Espírito Santo (o batismo no Espírito Santo), esses mesmos gálatas estavam sucumbindo à débil e miserável disciplina das restrições, sujeitando-se (a troco de nada) a uma servidão legalista, obrigando-se a observar (guardar e reverenciar) dias, meses, estações e anos (vv. 9,10). Ora, não foi assim que Paulo lhes ensinara, por isso o apóstolo teme que todo o trabalho feito entre eles possa ter sido em vão (v. 11).

Neste trecho, a lei mosaica é descrita, por assim dizer, como o alfabeto da instrução moral e espiritual. As regras nela expostas são passadas ao menino (o povo de Israel em sua infância existencial) visando à memorização – a raça escolhida, como um indivíduo, teve seu período de meninice. Nesse período a instrução era ministrada (dosada) de acordo com suas faculdades, as quais estavam ainda num processo de desenvolvimento. Daí a sujeição a uma disciplina de preceitos absolutos e ordenanças externas, vazias de conteúdo. Tal condição não pode jamais ser confundida com o ideal divino para a Igreja hoje – dela se esperam coisas melhores, como por exemplo a adoração em espírito e em verdade.

A Epístola aos Gálatas constitui uma resposta decisiva a doutrinas e práticas como o *sabatismo*, o *vegetarianismo*, o *legalismo* e o *ritualismo* (no que respeita à *salvação* frente a

um *Deus Santo*): "Porque o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê" (Rm 10.4).

V - Pessoas que Ilustram o Princípio (4.12-31)

Neste ponto de sua exposição doutrinária, Paulo introduz um poderoso elemento pessoal, procurando dissuadir os gálatas do rumo equivocado que haviam tomado (4.12-20). Ele lamenta profundamente o fato de que tão cedo houvessem se apartado daquele que os havia chamado à graça de Jesus Cristo, para seguir um outro evangelho. Perderiam a bênção caso se voltassem contra ele, a quem tão ardorosamente haviam amado. Consideravam-no agora como inimigo? Os falsos mestres, deduz, é que estavam "seduzindo" o povo (vv. 17,18).

O significado do versículo 12 é claro. Paulo exorta os gálatas a libertarem-se da Lei como ele o fizera. Exorta-os a proceder assim porque ele, que antes também usufruía as vantagens da Lei, deixara-as de lado e se colocara no mesmo nível dos gentios. Disse-lhes que abandonara os costumes tradicionais judaicos, e de certa maneira muitos vínculos raciais, a fim de ser como um deles. Estava vivendo como os gentios para poder pregar-lhes o Evangelho. Assim, já que abandonara tudo por eles, roga-lhes que não o abandonem.

"Os gálatas não podiam esquecer a ocasião quando, ao término do discurso de Paulo, em Antioquia da Pisídia, os judeus saíram da sinagoga (porque não concordavam com a mensagem), mas os gentios rogaram-lhe que lhes repetisse aquelas palavras de vida no sábado seguinte (At 13.42). Teriam de lembrar que os judeus os haviam expulso da cidade. Então foram eles mesmos, os gálatas, gentios, que o haviam convidado a manter a liberdade do Evangelho. Agora ele os exorta a que mantenham a liberdade desse mesmo Evangelho" (Wuest, *Ibidem*).

Surpreende profundamente a Paulo o fato de que os gálatas, que o haviam recebido tão calorosamente, como se fora um anjo de Deus (v. 14), e mesmo o suportado em fraqueza da carne (v. 13), se voltassem agora duma forma tão contundente contra ele. A fraqueza de Paulo é caso de conjecturas, mas parece haver motivos suficientes para supor que se tratava de uma enfermidade nos olhos. Poderia ser o "espinho na carne", mencionado em 2 Coríntios 12.7. Talvez essa "fraqueza" é que tenha levado os coríntios a terem-no como débil quanto à aparência (1 Co 2.3; 2 Co 10.1).

A suposição de que fosse uma doença ocular, vale-se de dois pontos no próprio livro de Gálatas: a conjectura, feita por Paulo, de que eles até arrancariam os olhos para dá-los a ele (4.15) e uma possível evidência, em Gálatas 6.11, onde Paulo registra: "Vede com que grandes letras vos escrevi por minha mão". Embora essas referências possam ser apenas figuras de linguagem, os defensores dessa teoria dizem que ele escrevera com letras gregas grandes (naquela época só haviam manuscritos) devido à dificuldade que tinha de enxergar. Confira ainda Atos 23.5 (Paulo não reconhece o sumo sacerdote).

"Fiz-me, acaso, vosso inimigo, dizendo a verdade?" (v. 16), pergunta o apóstolo. Parece que os judaizantes haviam-no acusado de ser inimigo dos gentios porque os excluíra dos pretensos privilégios da lei mosaica ao ensinar-lhes a justificação pela fé. A defesa de Paulo é uma só: tudo quanto tem a dizer nada mais é que a verdade, nela se apóia todo seu Evangelho.

Não é ele e sim os judaizantes que excluem os gentios das muitas bênçãos de Deus, quando os priva do Evangelho (v. 17). Os mestres judeus eram muito zelosos em seus esforços para converter os gálatas, mas seu zelo era inconveniente pelo fato de que conduzia à escravidão da Lei (v. 17a). Além disso, a exclusão dos cristãos gentios

promovida pelos mestres judaizantes atendia a um interesse nitidamente pessoal, numa pérfida estratégia que poderia ser assim definida: "diminuindo os outros, eu fico maior" ou "derrubando os outros, eu fico em evidência" (v. 17b). Este era um fato que incomodava Paulo. Se pudessem arvorar um objetivo digno, bem como um motivo puro, ele não se oporia ao ministério deles (v. 18).

É na qualidade dum pai espiritual que Paulo trabalha para restaurar seus filhos, absortos no erro, ao plano espiritual donde haviam caído (v. 19). Até aqui falara duramente, mas agora muda de tom, deixando evidente que seu coração sente um afeto intenso por eles. Seu desejo profundo é ver Cristo plenamente formado neles ou, noutras palavras, vê-los plenamente arraigados e amadurecidos em Cristo. Queria estar com eles e esclarecer tudo, pois está perplexo – não sabe como tratá-los (v. 20).

1. Relação entre a Lei e a graça na história de Agar e Sara (4.21-31)

Paulo retorna aqui ao argumento doutrinário, interrompido por suas declarações pessoais que acabamos de discutir.

Como o filho da escrava devia ceder seu lugar ao da mulher livre, assim também a graça veio tomar o lugar da Lei. A linguagem do versículo 21 indica que os gálatas, apesar de estarem a ponto de adotar a Lei como princípio de vida, ainda não o haviam feito. Vejamos as implicações se levassem a cabo sua intenção. Paulo nos convida às Escrituras (Gn 21.9-21).

Abraão tinha dois filhos: Ismael (Gn 16.15), nascido segundo a ordem natural, e Isaque (Gn 21.2), nascido segundo a promessa, como resultado de intervenção divina, além das possibilidades naturais (vv. 22,23).

Paulo diz que a história deles (Agar e Ismael; Sara e Isaque) constitui uma alegoria, sujeitando-se à interpretação figurada ou moral. Essas duas mulheres, Agar e Sara, representam dois pactos.

• Agar representa o pacto da Lei, firmado no monte Sinai, na Arábia, e corresponde, no argumento de Paulo, "à então existente cidade de Jerusalém, o centro da observância apóstata do judaísmo. Como o filho de Agar, uma escrava, veio a se tornar escravo, também os que seguem o judaísmo legalista estão debaixo da escravidão da Lei" (vv. 24,25 – Wuest, *Ibidem*).

• Sara, a mulher livre, mãe do filho "legítimo", representa o pacto da graça. Ela é o símbolo da Jerusalém celestial, um termo conhecido dos "mestres rabínicos, que consideravam a Jerusalém celeste como o arquétipo da terrenal" (Wuest, *Ibidem*). A Jerusalém celestial é a habitação da família dos que vivem pela fé, em contraste com a Jerusalém terrestre, que representa o legalismo (v. 26).

O versículo 27 é uma citação de Isaías 54.1. Paulo o aplica a Sara na exposição que faz da verdade. Isto é, suas palavras se referem a Sara, a estéril, que veio a conceber de modo sobrenatural.

As palavras do versículo 28 aplicam-se aos gálatas e a todos os crentes, no sentido de que nós, como Isaque, somos os filhos da promessa, nascidos do Espírito Santo, mediante a graça.

Continuando, Paulo demonstra a incompatibilidade entre a Lei e a Graça, assinalando a sorte desses dois filhos. Assim como Ismael perseguiu Isaque, os judaizantes dos dias de Paulo perseguiam e criavam dificuldades aos verdadeiros filhos da fé, mas a permanência na graça vale qualquer sacrifício, pois apenas o filho da livre pode herdar a promessa (v. 29). E nós somos filhos da livre (v. 31).

Paulo, interpretando a alegoria, afirma que o afastamento de Ismael (a quem Abraão mandou embora juntamente com Agar, a mãe do menino) indica o afastamento dos filhos de Abraão segundo a carne, em favor daqueles que se transformariam em filhos de Abraão pela fé (v. 30). "A Lei e a graça não podem coexistir. A Lei deve desaparecer perante o Evangelho. Desta maneira, o apóstolo anuncia a morte do judaísmo, num tempo quando a metade do Cristianismo se aferrava à lei mosaica com um afeto e zelo fanáticos e quando o partido judaico era muito forte, mesmo entre as igrejas fundadas por Paulo, a ponto de minar a influência do apóstolo e pôr em perigo sua vida" (Wuest, *Ibidem*).

O apóstolo encerra seu argumento ao dizer, noutras palavras: "Vocês tolerarão o fato de serem reduzidos a filhos da escrava, tendo uma vez desfrutado os privilégios cabidos aos filhos da livre? Temos o Espírito de seu Filho que dá testemunho da nossa condição de filhos; somos agora herdeiros de Deus e de Cristo" (v .31; cf. 4.6,7).

VI - Seção Prática (Caps. 5 e 6)

Depois que encerra sua argumentação, Paulo busca uma aplicação prática das verdades que havia demonstrado (5.1–6.10). Não podemos deixar de notar a ênfase que Paulo imprime ao ministério do Espírito, sob o controle de quem o apóstolo exorta os gálatas a novamente se colocarem. Haviam deixado de se render ao Espírito Santo, dependendo agora de seus próprios esforços para chegar ao inútil fim de obedecer à Lei, cujo resultado não podia ser outro senão o fracasso. Notemos as seguintes exortações práticas nesta seção:

1. Permanecer firmes na liberdade do Evangelho (5.1-12)

A palavra "livre" de 4.31 tem origem idêntica à palavra "liberdade" em 5.1. Cristo nos liberta da escravidão da Lei, representada por Agar e Ismael. Wuest se refere aos cristãos gálatas como aqueles que, "depois de serem aceitos na família de Deus, tendo recebido o Espírito Santo – que lhes capacitaria a viver uma vida espiritual fora das ataduras da Lei –, punham travas à sua vida pessoal, impondo limites legalistas a suas ações e se privando do poder do Espírito Santo. Eram como adultos que se punham debaixo de regulamentos preparados para meninos".

Esses crentes, que praticavam a circuncisão como meio de justificação, acabaram se convertendo em devedores, obrigando-se a guardar toda a Lei. Tomando essa atitude, haviam caído da graça, porque Cristo não pode ajudar aqueles que pretendem ser justificados e santificados pelas obras da Lei (vv. 2-4). É somente pela fé, na plena dependência do poder do Espírito Santo, que o verdadeiro cristão pode alcançar a justificação (v. 5).

As observâncias exteriores não têm efeito na justificação da alma; o que efetivamente vale é a fé, cujo motivo único é o amor (v. 6). Noutras palavras, tudo quanto fazemos para Deus não é para sermos justificados, pois pela fé já o fomos. Nossas obras não constituem um meio para uma finalidade; elas são um fim em si mesmas. O amor abnegado, derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, é que nos constrange a produzir boas obras, as quais agora refletem gratidão e piedade, sendo feitas para a glória de Deus.

Os gálatas tinham obtido algum progresso em sua vida espiritual. "Corríeis bem" (v. 7). Como, de repente, se vêem impedidos? A palavra "impedir" (Almeida) pode

ter sua origem em dois vocábulos gregos. Um desses emprega-se simbolicamente às operações militares. A palavra significa "interromper uma estrada deixando-a intransitável" (Lightfoot). O outro evoca a idéia de competidores num estádio e significado "estorvar". Dessa maneira, a referência à corrida tanto faz alusão ao corredor que estorva outro, como ao inimigo que impede ou interrompe a estrada, retardando assim o progresso de quem está na linha de combate.

"Corríeis bem; quem vos impediu [*estorvou*], para que não obedeçais à verdade?" – pergunta Paulo (v. 7). Certamente aquele que lhes impedira o progresso, pela persuasão à Lei, não podia ser de Deus (v. 8). Aquela doutrina do retorno às obras mortas constituía um fermento que, se não fosse lançado fora, contaminaria toda a igreja (v. 9). O apóstolo, contudo, espera que os gálatas não sigam as doutrinas estranhas daquele que os inquietava, não tendo dúvida em afirmar que o perturbador receberia seu castigo (v. 10).

Não satisfeitos, os judaizantes levantam outra acusação contra o apóstolo: a de ser inconseqüente ou contraditório (v. 11). Queriam dizer com isso que ele, enquanto estava entre os gentios, pregava a liberdade da circuncisão; mas que entre os judeus, defendia a guarda dos ritos. Paulo nega tais acusações e os silencia com uma resposta simples e direta. Se fosse verdade que ele pregava a circuncisão, a perseguição teria cessado, porque a pregação da liberdade quanto à observância da Lei era justamente a maior pedra de tropeço no caminho dum judeu e a maior causa de ofensa (cf. At 21.28). Mas a perseguição não cessara. Assim, no versículo 12, Paulo lança uma de suas denúncias mais severas contra os judaizantes: "Eu quereria que fossem cortados...". A palavra "cortados" significa mutilação física. Era como se Paulo desejasse que esses judaizantes fossem além da circuncisão, e se castrassem!

O bispo Lightfoot fornece algumas observações de grande significado sobre esta passagem. Por exemplo, a cidade de Pessimo constituía o centro da adoração de Cibele, a deusa em cuja honra se efetuavam essas mutilações físicas. Tratava-se duma forma conhecida de devoção pagã a Cibele, e os gálatas não podiam desconhecer esse costume. Paulo faz um alerta a respeito da "falsa circuncisão", em Filipenses 3.2 (ARA), onde, nalgumas versões da Bíblia, emprega-se literalmente o verbo "mutilar".

Conforme se expressava, é evidente que para o apóstolo Paulo a circuncisão se convertera num ato puramente físico, destituído de significação religiosa. Quando realizada visando ao propósito dos judaizantes, convertia-se numa mutilação do corpo em nada diferente das mutilações promovidas pelas religiões pagãs existentes na época. Dessa maneira, glorificando-se na carne, os gálatas retornariam à escravidão do seu antigo paganismo (Wuest, *Ibidem*).

2. Não abusar da liberdade em Cristo (vv. 13-15)

Paulo estabelece com clareza que a pregação quanto à liberdade da Lei não autoriza a quebra da Lei. Ainda que o cristão seja livre da Lei no que se refere à justificação, ele não pode negar obediência ao mandamento a que se subordinam todos os preceitos morais do Novo Testamento: *o mandamento do amor.*

3. Andar no Espírito (vv. 16-26)

No capítulo 5.14, Paulo esclarece que a prática do amor abnegado, que não espera retorno, cumpre toda a Lei. Quando o amor a Deus e a nosso semelhante nos enche o coração, não são necessários mandamentos especiais sobre o que se deve ou não fazer. Mas os judaizantes provavelmente ensinavam aos gálatas que, sem a influên-

cia moderada da Lei, cairiam no pecado. A Lei não restringe o mal, antes o incita ainda mais; isto porque a velha natureza decaída rebela-se contra a própria Lei (Rm 7.7-13). Enquanto estamos na carne, circunscritos ao corpo físico, presos à ordem natural das coisas, sempre nos defrontaremos com a tendência para contrariar o mandamento divino. Oséias o expôs muito bem, quando disse: "Porque o meu povo é inclinado a desviar-se de mim" (Os 11.7a).

A única maneira de combater a concupiscência e os desejos desordenados da carne é andar em Espírito (v. 25). Andar em Espírito significa conduzir-se duma maneira tal que o comportamento e, por extensão, toda a vida sejam ordenados e submetidos ao governo do Espírito Santo. Só assim poderá realmente ser cumprida a lei do amor (vv. 16-18).

Somente pelo poder do Espírito Santo é que o crente pode crucificar a carne com todos os seus desejos pecaminosos (vv. 19-21,24). O Dr. Kenneth Wuest, na obra em idioma inglês intitulada *Galatians in the Greek New Testament* expressa de modo muito feliz a relação que existe entre o crente e o Espírito Santo, para que o primeiro possa ser conduzido a uma vida de vitória. Disse ele: "O Espírito Santo não é como uma máquina de motor contínuo que opera automaticamente na vida do crente. Antes é uma pessoa divina cujo ministério espera o crente buscar, anelando ao mesmo tempo que os santos cooperem com Ele. Dessa maneira, a escolha depende do crente, que pode escolher entre render-se ao Espírito Santo ou obedecer à natureza pecaminosa. O Espírito Santo está presente para dar-lhe vitória sobre a natureza carnal quando o crente expressa um vigoroso "não" ao pecado e ao mesmo tempo confia nEle para obter vitória.

A carne opõe-se ao Espírito, e o Espírito está presente para opor-se à carne. O crente, por assim dizer, é quem

decidirá a questão. Render-se ao Espírito e persistentemente dizer "não" ao pecado é um hábito que se adquire na senda da justiça. Assim, as qualidades morais que a Lei ordena mas não pode produzir finalmente se desenvolvem na vida do crente (vv. 18,22-24).

O Dr. A. B. Simpson comparou o fruto do Espírito (v. 22) a um cacho de uvas. O amor é a seiva vital que corre por todas elas, de maneira que podemos dizer assim:

O gozo é amor vinculado à alegria.

A paz é amor em repouso.

A paciência é amor sofredor.

A doçura é amor refinado.

A bondade é amor em ação.

A fé é amor que confia.

A humildade é amor submisso.

A temperança é o verdadeiro amor a si mesmo.

As igrejas da Galácia, como as de Corinto e Roma, eram constituídas por duas classes de pessoas, tal como acontece inclusive hoje nas igrejas. Uma classe era de crentes que haviam obtido a liberdade no sentido pleno da palavra – liberdade absoluta da Lei. Essa classe corria o risco de converter sua liberdade em abuso (v. 13), orgulhando-se de não se prender a restrições. A outra classe era composta de irmãos mais escrupulosos e tímidos. Os primeiros viam-se tentados a desafiar os últimos à prática de coisas que a Lei proibia, condenando o medo que tinham de viver sem a tutela da Lei. Ora, onde fica o amor? Os primeiros mencionados, apesar duma visão mais clara da graça, faziam-se assim culpados de vanglória e desamor, pois forçavam os outros a fazer coisas contrárias à sua própria consciência. Na verdade, a liberdade não pode atropelar o amor, e isto sempre acontece quando ferimos a consciência mais fraca do outro.

Os últimos, por sua vez, quando não adotavam uma postura reacionária, condenando indevidamente a liberdade alheia, viam-se tentados a considerar com inveja a liberdade de consciência dos outros, recriminando-se de sua vulnerabilidade. É semelhante ao caso do cristão forte, cuja consciência está exercitada na Palavra e por isso tem confiança no que faz, e do fraco na fé que, por falta dum alicerce mais sólido e amplo, vive cercado de escrúpulos (Rm 14.1-15.3; 1 Co 8; Gl 5.26).

4. Levar as cargas uns dos outros (6.1-5)

Parece evidente, a julgar pelo versículo 1, que nem todos os gálatas haviam se deixado influenciar pelos falsos mestres, recebendo alguns o qualificativo de "espirituais". Por isso Paulo insta com eles, uma vez espirituais, para reencaminharem à graça os porventura enganados, tendo o cuidado de não se deixarem igualmente seduzir.

Todo cristão tem o dever de corrigir o irmão que está no erro. Mas aqueles que tomam sobre si essa tarefa devem ter cuidado de não adotar a atitude do fariseu que disse: "Ó Deus, graças te dou, porque não sou como os demais homens" (Lc 18.11b). A humildade é a condição *sine qua non* na restauração dum irmão que pecou (vv. 1 e 2). Aquele que, ao ver um irmão em falta, permite despertar em si próprio um sentimento de jactância, está enganando a si mesmo (v. 3). Se busca algo de que possa se gloriar, que seja o verdadeiro serviço ao Senhor, não uma pretensa superioridade sobre os irmãos (v. 4). O reconhecimento das próprias faltas deveria fazer com que o crente se abstivesse de pronunciar precipitadamente juízo sobre seus irmãos (v. 5).

Os versículos 2 e 5 assinalam uma aparente contradição no emprego da palavra "carga" (ARC). No idioma

grego empregam-se duas palavras diferentes. A primeira significa "peso" e a segunda "responsabilidade". Devemos ajudar a levantar o peso dos ombros dum irmão, mas cada um é responsável perante Deus por sua própria conduta pessoal.

5. Apoio ao ministério e perseverança em fazer o bem (6.6-10)

É justo que os crentes, uma vez tendo recebido instrução espiritual de seus mestres na fé, contribuam materialmente em favor destes (v. 6). O Dr. Lightfoot faz a seguinte paráfrase dos versículos 7 e 8: "Que estais pensando? A vossa mesquinhez vos apanhará. Não podeis enganar a Deus com palavras bonitas. Não podeis esconder os fatos aos olhos de Deus. De acordo com a semeadura, assim será também a colheita. Se plantais a semente de vossas cobiças egoístas, se semeais no campo da carne, obtereis uma colheita corrupta. Mas se semeais na boa terra do Espírito, obtereis uma colheita de vida eterna". Tendo como base o fato de que o princípio da semeadura é inexorável, Paulo exorta os gálatas a não se cansarem de fazer o bem, principalmente aos domésticos da fé (vv. 9 e 10). Há aqui uma exposição de prioridades; o bem deve ser dirigido a todos, mas aqueles que pertencem à mesma família da fé não podem ser preteridos na prática do cuidado cristão.

6. Conclusão (6.11-18)

Estamos de acordo com as conclusões do Dr. Wuest, de que Paulo escreveu toda a epístola aos Gálatas, talvez dolorosa e laboriosamente (4.14,15), com grandes letras maiúsculas gregas. O versículo 11 diz literalmente: "Vede com que grandes letras vos escrevi por minha mão".

Pelo caráter da carta e as circunstâncias reinantes na igreja da Galácia, não seria prudente remeter uma carta

ditada. Paulo desejava dar a ela o mais elevado caráter pessoal possível. Agora apela aos carinhosos corações dos gálatas. Lembrar-se-iam do apóstolo aflito e do carinho com que o haviam recebido. Apela a suas emoções mais tenras, para que não o esqueçam – nem dos seus sofrimentos, nem do seu abnegado ensino. É a nota mais tocante (Wuest).

A seguir, Paulo faz um resumo dos ensinos a que se dão os judaizantes, desvendando-lhes os reais motivos. Querem impor a circuncisão sobre os gálatas não só para serem bem reputados quanto ao zelo carnal, mas também se livrarem da perseguição que acompanha a pregação da cruz (v. 13). E não era somente contra a hipocrisia dos que se diziam cristãos que Paulo tinha de lutar, pois também encontrava oposição dos declaradamente mundanos. Não obstante, ele estava crucificado para o mundo (v. 14).

Quanto aos judeus conversos, o problema deles é que não estavam dispostos a fazer frente ao descaso a que lhes expunha o abandono das ordenanças mosaicas. Não tinham coragem suficiente para enfrentar as críticas dos seus patrícios não convertidos. Portanto, como era mais conveniente e a fim de manter boas relações com eles, aceitaram que impusessem a circuncisão sobre os gentios convertidos. Assim, além de evitar o confronto, ainda receberiam méritos por seu zelo para com a Lei. Os judeus estavam mais dispostos a tolerar nos cristãos a afirmação de que Jesus era o Messias do que lhes suportar o abandono da Lei (Lightfoot).

Voltando aos judaizantes, o único objetivo deles em impor a circuncisão aos gálatas era jactar-se da submissão destes àquele rito carnal, obtendo méritos ante os judeus por estarem fazendo prosélitos (v. 13). Mas Paulo, o apóstolo, não se gloriaria senão na cruz de Cristo, pela qual o mundo perdera sobre ele o poder de atração (v. 14). Uma vez morto para o mundo, ele vive *em Cris-*

to, onde todas as distinções exteriores, como a circuncisão ou a incircuncisão, já não fazem mais sentido (v. 15).

Prestes a terminar, o apóstolo ora para que a bênção de Deus repouse sobre todos aqueles que reconhecem esta verdade, sejam judeus ou gentios (v. 16). Frisa novamente a idéia do Israel de Deus, os filhos de Abraão mediante a fé. Assim, que ninguém pusesse em dúvida sua autoridade de apóstolo – seu corpo sinalizava que ele era propriedade de Cristo. Os sinais ou marcas a que se referia eram da abnegação, do sofrimento, da perseguição e do trabalho (v. 17).

Encerrando a epístola, Paulo evoca a bênção de Cristo sobre os irmãos, mencionando mais uma vez a graça, razão e principal motivo da carta que acabara de escrever, visando a edificação dos gálatas em espírito (v. 18).

VII - Obras de Pesquisa

O leitor notará que através do estudo fazemos referência às obras de certos eruditos bíblicos de renome:

• *Dr. Kenneth S. Wuest* – Profundo conhecedor da língua grega, foi professor de grego no Instituto Bíblico Moody, em Chicago.

• *Dr. Scofield* – Publicou a famosa Bíblia Anotada por Scofield, obra repleta de anotações, que muito têm servido às igrejas durante décadas.

• *Bispo J. B. Lightfoot* – Nascido em 1828, na Inglaterra, e educado na Universidade de Cambridge, foi pastor na Catedral de São Paulo, em Londres, e professor de teologia na Universidade de Cambridge. Foi um grande erudito evangélico e autor de vários comentários sobre livros da Bíblia.

• *John P. Lange* – Inglês do século passado, foi autor de obras bíblicas clássicas e de alto valor. A seu respeito

o famoso pregador londrino, Charles Spurgeon, disse: "Para fins de homilética estes volumes (uma coleção de comentários sobre as Escrituras) representam uns tantos montes de ouro. Não temos nada igual a estes volumes... são um tesouro para o pregador".

• *A. S. Way* – Foi outro comentador de renome, cujas obras foram igualmente de grande proveito.

Cremos sinceramente que o leitor, nesta seção relativa à Epístola aos Gálatas, tem à sua disposição extratos do que há de melhor e mais profundo na literatura evangélica mundial.

2

Filipenses, a Alegria e a Voluntariedade

I - Introdução

1. Fundo histórico

É fato bem conhecido que Paulo escreveu quatro de suas epístolas quando estava em Roma, por ocasião de seu primeiro aprisionamento – Filemom, Colossenses, Efésios e Filipenses. As referências cruzadas entre elas, já que fazem menção entre si, indicam que as três primeiras pertencem ao mesmo grupo, escritas na mesma ocasião, bem como enviadas ao mesmo tempo, por Tíquico e Onésimo. Já a Epístola aos Filipenses divide as opiniões dos eruditos, quando se tenta descobrir se foi escrita antes ou depois do grupo das três. O Dr. H. C. Thiessen, no seu livro *Introduction to the New Testament* ("Introdução ao Novo Testamento"), relaciona algumas razões que firmam o ponto de vista de que ela foi escrita depois das outras.

2. A cidade de Filipos

A cidade de Filipos, hoje apenas um montão de ruínas, tem lugar de destaque tanto na história sacra quanto

na secular. Nas suas vizinhanças encontram-se as famosas minas de ouro e prata que, na antigüidade, eram exploradas pelos diligentes fenícios, produzindo, até os dias do rei Filipe da Macedônia, dez mil talentos por ano (aproximadamente 342,7 toneladas). Cruzando a cidade, estava a famosa Via Inácia, dividindo-a em cidade alta e baixa. Essa estrada se estendia por 800 quilômetros, de Hebro, na Trácia, a Dirraquio, no mar Adriático. De Dirraquio se chegava à Itália, por barca. Essa via expressa foi descrita por Cícero como "aquela nossa via militar que nos liga ao Helesponto".

Filipos estava assentada num ponto estratégico da Via Inácia, justamente onde a cadeia montanhosa dos Balcãs, entre o Oriente e o Ocidente, forma uma garganta, ou seja, uma entrada natural que facilita a comunicação entre os dois continentes. Gozava duma posição privilegiada, fato reconhecido por Filipe da Macedônia e pelo imperador romano Augusto. Por conseguinte, acreditamos que foi por direção do Espírito de Deus que Paulo chegou ali. Se o Evangelho devia atravessar os Balcãs, Filipos se apresentava como o meio de mais fácil acesso.

A cidade recebeu o nome do seu fundador, Filipe da Macedônia, pai de Alexandre Magno. Ele a construiu para festejar a anexação duma província a seu império, vindo a servir de posição fortificada na fronteira. O rio Gangite passava a oeste, cerca de um quilômetro e meio da cidade.

O imperador Augusto (Otaviano) elevou a dignidade de Filipos, transformando-a em colônia romana. Assim ela se tornou uma povoação fronteiriça do Império Romano, fazendo lembrar ligeiramente a Cidade Imperial (Roma). Numa colônia romana, tanto a língua usada como o dinheiro em circulação (a cunhagem das moedas) e as leis vigentes, tudo se fazia em latim. Dentre outras vantagens, Filipos gozava da isenção de impostos sobre a

terra, chegando a ser elevada a uma dignidade idêntica à do solo sagrado da própria Itália. Seus habitantes podiam orgulhar-se da plena posse de três grandes privilégios dos cidadãos romanos: isenção de flagelação, isenção de prisão (exceto em certos casos) e o direito de apelar diretamente a César.

3. A igreja em Filipos

A história da fundação da Igreja em Filipos é bem conhecida por todos nós (At 16). Chegando de navio a Neápolis, Paulo e seus companheiros, Silas, Timóteo e Lucas (At 16.10-12), seguiram pela Via Inácia até Filipos, onde havia provavelmente poucos judeus, devido ao caráter militar e colonial do lugar. Não encontrando nenhuma sinagoga onde pudesse entregar sua mensagem, Paulo buscou a companhia dum pequeno grupo que se reunia nas margens do Gangite, fora da cidade.

Em Filipos ocorreram três conversões típicas: Lídia, a comerciante; a jovem com espírito de adivinhação, escrava de Satanás (esta pode ter sido liberta); e o carcereiro, um suboficial do exército romano.

Alguns eventos, principalmente a libertação da jovem adivinha, resultaram em feroz perseguição por parte das autoridades, à qual se seguiu uma libertação miraculosa. A perseguição continuou, mesmo quando Paulo foi para Tessalônica. Os convertidos filipenses foram, então, submetidos a uma parcela de conflito e aflição, conforme Paulo relata em 2 Coríntios 8.2 e Filipenses 1.7,28-30. Mais tarde, Timóteo e Erasto foram enviados à Macedônia (At 19.22) e, sem dúvida, os irmãos de Filipos devem ter cooperado com voluntariedade, pois deles Paulo dá testemunho de estarem prontos e bem dispostos a atenderem o apelo de socorro em favor dos crentes pobres e necessitados em Jerusalém (2 Co 8.1-5).

No outono de 56 d.C., provavelmente, após uma ausência de cinco anos, o próprio Paulo partiu de Éfeso para revisitar suas igrejas européias (At 20.1; 2 Co 7.5,6), passando por Filipos rumo à Grécia. Nesta passagem, sem dúvida, os filipenses devem ter tirado grande proveito de sua presença. Alguns meses depois, ele tornou a visitá-los, quando voltava, via Macedônia, rumo a Trôade (At 20.5,6). Vemo-los, mais tarde, enviando Epafrodito como portador de ofertas voluntárias para socorrer Paulo, que se encontrava numa prisão em Roma (2.25,30; 4.10-18).

Foi por intermédio de Epafrodito que Paulo enviou sua Epístola aos Filipenses. Seu relacionamento com eles era o mais amoroso e pessoal possível.

4. Data e ensejo da epístola

A carta foi com certeza escrita em Roma durante os dois anos em que Paulo esteve preso, como o registra Lucas em Atos 28.3-30. A data seria por volta do ano 61 d.C.

Epafrodito fora o emissário dos filipenses, encarregado de passar suas doações às mãos de Paulo (2.25; 4.18). Desconsiderando sua própria saúde, no desejo de servir a Paulo ele ficou gravemente enfermo, mas pôde se recuperar por um milagre de Deus (2.27-30). Epafrodito, quando se apresentou a Paulo, estava também extremamente desejoso de retornar a Filipos, pois as notícias de sua enfermidade deixaram os irmãos muito aflitos (2.26). Paulo, sem dúvida, guiado pelo Espírito Santo e também influenciado parcialmente por notícias de mal-entendidos entre alguns irmãos (1.27; 2.2-4,14; 4.2), resolveu enviar a epístola pelas mãos de Epafrodito. A mesma revela a profunda afeição que, de coração, nutria por eles e seu fervoroso anelo pelo bem-estar espiritual dos filipenses.

II - Análise da Epístola

Consideremos nesta seção as principais características ou, por assim dizer, o conteúdo exclusivo, capaz não só de definir como dar o tom da epístola.

1. Não trata de controvérsias – tem caráter pacífico

Não havia necessidade de Paulo, como nas cartas aos Gálatas e aos Coríntios, defender sua autoridade apostólica, pois os filipenses eram leais a ele e também à "fé que uma vez foi dada aos santos" (Jd 3). Também a afeição que tinham por ele era extraordinária e mais de uma vez o haviam ajudado em suas necessidades (4.10-18). Note que, ao se dirigir a eles, Paulo dispensa o título de "apóstolo" (Fp 1.1; comp. Rm 1.1; 1 Co 1.1; Gl 1.1).

Nenhum erro doutrinário dividia a igreja, e nesse aspecto difere das epístolas aos Gálatas, Coríntios e Colossenses, enviadas da mesma prisão. Contudo, no capítulo três, Paulo adverte contra o judaísmo e uma possível forma de antinomianismo. Mas não há razão para crer que estes erros estavam realmente presentes na igreja. O desejo de Paulo era preveni-los contra tais ensinos antes que efetivamente surgissem.

2. Sobejam notas de afeição pessoal

Era com prazer e gratidão que Paulo orava pelos filipenses sempre que se lembrava deles (1.3-5). Ele louva a Deus pela comunhão que mantinham com ele no Evangelho (1.7). Não podia negar que sentia reais saudades (1.8). Embora o seu desejo pessoal fosse partir desta vida para estar com Cristo, ele de bom grado abriria mão disso, se Deus o permitisse, a fim de lhes falar mais sobre as coisas espirituais (1.21-26). O profundo amor de Pau-

lo por eles se expressa na forma como se dispôs a permitir o regresso de Epafrodito (2.25-30). Também estava disposto a abrir mão da presença de Timóteo para que fosse cuidar deles (2.19-23). Suas dádivas haviam-lhe trazido gozo e alegria à alma, sabendo que eram expressões sinceras de corações cheios de genuína afeição (4.10-18).

3. Constitui uma carta pastoral cujo tema é a união

Não obstante o vínculo de afeição que a mantinha unida, parece que uma questiúncula ameaçava desfigurar a beleza dessa igreja. Surgira uma "raiz de amargura" (Hb 12.15) que, se crescesse, contaminaria naturalmente a muitos. Embora não houvesse rixas por questões de doutrina, o mesmo não se podia dizer quanto a problemas pessoais de relacionamento – talvez um desgaste em função das diferentes demandas do serviço cristão. Duas irmãs, Evódia e Síntique (4.2), pioneiras daquele trabalho, são mencionadas como as protagonistas. O sublime capítulo 2 dessa epístola, que fala sobre o sentimento de humildade que houve em Cristo Jesus e exorta cada um a considerar os outros superiores a si mesmo, ao que tudo indica visava resolver de uma vez por todas qualquer situação que pudesse dividir a igreja.

Não que o mal tivesse alcançado proporções muito grandes, mas Paulo não pretende vê-lo crescer, apressando-se em corrigi-lo. Com a maior delicadeza, ele indica o perigo, e com a ternura própria de sua natureza cordial, roga-lhes que evitem dissensões e cultivem a mais estreita união cristã. Quanto a ele, ama-os a todos (1.1,4,7,8). Assim os exorta para que permaneçam firmes "num mesmo espírito, combatendo juntamente com o mesmo ânimo pela fé do evangelho" (1.27b). Se quisessem alegrar-lhe o coração, então, afastassem deles todo partidarismo

e vanglória e fossem duma só mente na união do Espírito Santo (2.1-4). Ele os exorta a mostrar em tudo aquele sentimento que houve também em Cristo Jesus, o sentimento de abnegação e de verdadeira auto-humilhação (2.5-8). Assim, os convoca a pôr de lado as murmurações e contendas, resplandecendo como luminares de Deus no mundo de trevas (2.14,15). Que as irmãs responsáveis pela suposta contenda se reconciliem (4.2,3). Que o espírito de submissão mútua substitua suas rivalidades (4.5; cf. Walker).

III - Palavras e Pensamentos Especiais

1. Está repleta de Cristo

O nome "Cristo" ocorre 37 vezes. O bispo Lightfoot tem observado muito bem que "esta Epístola nos faz voltar das polêmicas teológicas e eclesiásticas para o próprio coração e centro do Evangelho, isto é, a vida *de* Cristo e a vida *em* Cristo".

Com grande habilidade, Paulo apresenta nosso relacionamento com Cristo, nossa possessão em Cristo e nossa responsabilidade para com Cristo.

2. Está repleta de gozo

A tônica da epístola é "gozo", repetidamente enfatizada – as palavras "gozo", "alegria" e "regozijai" ou "regozijo" aparecem cerca de 16 vezes. "Regozijai-vos no Senhor" é a parte central da mensagem do apóstolo. A vida de louvor a Deus em meio às circunstâncias, boas e más, é um ponto de nítido destaque. Que lugar estranho – a prisão – para originar uma mensagem de tão grande impacto! Mas nem as paredes sombrias de uma prisão poderiam restringir o cântico de vitória do apósto-

lo que se regozijava no seu Senhor sempre presente, nos braços de quem seu espírito saltaria caso o encarceramento resultasse em morte.

Que lição preciosa nos salta aos olhos! Lição cuja utilidade a todo instante se realça nas muitas e variadas circunstâncias por que passa a nossa vida.

3. Está cheia de inclinação para a santidade

A palavra grega *phronein*, cujo significado evoca a mente sendo dirigida duma maneira prática de modo a servir aos melhores interesses de alguém, ocorre dez vezes (1.7; 2.2,5; 3.15,19; 4.2,10).

A raiz dessa palavra, *phren*, inclui em seu campo semântico tanto o coração como a vontade, além do raciocínio. "O apóstolo desejava que os cristãos em Filipos concentrassem as energias da mente (sentimento, volição e pensamento) sobre uma só coisa: a glória do seu Deus e Salvador. Paulo desejava ver 'a mente de Cristo' plenamente reproduzida neles. Uma vez que a 'mente' deles estivesse em retidão, sua vida também seria reta" (Walker).

4. Está cheia de comunhão

É notável o grande número de palavras compostas com a preposição grega *sun*, que expressa comunhão e associação as mais íntimas. "A leitura destas palavras compostas seria o bastante para acabar com o espírito de rivalidade e facções. Quando as estudamos podemos sentircomo são reais, e nos aproximamos dos laços que unem a todos os que 'amam o nosso Senhor Jesus Cristo em sinceridade'" (Idem).

Dentre as expressões que nos conferem esse significado, podemos relacionar as seguintes:

• "Participantes" (***sun**koinonos*), juntos, da graça de Cristo; companheiros nas aflições de Cristo (1.7; 4.14).

• "De mesmo ânimo" (***sun**psuchos*), unidos de todo o coração em Cristo, de mente e alma (2.2).

• "Companheiros de luta" (***sun**nathleo*), combatendo lado a lado por Cristo e trabalhando juntos na divulgação o Evangelho (1.27; 4.3).

• "Colegas no regozijo" (***sun**chairo*), regozijando-se juntos em Cristo (2.17,18).

• "Companheiros de armas" (***sun**stratiotes*), lutando juntos as guerras de Cristo (2.25).

• "Cooperadores" (***sun**ergos*), trabalhando juntos na obra de Cristo (2.25; 4.3).

• "Cooperadores" (***sun**lambano*), juntos levando o fardo de Cristo (4.3).

• "Companheiros de jugo" (***sun**zugos*), levando juntos o jugo de Cristo (4.3).

• "Companheiros a imitar" (***sun**minetai*), seguindo juntos o bom exemplo (3.17). Seguidores juntos.

"Feliz a igreja que, uma vez firme na confiança do Evangelho, pode ser efetivamente caracterizada por este importante aspecto da união cristã" (Idem).

IV - A Oração É Pessoal

1. Saudação introdutória (1.1,2)

A palavra "servos", no versículo 1, significa literalmente "escravos". O verdadeiro ministro de Cristo é como o servo hebreu em tempos passados que, obtendo sua liberdade, opta por continuar na casa do seu amo. Este, então, perfura-lhe a orelha em sinal de lealdade e escravidão voluntária. Escravidão, sim, mas que de fato constitui a mais bendita liberdade – estar junto de quem se

ama. Servir a Cristo, para aquele que por motivo de amor se coloca à sua inteira disposição, é a mais sublime forma de liberdade.

"Tudo que o europeu procura expressar por meio de sua usual saudação grega *charis* ('graça'), e tudo que o semita quer expressar pela palavra 'paz' (na língua árabe, *salam*, e no hebraico, *shalom*) cumpre-se e é realizado em Cristo" (Walker). "A palavra grega que significa 'graça' é maravilhosa... Os gregos pagãos a usavam ao referir-se a um favor feito a outro, motivado pela mais pura generosidade do coração e sem pensar em recompensa" (Wuest). No Novo Testamento, o vocábulo refere-se ao favor concedido por Deus a um pecador indigno, em virtude da morte vicária do seu Filho. A palavra "paz" tem como conotação a reconciliação e a comunhão restabelecida. Esta saudação usada no Novo Testamento é, na realidade, um penhor da união do Oriente e do Ocidente, de todas as nações, sob um único Senhor (v. 2).

2. Ação de graças e oração (1.3-11)

As igrejas que receberam de Paulo as mais calorosas ações de graças foram as de Filipos e Tessalônica. A expressão, no versículo 3, "dou graças ao meu Deus todas as vezes que me lembro de vós", indica quePaulo os tinha na mais alta conta, lembrando-se *sempre* do zelo e carinho dos filipenses.

O vocábulo "sempre" (v. 4) ocorre 27 vezes nas epístolas paulinas, quatro em Filipenses:

- Sempre orando (1.4).
- Sempre engrandecendo a Cristo (1.20).
- Sempre obedientes (2.12).
- Sempre se regozijando (4.4).

O crente que se ocupa em praticar essas quatro recomendações *sempre* terá uma vida de vitória. Satanás jamais poderá derrubá-lo.

Os versículos 3-11 do primeiro capítulo revelam a intensidade do amor que Paulo tinha em seu coração pelos cristãos de Filipos. Em razão disso, pensar neles era para o apóstolo um prazer. Era *sempre* com alegria que orava por eles, confiando que Deus completaria a obra espiritual já começada e em franco desenvolvimento (v. 6). Paulo os amava, porque os tinha em seu coração (v. 7). Esta forte afeição, manifestada nos versículos 7 e 8, deve ser o selo que une o pastor às suas ovelhas.

A palavra "entranhável", ou "terna" (v. 8 – ARC/ ARA), no grego é *splagxnizomal* e tem a ver mesmo com as entranhas, algo que vem de dentro, do fundo do coração. Entre os hebreus, as entranhas eram a fonte das afeições mais tenras, a origem de sentimentos como bondade, benevolência e compaixão.

Paulo quer dizer que foi o amor potencializado pela presença de Cristo nele que o fez ansiar profundamente pelos filipenses.

Paulo roga a Deus que seu amor – por Cristo, de uns para com os outros, pelos pecadores – possa se extravasar cada vez mais. Este amor não deve ser uma afeição inflamável, sem controle, que depois se apaga por falta duma correta orientação, mas conservado e dirigido (v. 9) "em ciência e em todo o conhecimento". No original, o termo empregado para "conhecimento" denota – como registrado noutras versões da Bíblia – percepção, sensibilidade e discernimento.

A frase encontrada no versículo 10, "para que aproveis as coisas excelentes" (cf. Rm 2.18), pode ser interpretada de duas maneiras: "para que possais testar ou verificar as coisas que diferem" e "para que aproveis as coisas que transcendem ou se salientam". Queremos ressaltar

com essas expressões a importância do amor ser exercido com conhecimento, se é que pretendemos fazer escolhas criteriosas, separando com propriedade a verdade da contrafação e o santo do espúrio (Moule).

"Escolhendo as elevadas riquezas da graça; não se contentando com as experiências inferiores, mas ... sempre escolhendo, aprovando e entrando no gozo dos dons de maior grandeza a nós outorgados, a fim de promover em nós a vida e a piedade" (Walker; cf. 2 Pe 1.3).

Esse exercício espiritual resultará em serem achados "sinceros" (literalmente: "sem mistura", "com motivos puros") e "sem escândalo" (literalmente: "sem fazer os outros tropeçarem", "inculpáveis") no dia de Cristo. Há uma referência aqui ao Tribunal de Cristo, onde os pensamentos, motivos e razões, por enquanto ocultos, serão mostrados tais como são, sem máscara ou disfarce, diante da gloriosa presença do Senhor (v. 10; cf. 2 Co 5.10).

Paulo roga também a Deus que a vida de cada crente de Filipos seja frutífera na justiça, para que Deus seja glorificado (v. 11). Ora, sendo a justiça produzida por Jesus Cristo, tal frutificação só é possível pela união com Ele (Jo 15.1-16).

3. Referências pessoais de Paulo – seus grilhões, obra, rivais, dilema e convicções (1.12-26)

As palavras introdutórias desta passagem têm por alvo acalmar os corações dos filipenses quanto à aparente calamidade de seu aprisionamento em Roma. Paulo lhes assegura que essas circunstâncias até contribuíram para a extensão do Evangelho (v. 12). Explica-lhes que "suas prisões em Cristo" se tornaram bem conhecidas, sendo comentadas em todo o palácio (literalmente: "por toda a guarda pretoriana"), incluindo César e sua corte, além dos romanos em geral (v. 13).

A prisão de Paulo é digna de nota num pleito judicial dessa natureza, devido ao seu testemunho da gloriosa pessoa de Cristo, realçado por sua constância e firmeza. Embora preso a grilhões por causa do Mestre, seu encarceramento acabou inspirando os irmãos em Roma a testificar com coragem de Cristo. Outros, provavelmente judaizantes agregados à igreja em Roma, embora invejosos e facciosos, também ajudariam a promover a proclamação de Cristo, por estranho que pareça. O nome de Cristo, fosse de boa vontade ou contrariando a simplicidade do Evangelho, estava nos lábios de muitos (vv. 14-18).

Paulo crê que mesmo na difícil circunstância em que se encontrava, de provas e sofrimentos, compartilhada pelos filipenses em oração inspirada pelo Espírito Santo, tudo resultaria na salvação de muita gente (v. 19). Esperava e desejava que Cristo fosse engrandecido por meio dele, não importando se para isso devesse continuar vivo ou morrer. Para Paulo, a vida resumia-se a Cristo – ele era tudo –, e a morte podia ser computada por lucro, pois significava estar com Cristo (v. 20,21).

De certa maneira, ele estava num dilema, perplexo, sabendo que sua "partida" (no grego, literalmente: "desatamento") significaria estar na presença do Senhor, sem ignorar que sua presença no corpo se fazia necessária, a fim de poder acompanhar-lhes o progresso espiritual. Se fosse solto da prisão e pudesse reunir-se com os irmãos, seria "para proveito vosso e gozo da fé" (vv. 22-26).

V - Exortações e Exemplos Pessoais

1. Exortação à coerência e à coragem (1.27-30)

"Somente (eu estando ou não com vocês) deveis portar-vos dignamente [literalmente: 'comportar-vos como

cidadãos'] conforme o Evangelho de Cristo" – que vos tem dado a cidadania celestial. A notícia que Paulo deseja ouvir é a de que os filipenses "permanecem firmes", sem ceder terreno, unidos num só propósito como se fossem um só espírito, ou uma só "alma" (mente), "combatendo juntamente pela fé do evangelho" (no original: "companheiros combatentes", v. 27). O termo deriva-se dos jogos de gladiadores no anfiteatro romano, nos quais os homens lutavam até a morte, ombro a ombro, contra um adversário comum.

Os irmãos devem mostrar intrepidez no meio da perseguição (Filipos, segundo At 16, era um lugar sujeito a agitações). O próprio valor e a atitude inabalável deles demonstraria aos inimigos, claramente, que estavam convictos da vitória final e da destruição dos seus adversários (v. 28).

2. Exortação à generosidade e à união (2.1-4)

Estes versículos contém um ardente apelo aos filipenses, de manterem a paz e a união entre si. Se as experiências espirituais não resultam em amor fraternal é porque algo está errado. A lealdade a Cristo exige obediência ao seu "novo mandamento" (Jo 13.34,35; cf. Walker).

O apelo de Paulo baseia-se no conforto, na consolação, nas tenras misericórdias e na compaixão, oriundas do Senhor que é o mesmo sobre todos, as quais os deveriam inspirar à união da mente e da alma (vv. 1,2). Nada se deve fazer por interesse pessoal ou vaidade. Todas as ações devem demonstrar a verdadeira nobreza do caráter, motivadas pela abnegação, ou seja, cada um dando preferência às reivindicações de seu irmão (vv. 3,4). O verdadeiro espírito de humildade ataca a própria raiz dos preconceitos raciais, sociais, nacionais ou regionais, levando o cristão a reconhecer sempre que não passa dum

pecador salvo tão-somente pela graça divina. Como é incomum esse espírito, tão valoroso aos olhos de Deus, principalmente entre os que se dizem espirituais!

3. O exemplo da humildade de Cristo (2.5-11)

Paulo, agora, com o propósito de deixar bem clara a lição sobre a humildade, escreve uma das mais sublimes passagens de toda a Escritura Sagrada. Pela inspiração divina, ele sobe às maiores alturas e desce às maiores profundidades, ao expressar o mistério da encarnação de Cristo. Apresentamos aqui a seguinte paráfrase desta passagem, na qual se preserva o sentido original da língua grega.

"Pensai assim vós mesmos, como Cristo Jesus foi inspirado a pensar. Ele, que sendo originalmente a verdadeira expressão e declaração da vida íntima e essencial da divindade, não considerou a igualdade com Deus uma coisa a que se devia aferrar. Mas se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se semelhante aos homens. E, sendo encontrado como homem na aparência externa, humilhou-se ainda mais, tornando-se obediente até a morte – a morte sobre a cruz. Por esta razão, Deus grandemente o elevou e livremente lhe conferiu o nome que está sobre todo o nome, decretando que ao nome de Jesus todo joelho se dobre, tanto os que estão nos céus, como os que estão na Terra e debaixo da Terra, e que toda língua pronuncie esta confissão: 'Jesus, Messias, é Senhor!' Assim rendendo glória a Deus, o Pai".

O versículo 6 atesta a divindade essencial de Cristo. AquEle que originalmente ocupava uma modalidade de existência própria de Deus. O vocábulo "forma" (*morphe*, no grego) significa a manifestação duma realidade – a realidade de Cristo foi moldada a uma nova circunstância. O Filho de Deus, a fim de cumprir o plano da redenção, não se prendeu à sua prerrogativa divina de igualda-

de com o Pai, mas esvaziou-se a si mesmo (*Ekenosen*, idem).

Cristo foi realmente "o Filho do homem", tendo vencido o pecado na carne (Rm 8.3), numa condição igual à nossa.

O escritor aos Hebreus o apresenta como o Deus-homem na presença do Pai, sendo o nosso fiel e misericordioso Sumo Sacerdote (cf. Hb 2.17,18; 4.15,16). Ele desceu do nível divino para o da humanidade, e do nível humano para o da ignomínia (a maldita morte de cruz), em razão do seu amor por nós. Pelo que fez, conquistou para nós um acesso ao trono de Deus, como garantia de que nosso futuro se realizará conforme o compromisso ou pacto celebrado no Evangelho.

4. Exortação à obediência e à santidade (2.12-16)

Paulo elogia os filipenses por sua obediência – sem dúvida a Deus, primeiramente, e depois a ele mesmo, quando esteve em Filipos. Paulo deseja que a salvação e a santidade deles não dependam da sua presença; como nós também devemos ter a nossa própria experiência com Deus e não depender além da conta dos pastores e amigos, ainda que os mais consagrados (v. 12). Cada um deve buscar a santidade, porque esta é a vontade de Deus para conosco (Walker).

Esta passagem ("operai a vossa salvação") não ensina, em absoluto, uma salvação pelas obras. O versículo seguinte o esclarece muito bem: "Porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar..." O sentido do texto como um todo "constitui um apelo aos homens justificados a diligentemente zelarem pelo progresso de sua santificação, a qual se consumará brevemente na 'glória a ser revelada'". A consumação de nossa salvação, pois, está em nossa dependência de Deus (v. 13), mas como Ele habita em nosso interior devemos agir

com "temor e tremor" (v. 12). O apóstolo, com isso, ressalta que devemos ter permanentemente o cuidado de não ofender a Deus, buscando em tudo fazer o que é reto - uma forma de confirmar (não de obter) a nossa salvação.

Complementando os versículos 12 e 13, os santos de Deus devem fazer "todas as coisas sem murmurações nem contendas" (v. 14), pois tais atitudes evidenciam um espírito arrogante, digno de censura. Mas nós, como filhos de Deus, devemos nos tornar irrepreensíveis e sinceros (grego: "sem liga", "não adulterado") em todas as áreas, especificamente quanto ao caráter. Paulo afirma que devemos ser "inculpáveis" (literalmente: "sem falha, mancha ou culpa") para que a luz do nosso testemunho de Cristo resplandeça em meio às trevas dum mundo transviado e corrupto (vv. 15,16).

5. Exposição de planos – as missões de Timóteo e Epafrodito (2.17-30)

A incerteza do resultado do julgamento de Paulo é afirmada em 2.17. Paulo estava disposto a derramar o seu sangue como libação sobre o sacrifício (holocausto) da igreja em Filipos, consagrada e cheia de fé. Esta passagem apresenta a idéia do sacerdócio universal dos crentes sob a Nova Aliança. A libação de Paulo junto com o holocausto dos crentes constituiria um sacrifício de cheiro suave ao Senhor (vv. 17,18).

Paulo planeja enviar-lhes Timóteo, a quem ele elogia por seu serviço abnegado (vv. 20,21) e comprovado valor (v. 22). Tão logo fosse terminado seu iminente julgamento (v. 23), Paulo espera visitá-los pessoalmente, mas por enquanto envia Epafrodito, seu mensageiro e portador da epístola, pessoa que não podia dispensar, pois muito precisava de seus favores e cuidados, além do prazer da comunhão mútua em Cristo, que era muito

preciosa (v. 25). Epafrodito adoecera, enfrentando risco de vida, provavelmente por causa dos perigos da jornada que empreendeu até Roma, da qual se incumbira em benefício dos companheiros. Ao que tudo indica, a causa da enfermidade foi estafa (v. 30). Homens tais, que expõem ao perigo a própria vida no serviço abnegado de Cristo, são raros e devem ser honrados pela igreja em que se encontram (vv. 26-30).

VI - Admoestações

1. Advertência contra o judaísmo (3.1-8)

Novamente Paulo repete a frase "regozijai-vos no Senhor", que se destaca em toda a epístola. Ele não acha penoso repetir ("escrever-vos as mesmas coisas") essa verdade tão vital e prática, sabendo que ela oferece "segurança" contra os erros (v. 1).

As advertências nos versículos seguintes são contra a insistente propaganda dos mestres judaizantes, que pregavam que a simples fé na obra consumada de Jesus, no Calvário, não era suficiente e precisava ser complementada pelas obras da Lei, isto é, a circuncisão, as festas cerimoniais, os jejuns etc. Nesta mensagem, Paulo dá um golpe fatal na religião que se deixa determinar por exterioridades. Ele classifica as pessoas que pervertem o Evangelho como "cães" e "maus obreiros" (sua obra era má, tanto nos seus propósitos quanto nos resultados, perceptíveis no esforço que despendiam para fazer prosélitos e colocar os gentios convertidos debaixo do jugo da Lei). Paulo os identifica claramente com a circuncisão, considerada por ele como prática inócua no que se refere à graça.

A palavra grega empregada para circuncisão é *peritomê* ("fazer incisão em volta"). O objetivo de Paulo é explicar

que a cerimônia da circuncisão não passava duma "incisão" na carne como qualquer outra. Não que a circuncisão em si não fosse honrosa – mas só enquanto vigorava o pacto que lhe deu origem. Vindo a Nova Aliança, porém, estabelecida por Cristo e rejeitada pelos judeus, a "circuncisão" (carnal) deles acabou se tornando um meio de privá-los da (verdadeira) circuncisão, a do espírito. A cerimônia tornou-se mera "incisão" na carne, sem efeito espiritual, enquanto a verdadeira "circuncisão" atinge o coração, os lábios e os ouvidos do cristão (Jr 4.4; 6.10; 9.25,26).

A verdadeira circuncisão é uma prática espiritual, significando um serviço apresentado a Deus pelo Espírito Santo e que glorifica somente a Cristo. O coração circuncidado não cede lugar ao egoísmo ou à vanglória (vv. 2,3).

O apóstolo, em seguida, passa a citar algumas razões em que poderia gloriar-se nas coisas naturais, se o quisesse. Ele se coloca na posição vantajosa de ser judeu, a fim de reforçar seu argumento e expor o erro dos judaizantes.

"Paulo gozava duma posição irrepreensível, segundo qualquer critério judaico, quanto à raça, nascimento e seita. Ele era 'ultrajudeu' e 'ultrafariseu'. Contudo, tais honras só são por ele mencionadas para que possa colocá-las no pó, aos pés de Cristo, abandonando-as ali como coisas da mais total inutilidade" (Walker) .

Com todo o direito e sem medo de contestação, como o Dr. Walker diz, Paulo podia gloriar-se das seguintes coisas:

• Sua posição quanto à Aliança: "circuncidado ao oitavo dia". Estava "por dentro".

• Sua raça: "da linhagem de Israel". A pessoa podia ser circuncidada e não passar dum prosélito. No caso de Paulo, ele não era alguém de fora, "enxertado" na árvore,

mas da verdadeira linhagem judaica. Corria em suas veias o puro sangue judaico.

• Sua família: "da tribo de Benjamim". A famosa tribo de Benjamim, o filho de Raquel, esposa preferida de Israel (Jacó).

• Seu patriotismo: "hebreu de hebreus". Paulo não era helenista (dado apreciar e adotar a cultura grega), pois dera prioridade ao idioma, maneiras e costumes judaicos.

• Sua ortodoxia: "segundo a lei, fui fariseu". Era dos mais zelosos de sua religião.

• Seu zelo religioso: "segundo o zelo, perseguidor da Igreja". Era como um fanático, partidário apaixonado por suas convicções.

• Sua autojustiça: "segundo a justiça que há na lei, irrepreensível". Paulo era o próprio tipo da piedade hebraica.

Mas, de que valera tudo isso? Do ponto de vista hebraico, ele é como o orgulhoso possuidor de fabulosa riqueza – mas havia algum ganho? Não, não havia nenhum ganho quando suas posses religiosas eram contrastadas com a "excelência do conhecimento de Cristo Jesus". Em lugar de ganho, havia perda. Sim, seu tesouro acumulado dentro do judaísmo não passava de esterco (vv. 7,8).

2. Permanecer em Cristo, prosseguindo para o alvo (3.9-14)

A paixão que o dominava agora, tendo possuído Cristo, era ser "achado nele" – em qualquer momento, tanto no presente como na eternidade. Cristo era a fonte da sua vida e o cerne do seu ser, pelo que via a si mesmo como a vara bem ligada à videira que é Cristo. Só assim seria nutrido pela seiva da vida, suprido em espírito pela comunhão com o Senhor (v. 9a).

Uma vez em Cristo, Paulo dependia dEle para tudo, repudiando claramente qualquer reivindicação de aceitação perante Deus à base do mérito pessoal. Ele sabia que todo merecimento próprio, ainda que se derivasse do mais elevado código de leis então conhecido (a Lei de Moisés), era incapaz de justificá-lo diante de Deus. Assim, baseava sua reivindicação na absoluta justiça que Deus proveu em Cristo, pela fé (v. 9b).

A maior experiência que alguém pode conseguir na carreira cristã é *conhecer a Cristo*. Isso implica, de um lado, em experimentar o poder da ressurreição a fim de suplantar as circunstâncias e se regozijar sempre no Senhor. De outro, implica em participar dos seus sofrimentos, tomar a cruz e segui-lo (cf. Mt 10.36-38; Lc 9.22,23). Paulo não se opunha à "comunicação de suas aflições", dispondo-se à obediência mesmo que significasse morrer pela causa daquEle que não vira obstáculo em subir à cruz por todos nós (v. 10).

O apóstolo não temia a morte, porque sabia que ela seria apenas um meio de "chegar à ressurreição dos mortos". A esperança do apóstolo é que vida de Jesus, uma vez compartilhada aos crentes, termine por conduzi-los à sua própria glória. Chegará o dia em que nos ergueremos dentre os mortos, sendo transformados para uma existência bem-aventurada para sempre na presença do Senhor (v. 11).

Uma vez iniciada a carreira, restava um caminho a ser percorrido. Sem se importar com os obstáculos, e deixando todo o embaraço, ele prosseguia a fim de alcançar aquilo para o qual fora arrebanhado por Cristo (v. 12; cf. Hb 12.1,2).

A única atitude coerente e segura para o cristão é buscar aquilo que está adiante, à frente, sem olhar para trás. Nosso progresso nas coisas espirituais deve ser contínuo, não pode sofrer solução de continuidade; nes-

sa jornada não se permite inércia ou apatia. Da mesma forma que omundo corre como um rio numa direção contrária a Cristo, parar significa retroceder. Se não progredir, o cristão voltará atrás. Como Paulo, esqueçamos das coisas que para trás ficam. Os enganos, equívocos e falhas - com prazer deles nos esqueceremos. Das vitórias alcançadas? Sim, porque se constantemente estamos repetindo a história dessas bênçãos, não olharemos para a frente e nem alcançaremos as coisas mais elevadas e melhores que Deus tem para nós. Portanto, se queremos chegar lá, avancemos para o que está adiante, "pelo prêmio da soberana vocação em Cristo Jesus" (v. 14).

3. Admoestação contra o antinomianismo (3.15-21)

O antinomianismo (grego: *anti* – "contra"; *nomos* – "lei") seria o extremo oposto do legalismo. É uma forma de oposição à Lei que representa a inferência ou dedução, feita por alguns a partir da doutrina da justificação pela fé, de que a Lei não impõe nenhuma obrigação sobre os crentes, inclusive quanto a aspectos morais. O termo hoje aplica-se a todas as doutrinas e práticas que parecem condenar ou desfavorecer as obrigações morais. Foi para corrigir esse falso postulado que Paulo escreveu o argumento que se encontra em Romanos, capítulo 6.

"Evidentemente, neste ponto o apóstolo deixa de lado os partidários do legalismo para concentrar sua atenção nos defensores da libertinagem. Parece que ele tem em mente os mestres antinomianos, quer em Roma, quer em Filipos, ou em qualquer outro lugar onde pregassem uma perfeição simulada e não cristã. Suas pretensas afirmações de ter alcançado conhecimento e liberdade superiores os levaram a um comportamento indulgente que logo degenerou num declarado estado pecaminoso. É contra os tais perversores do legítimo Evangelho que Paulo

invoca seu protesto, fazendo sérias admoestações" (Walker).

Ele se dirige (v. 15) aos que são "perfeitos", isto é, a "homens maduros" e não a "crianças". Não descartamos a possibilidade de Paulo estar empregando um pouco de sarcasmo, dirigido contra alguns que se consideravam "perfeitos", gabando-se de conhecimentos superiores aos demais, quando, no entanto, seu comportamento diário, evidentemente, era incompatível com sua profissão.

A todos, porém, Paulo insiste na aderência ao princípio que acabara de formular, "...esquecendo-me das coisas que atrás ficam e avançando para as que estão diante de mim" (v. 13). Diante dele estavam as melhores coisas – o prêmio que todos desejavam (cf. v. 14). Para alcançá-lo, todos deveriam andar segundo a mesma regra, sob um mesmo sentimento (v. 16). Quanto a isso, não se constrangia em claramente admoestá-los a serem seus imitadores (v.17), pois ele também imitava a Cristo (1 Co 11.1). Em tudo seu exemplo era coerente, pois tinha em vista o alvo: Jesus.

Cristo era o padrão, e o segui-lo, a regra. Conformar-se a Cristo não era opcional, não constituía uma prerrogativa irresponsável da liberdade, a menos que não se rotulassem cristãos.

Enquanto assim escrevia, seu coração estava contristado a ponto de chorar quando contemplava a maneira indulgente de vida por parte dum bom número de crentes que, apesar de professarem a Cristo, na realidade viviam na glutonaria, embriaguez e sensualidade (vv. 18,19). "O grupo a que ele se refere era constituído provavelmente por aqueles que distorciam o evangelho da graça e a doutrina da justificação pela fé, transformando-os em capa para um afrouxamento pecaminoso na maneira de viver. Por outro lado, era possível haver alguns que, apesar de defensores obstinados da Lei e extremistas,

viviam abertamente no pecado. Isso porque o fanatismo cego, ligado ao culto das exterioridades muitas vezes se deixa acompanhar pelo mundanismo e a imoralidade" (Walker). O fim deles era a perdição, pois só pensavam nas coisas terrenas. Cumpre ressaltar aqui quão grave é perder a perspectiva da eternidade. Ninguém pode prosseguir para o alvo que está em Cristo Jesus, nem aguardá-lo com esperança, se vive preso às coisas do mundo.

A palavra "nossa", no versículo 20, pela sua posição gramatical, demonstra enfaticamente o contraste entre a vida descrita nos versículos anteriores e aquela que Paulo passa a descrever. "*Eles* viviam uma vida terrena e vergonhosa, o que não acontece *conosco*, porque a *nossa* metrópole está no céu, e ali estão os *nossos* interesses. O *nosso* alvo é alcançar o céu" (*Idem*). "Mas a nossa cidade está nos céus" (v. 20): "cidade" significa "pátria", "comunidade", "metrópole" à qual pertencemos como cidadãos.

Somos representantes dessa pátria, enquanto estivermos aqui na Terra. Somos embaixadores em terra estrangeira (cf. 2 Co 5.20), aguardando ardentemente o aparecimento no céu do nosso Senhor e Salvador. Nossa redenção será completada por Ele, que transformará o nosso corpo de humilhação.

A referência "de humilhação" que Paulo faz a nosso corpo confirma as conseqüências da queda de Adão e Eva. A promessa divina é que nosso corpo será transformado (no grego significa que tomará sua forma verdadeira e permanente) e feito conforme o corpo da sua glória, isto é, semelhante ao corpo ressuscitado de Cristo. Neste ponto o leitor deve pesquisar as referências alusivas à ressurreição de Cristo: Mateus 28.1-20; Marcos 16.1-20; Lucas 24.1-53; João 20.1-31; Atos 1.9.

A consumação dessa promessa nos é assegurada, pois Ele é poderoso para sujeitar a si todas as forças contrári-

as, sejam elas quais forem. Para os que têm sua esperança nos Céus, Jesus voltará e transformará seus corpos abatidos, segundo a eficácia do seu poder pelo qual nos dará um corpo igual ao seu, glorioso (v. 21). Ele agirá na sua onipotência.

4. Exortação à união, ao gozo, à paciência, à oração etc. (4.1-9)

Obviamente, a palavra "portanto" liga esta passagem à anterior (o capítulo 3). Que os filipenses, assimilando a lição quanto aos libertinos, não dêem também brecha ao diabo. Por isso ele, que tanto os amava, faz questão de exortá-los a permanecerem firmes nos seus princípios, prosseguindo adiante na força do Senhor (v. 1).

Sem delongas, Paulo faz menção direta a Evódia e a Síntique, duas possíveis diaconisas, iguais a Febe, as quais haviam cooperado ativamente com ele nos seus labores apostólicos (v. 3). Exorta-as a cultivarem um sentimento comum, esquecendo-se de suas dissensões, a fim de agradar ao Senhor de todos (v. 2). Ora, tais desavenças e disputas não podem existir num ambiente impregnado com a mente de Cristo (2.3-8), pois procedem do orgulho, dum espírito faccioso e do egoísmo em suas várias formas.

Uma vez tratado o problema imediato (a possível contenda por questões pessoais), Paulo segue ministrando exortações práticas. Que os filipenses possam alcançar uma vida de constante regozijo no Senhor (v. 4); que manifestem "moderação" (ternura, bondade,submissão, paciência e espírito tratável para com todos), à luz da iminente segunda vinda de Cristo (v. 5). Exorta-os também a não se deixarem oprimir pela ansiedade, já que o "Trono da Graça" está sempre acessível às nossas súplicas. Deus "guardará [literalmente: "colocará uma guarnição militar"] os vossos corações e os vossos sentimen-

tos", outorgando-lhes a sua própria paz, que resultará na maior calma e quietude reparadoras (vv. 6,7).

O Dr. Walker comenta: "O apóstolo mostra que o coração e os pensamentos do cristão, enquanto guardados em Cristo Jesus por sua paz, ainda têm bastante campo para sua plena expressão. Ante seus olhos, estendem-se relvados verdejantes, cheios de belas flores, a serem apreciados pelo servo de Deus. É verdade que existem fronteiras que não devem ser ultrapassadas. Mas tudo que é bom está dentro daquilo que Deus preparou para nós. Além de suas fronteiras é perigoso aventurar-se. Nem em pensamento deve o cristão atravessar seus limites. Este versículo, então, serve de orientação para quem deseja viver de modo consciencioso, debaixo do favor divino e no gozo de sua paz. Fica claro que tal experiência é circunscrita por oito marcos, dentro dos quais há segurança: o que é verdadeiro, honesto, justo, puro, amável, de boa fama, virtude e louvor" (v. 8).

Já que o testemunho de Paulo pautava-se pela coerência e integridade, nada havendo em sua conduta digno de censura, ele podia muito bem concitá-los a seguir seu exemplo: "O que também aprendestes, e recebestes, e ouvistes, e vistes em mim, isso fazei; e o Deus de paz será convosco" (v. 9).

5. Grato pelas doações e contente em qualquer circunstância (4.10-20)

Externando sua gratidão, Paulo mostra-se reconhecido pelos auxílios que lhe cobriram as necessidades temporais, enviados pela mão de Epafrodito (v. 10). No versículo 11, Paulo emprega uma linguagem cautelosa para não deixar a impressão de que o versículo 10 indicava haver outras necessidades prementes. O apóstolo já aprendera a estar contente, sob quaisquer circunstâncias – na abundância ou em necessidade, na fome ou na fartu-

ra, com sobra ou privação de recursos – tudo porque se sentia apto em Cristo, que o fortalecia (vv. 12,13).

Paulo os elogia pelo socorro tão gentilmente enviado, pois evidenciava a apreciação que nutriam por sua pessoa e o fato de compreenderem quão importante eram a comunhão e o gozo desse ministério de auxílio mútuo (vv. 14-16). Mostrando estar satisfeito, evita qualquer sugestão de que estivesse pedindo ajuda financeira (v. 17). As doações que recebera eram valiosas, especialmente porque evidenciavam o amor que tinham para com ele.

Outra vez Paulo lhes agradece a generosidade, que permitiu a ele ter abundância em tudo. O socorro deles a Paulo, o servo de Deus, era a prova de que os filipenses haviam entregue suas vidas como holocausto sobre o altar do serviço cristão. Deus os recompensaria abundantemente, suprindo todas as suas necessidades, segundo as suas riquezas em glória por Cristo Jesus (vv. 18,19; cf. Ef 3.16; Cl 1.27).

6. Saudações finais (4.20-23)

A glória por todas as coisas, em última análise, pertence a Deus "pelos séculos dos séculos". Finalizando, Paulo envia saudações pessoais a todos os santos em Filipos. Também seus companheiros e missionários, seus colegas, bem como os santos em Roma, alguns dos quais pertencendo ao círculo íntimo do próprio imperador, igualmente os saudavam – não os conheciam de vista, mas pertenciam à mesma família de Deus (vv. 21,22).

"A graça de nosso Senhor Jesus Cristo seja com vós todos. Amém" (v. 23).

3

Tessalonicenses, o Exemplo na Fé

I - Introdução a 1 Tessalonicenses

Sugerimos ao leitor que passe os olhos pela epístola, antes de prosseguir a leitura deste comentário. Uma vez que nossa opção de estudo segue a ordem cronológica, as informações básicas para o estudo de 1 Tessalonicenses encontram-se em Atos 16 e 17. Sigamos agora os estágios da segunda viagem missionária de Paulo que estão relacionados à Tessalônica.

1. Arcabouço histórico e geográfico

De Filipos, onde chegou a ser tratado vergonhosamente (não obstante ter estabelecido ali uma vigorosa igreja, At 16; 1 Ts 2.2), ele passou por Anfípolis e Apolônia, chegando finalmente a Tessalônica, uma cidade relativamente importante no âmbito comercial e político, tomando-se por referência os tempos apostólicos. Seu nome original era Therma, vindo a chamar-se posteriormente Tessalônica em honra à esposa de Cassandro,

que era irmã de Alexandre Magno. A cidade hoje é conhecida como Salônica. Durante a Primeira Guerra Mundial serviu de base operacional aos Aliados. Está situada cerca de quatrocentos quilômetros a oeste da antiga Constantinopla, atual Istambul. Em tempos antigos, era uma cidade poderosa e a capital duma das quatro divisões da Macedônia, situada à cabeceira do mar Egeu.

A distância de Filipos a Tessalônica compreende cerca de 160 quilômetros, o que representa uma viagem de quatro dias. Paulo e Silas chegaram a Tessalônica provavelmente com as costas dilaceradas depois dos maus tratos que sofreram em Filipos. Ao que tudo indica, fizeram questão de arrumar uma ocupação para não serem pesados aos irmãos, obtendo seu próprio sustento (1 Ts 2.9; 2 Ts 3.8).

Em Tessalônica, Paulo pregou por três sábados consecutivos na Sinagoga (At 17.2,3), levando alguns a abraçarem a fé cristã, os quais se uniram a Paulo e Silas (At 17.4). O ministério de ensino de Paulo só foi interrompido por causa de uns "judeus desobedientes", responsáveis por uma intriga que envolveu tanto o povo como os magistrados (At 17.5-8). Essa igreja, além dos membros judeus, era composta em sua maioria por gregos (provavelmente prosélitos do judaísmo), entre os quais "não poucas mulheres distintas", conforme o relato de Atos 17.4b.

2. O relatório de Timóteo

Tessalônica, então, tornou-se palco para a já costumeira cena da perseguição judaica (At 17.5-9), o que obrigou Paulo e Silas a fugirem para Beréia e depois (especialmente Paulo) para Atenas (At 17.10-15). Tal como na Judéia e em outras igrejas recém-implantadas, os perseguidores voltaram-se contra a igreja que se formava em Tessalônica (1 Ts 1.6; 2.14; 3.3,4). Quando Paulo tomou conhecimento disso, sua amorosa solicitude pelo bem-estar dos crentes fez com que lhes enviasse

Timóteo para orientá-los e confortá-los, encorajando-os a permanecerem firmes face à perseguição (3.1-3). O regresso de Timóteo, trazendo boas novas, foi que inspirou Paulo a escrever-lhes sua primeira epístola (3.6-8).

Examinemos agora o completo relatório de Timóteo, contido nessa epístola:

• O pequeno grupo de crentes permanecia fiel e desejava muito a volta dos missionários. Essa notícia serviu para tranqüilizar Paulo (3.1-7).

• Evidentemente, os judeus espalhavam notícias maliciosas a respeito de Paulo; impugnavam seus motivos e interpretavam de modo errado sua conduta (1.14-16).

• Mal-entendidos a respeito da segunda vinda de Cristo continuavam nos corações de alguns irmãos. Outros estavam enlutados com a morte de entes queridos (4.13). Note as palavras "ignorantes" e "entristeçais".

• Havia irmãos que, por não entenderem bem o tempo do arrebatamento da Igreja pelo Senhor e seu relacionamento com Ele, tinham abandonado seus empregos (4.11,12; cf. 2 Ts 3.10-12).

• Havia uma tendência de suprimir a manifestação dos dons espirituais (5.19,20).

• Existiam ainda os que eram tentados a voltar às práticas impuras do paganismo (4.3-7).

3. Data e lugar

Crê-se ter sido em Corinto, para onde se dirigira quando deixou Atenas (At 18.1-18), que Paulo escreveu esta epístola, cerca do ano 51 d.C., pouco depois da chegada de Timóteo (3.1-5). A igreja nessa ocasião era composta de crentes novos que passavam pelo fogo da perseguição.

Observemos o propósito de Paulo, que parece ser quádruplo, ao escrevê-la:

• Confirmar a Igreja sobre os fundamentos que lhe foram ensinados (1.1-3.11).

• Exortá-los ao crescimento espiritual e à prática da santidade (3.12-4.12).

• Confortá-los quanto àqueles que fisicamente já haviam falecido como crentes, incluindo alguns martirizados por sua fé (4.13-18).

• Provê-los de exortações práticas quanto à sua conduta como crentes (5.1-28).

Esta epístola é talvez o mais antigo dos documentos cristãos, com exceção da Epístola de Judas, e contém muitas informações a respeito da segunda vinda de Cristo (cf. 2.19; 3.13; 4.15; 5.23). Grande parte de seu conteúdo é dedicado por Paulo a assuntos relacionados com a vinda do Senhor.

O seguinte esboço temático (recomendamos sua memorização) é sugerido por Robert Lee, de Londres, segundo o qual a vinda de Cristo representa:

• *Uma esperança inspiradora* para o novo convertido (cap. 1).

• *Uma esperança encorajadora* para o servo fiel (2.1 a 3.11).

• *Uma esperança purificadora* para o cristão maduro (3.12 a 4.12).

• *Uma esperança confortadora* para o enlutado (4.13-18).

• *Uma esperança despertadora* para o crente indolente (cap. 5).

II - 1 Tessalonicenses

1. Capítulo 1

Paulo, com sua maneira amável, faz menção dos seus cooperadores, saúda os crentes e dá graças a Deus pela "obra da fé", o "trabalho da caridade" e a "paciência da esperança" dos tessalonicenses perante o Senhor (vv. 1-

3). O Dr. Goodspeed traduz essa tríade cristã da seguinte maneira: "fé energética", "serviço amoroso" e "expectativa firme no Senhor Jesus Cristo" são as mesmas virtudes mencionadas por Paulo em 1 Coríntios 13.13: a fé, o amor e a esperança.

Esses elementos do caráter cristão estavam em evidência entre os irmãos de Tessalônica, como se vê nos versículos 9 e 10: "dos ídolos vos convertestes a Deus" ("obra da fé"); "para servir o Deus vivo e verdadeiro" ("trabalho da caridade") e "esperar dos céus a seu Filho" ("paciência da esperança").

Os crentes tessalonicenses sabiam muito bem terem sido beneficiados pela escolha divina, porque o Evangelho fora pregado a eles no poder do Espírito Santo, tendo um mui digno exemplo na pessoa de Paulo e seus cooperadores. A segurança que desfrutavam no Senhor foi atestada pelo fato de que, apesar da perseguição feroz, receberam o Evangelho, seguiram a Paulo e, no meio da aflição, experimentaram aquele gozo que somente o Espírito Santo pode conceder (vv. 4-6).

O testemunho da estabilidade e firmeza de sua fé já era conhecido em todas as províncias da Macedônia e Acaia. E também além das fronteiras da Grécia havia chegado a influência da nova assembléia de irmãos. Evidentemente, receberam algo do espírito evangelístico e missionário demonstrado por Paulo, manifestando-o agora (vv. 7,8).

A igreja que se mantém cheia do espírito evangelístico dificilmente estará às voltas com o problema de tornar-se fria e desviada.

2. Capítulo 2

Paulo fez numerosas referências à sua pessoa, não no sentido egoísta, mas para encorajá-los por seu próprio

exemplo e testemunho a se tornarem servos exemplares do Senhor Jesus Cristo. O servo ideal deve ser "ousado" e pregar o Evangelho a despeito da oposição (v. 2). Deve ser verdadeiro, sincero, portar-se de maneira digna, não bajulador, nem avarento ou fraudulento, tendo a consciência tranqüila perante Deus (vv. 3-5). O servo ideal é o de espírito brando que não busca glória para si. Ele não quer ser pesado para ninguém e não espera da igreja sustento financeiro demasiado (vv. 6-9).

A convivência de Paulo entre esses crentes fora totalmente coerente ao Evangelho que pregava. Sua postura para com eles era a de um pai amoroso (vv. 10,11).

Uma vez que haviam recebido a mensagem de Deus e experimentado na própria vida seus resultados, os tessalonicenses são exortados a demonstrarem de modo vivo este Evangelho diante dos outros, cultivando um andar digno perante Deus (vv. 12,13).

Para reanimá-los, Paulo apresenta-lhes o relatório da posição corajosa tomada pelos irmãos da Judéia que estavam passando por grande aflições e tentativas persistentes de destruir o Evangelho (vv. 14-16). Paulo expressa ainda seu ardente desejo de voltar a vê-los, no que fora impedido pelo adversário (vv. 17,18).

Nos versículos 19 e 20, sem dúvida, Paulo está se referindo à coroa de louros que recebiam os atletas vencedores nos jogos do seu tempo, uma figura de retórica freqüentemente usada por ele (cf. 1 Co 9.25; 2 Tm 2.5; 4.8). Imagina-se Jesus, ao voltar, cercado gloriosamente pelos tessalonicenses triunfantes, sendo eles o fruto dos seus labores.

E assim será com todo evangelista, pastor, missionário, professor de Escola Dominical ou qualquer obreiro cristão que estiver servindo com fidelidade na hora da vinda do Senhor.

3. Capítulo 3

Neste capítulo, observamos a solicitude de Paulo pelo bem-estar da nova assembléia (v. 1) à qual enviou Timóteo, visando promover-lhes o encorajamento frente à adversidade. Ora, não fora à toa que anteriormente lhes avisara que os verdadeiros crentes passariam por tribulações (vv. 2-4). Evidentemente, ele demonstrava um pouco de preocupação, temendo um eventual enfraquecimento da parte deles (v. 5). Contudo, foi grandemente encorajado pelo relatório de Timóteo, animando-se a permanecer firme na sua própria esfera de trabalho, contando com a firmeza de fé e o desejo dos tessalonicenses em revê-lo (vv. 6,7). Paulo alegrou-se muito em ver a constância e a firmeza das assembléias que tivera ocasião de fundar (v. 8).

Os crentes eram para ele motivo de grande regozijo e inspiração. As notícias que recebera deles o deixara extremamente desejoso de revê-los. Assim, ele esperava que, na providência de Deus, uma viagem lhe fosse permitida (vv. 9-11).

De certa forma, ainda orando a Deus, ele os exorta a buscarem mais e mais aquele amor abundante que deve existir entre os crentes, capaz também de atingir os homens em geral; era esse amor que seu coração inclinava-se a retribuir (v. 12).

Essa infusão de amor, que constitui a própria essência do Evangelho, seria uma contribuição decisiva para que se completasse a santificação dos tessalonicenses por ocasião da vinda do Senhor (v. 13).

4. Capítulo 4

Paulo reconhece que de modo geral essa igreja se comporta duma maneira agradável a Deus. Contudo, os

exorta a se tornarem cada vez mais plenos nas virtudes cristãs, segundo as normas que lhes ensinara (vv. 1,2). Entretanto, um perigo os ameaçava. O mundo romano era pagão ao extremo, caracterizando-se por um padrão dissoluto de moralidade. Era um mundo absolutamente imoral. Por isso Paulo os exorta a afastarem de si as cobiças da carne.

Quanto a isso, o Dr. Lange faz o seguinte comentário: "Este aviso contra os pecados grosseiros não nos deve surpreender. O Evangelho não nos afasta, como que por encanto, de todo perigo de sedução... O sensualismo é uma forte cobiça para o homem natural, e milita contra a santificação. Paulo refere-se a estas coisas sem empregar qualquer pudicícia excessiva ou fingir qualquer espiritualidade espúria. Aquilo que pertence à natureza humana ele menciona tal como é. Não disputa o que pertence à necessidade natural, mas ao mesmo tempo, insiste em que haja disciplina própria e que esse instinto também seja usado duma maneira correta" (vv. 3-8).

No versículo 9, Paulo passa do lado negativo da santificação - necessário, é claro - para o lado positivo onde, de fato, todo problema da vida cristã pode ser resolvido. É questão de "amor fraternal" (cf. 3.12; 5.13) para com os outros cristãos, membros da mesma família (1 Jo 4.7-12), o que é da maior importância. Paulo os louva pela evidente manifestação dessa graça com seus irmãos na Macedônia, contudo apela para que alcancem um fervor ainda mais abundante (vv. 9,10).

Como previamente notado no relatório de Timóteo a Paulo, parece que alguns interpretaram mal o ensino de Paulo sobre a iminência do retorno do Senhor à Terra, pensando se tratar de uma permissão para a ociosidade. Talvez tenham assim arrazoado: "Se Jesus vem tão breve, por que tanto cuidado e esforço para prover as necessidades diárias? Por que não dedicar nosso tempo a uma

atividade exclusivamente espiritual e esperar sobre o topo de alguma montanha [como certos grupos em nosso tempo têm feito] o som da trombeta?" (4.11,12).

A resposta encontra-se nas palavras do próprio Senhor, que disse: "Negociai até que eu venha" (Lc 19.13). Isto significa dedicar-se prudentemente às lides normais da vida sem descuidar de que nossa esperança está nos céus, donde aguardamos o Senhor (cf. Fp 3.20).

John Wesley respondeu de modo semelhante quando alguém lhe perguntou o que faria se soubesse que o Senhor viria no dia seguinte, à meia-noite: "Eu me ocuparia dos afazeres normais já planejados. Pregaria esta noite em Gloucester e outra vez amanhã de manhã. Depois iria a cavalo até Tewkesbury, pregar ali na parte da tarde e ter um encontro com os irmãos à noite. E após, iria à casa do meu amigo Martin, pois acho que ele se prepara para me hospedar. Conversaria com ele, oraria com sua família e me retiraria ao quarto às 22 horas, quando me encomendaria ao meu Pai Celestial, dormiria tranqüilo e acordaria na plena glória do Senhor".

Isso significa manter uma confiança implícita no Senhor, certos de nossa posição em Cristo, o que resulta naquela segurança de se estar vivendo dentro da plena vontade de Deus – ou de estar preparado!

Vem agora a revelação vital, importante e surpreendente, relativa ao destino dos santos, que muito nos conforta, e de modo prático (vv. 13-18). Esta revelação não é uma repreensão da parte de Paulo aos tessalonicenses, mas sim uma mensagem recebida diretamente do Senhor, com o propósito de aquietar a solicitude para com alguns irmãos já falecidos, talvez como mártires, ou mesmo em circunstâncias normais. Parece que os tessalonicenses não tinham uma opinião clara sobre a sorte desses irmãos. Paulo considera-os como aqueles que já dormem (v. 13).

A arqueologia cristã, por meio dos epitáfios tumulares, tem trazido à nossa apreciação aquela doce confiança em Deus de que a separação dos entes queridos é temporária. Vejamos alguns deles:

Querido Simplio vive na eternidade
Gemella dorme em paz
Recebido por Deus
Alexandre não está morto, mas vive além das estrelas
Ele dorme, mas vive
Ele repousa no Senhor Jesus

Nenhuma evidência há de que Paulo acreditasse no "sono da alma", uma heresia que hoje é propagada por algumas seitas. Ele está simplesmente empregando a mesma linguagem figurada que o próprio Senhor usou ao referir-se à morte do corpo, que aparentemente apenas dormia (cf. Mt 9.24).

Paulo dá a entender que aqueles que dormem no Senhor aguardam a consumação final da ressurreição (cf. Fp 1.21-24), enquanto os crentes vivos serão trasladados por ocasião da segunda vinda de Cristo, sendo este o destino dos santos (1 Co 15.51-53). Os detalhes desta passagem são muito óbvios, mas de qualquer maneira apresentamos o seguinte esboço que poderá servir de modelo ao se estudar outras porções das Escrituras.

a. A afirmação da verdade da ressurreição de Cristo (v. 14a).

b. O lugar seguro dos santos que já partiram "em Jesus" (v. 14b), cuja "vida está escondida com Cristo em Deus" (Cl 3.3b).

c. Os crentes vivos que participarem do rapto da Igreja não terão vantagem sobre os crentes falecidos (v. 15).

d. A convocação do alarido e da voz do Arcanjo (v. 16a).

e. A ressurreição dos crentes falecidos na Primeira Ressurreição (v. 16b).

f. A subida em conjunto dos santos vivos [transformados] e mortos [ressurretos] (v. 17a).

g. O destino: "... estaremos sempre com o Senhor" (v. 17).

h. O valor prático desta verdade: "... consolai-vos uns aos outros..." (v. 18).

Que maravilhosa revelação do propósito de Deus e do destino glorioso dos seus amados, aos quais redimiu!

5. capítulo 5

O apóstolo trata agora da aplicação prática da verdade já comunicada a eles sobre o "Dia do Senhor". Esta crise cronológica é um momento de intervenção divina nos assuntos dos homens como juízo sobre eles, tendo em vista o propósito maior de introduzir um novo sistema no mundo. Deus, no seu propósito eterno, tem determinado certos tempos (a palavra grega *kairoi* significa "crises", "tempos decisivos" ou "épocas em catástrofe") relacionados ao estabelecimento do novo sistema (v. 1).

A presente época ou ordem de coisas terminará com uma desastrosa calamidade para quem não estiver preparado. Mas o crente *vigilante* pode ficar tranqüilo, confiando no Senhor, pois para ele tudo ficará bem. Isso não significa que não deva manter a compostura e estar preparado para o "Dia do Senhor". Quem procede retamente não se intranqüiliza nem vive indagando ou fazendo cálculos, cercado de ansiedade, sobre a data exata do retorno do Senhor. Também não se deixa levar pela idéia de que Jesus não virá tão cedo, permitindo-se a desordem espiritual.

Tal estado de preparação requer vigilância – esta assegura a divina iluminação dos "filhos da luz" (v. 5), e aquele, a consciência do significado dos "tempos" (*chronoi*) e das "estações" (*kairoi*), mencionados no versículo 1.

O "Dia do Senhor" apanhará de surpresa o mundo sem Deus como o ladrão que realiza seu trabalho "de noite", sem se anunciar (v. 2).

Este surpreenderá os que não estiverem preparados, ainda que detentores dum falso sentido de "paz e segurança", resultando na maior calamidade. Quando o mundo falar de "paz", crendo tê-la obtido, suas palavras serão um presságio de "repentina destruição, como as dores de parto àquela que está grávida..." (v. 3).

No entanto, em contraste a esta tranqüilidade traiçoeira e falsa, Paulo trata os tessalonicenses de "filhos da luz" e "filhos do dia", entre os quais se inclui. Assim, focaliza a necessidade de vigilância e sobriedade e de valer-se das armas "da luz" (cf. Rm 13.12) para a batalha espiritual (estamos realmente em batalha). Especificamente, menciona a "couraça da fé e do amor" e o "capacete da salvação" (vv. 4 a 8; cf. Ef 6.10-20).

O assim chamado "Dia do Senhor" e sua relação cronológica com o rapto da Igreja (1 Ts 4.13-18) não é o assunto em pauta no versículo 9, onde o que se explica em termos práticos é o significado da "esperança da salvação", citada no final do versículo 8. Paulo mostra que aconsumação da nossa expectativa está em Cristo, que nos garante o escape incondicional da ira (pois tal é o "Dia do Senhor") mediante o arrebatamento (vv. 9-11; cf. 4.17).

Segue agora nos versículos 12-22 uma série de exortações concisas, sucedendo-se uma à outra de forma rápida e com ênfase distinta, quais tiros de uma arma de fogo. Embora os irmãos divinamente colocados em posi-

ção de liderança não tenham aqui seus títulos mencionados, quer fossem "anciãos" (presbíteros) ou "bispos", encontramos alguma indicação de suas funções nestas expressões: "os que trabalham entre vós", "que presidem sobre vós no Senhor", "vos admoestam". Tais líderes devem ser respeitados, estimados e receber a mais estreita cooperação a fim de que reine a paz no meio da assembléia (vv. 12,13).

A palavra **"desordeiros"** (v. 14), do grego *ataktos*, é um termo aplicado ao soldado que não se mantinha firme na sua fileira. Por inferência, então, entendemos que o crente que abandona o seu lugar, sua fileira ou posição, que larga o caminho reto, seguindo rotas irregulares e incertas, é desordeiro e rebelde. Estritamente falando, esta palavra aplica-se à pessoa que não quer trabalhar ou que vive na dissolução e, no sentido mais amplo, a qualquer pessoa que de um modo ou de outro violam a ordem, como os ébrios, malfeitores e avarentos, além dos "ociosos" e "preguiçosos".

A instrução **"consoleis os de pouco ânimo"** pode ser melhor expressa como "encorajeis os de pouca disposição". Aqui podemos incluir os irmãos que estavam enlutados, ou os abatidos por causa da perseguição, ou ainda os que escrutinavam demais a si próprios numa prática indevida da "introspecção".

A expressão **"sustenteis os fracos"** é uma admoestação para "cuidar bem deles e não os desprezar". Lange, comentando esta passagem, assim escreve: "É comum perder-se a paciência com os fracos, como gente que está sempre criando problemas sem nunca alcançar um resultado positivo". Paulo está pensando nas pessoas fracas na fé e na consciência, que não progridem e, quais crianças, facilmente se escandalizam.

A admoestação **"sejais pacientes para com todos"** significa que devemos ter paciência e suportar com

longanimidade a todos – os desordeiros, os desanimados, os fracos ou quem porventura estiver precisando. E quem não precisa de paciência? Como disse alguém: "Certa classe de gente precisa dum tratamento especial, mas todos precisam de paciência."

"Vede que ninguém dê a outrem mal por mal" (v. 15a) é um outro conselho paulino de extrema seriedade. Quando contemplamos a nós mesmos e a comunidade cristã de modo realístico, não idealizado, somos obrigados a confessar que muitas vezes surge a tentação de revidar, "dar o troco", "ajustar as contas", dar expressão aos nossos ressentimentos carnais. Mas tais medidas, comuns ao homem natural, nada valem no sentido espiritual; apenas pioram a situação.

"Segui, sempre, o bem" (v. 15b). O que urge ser feito, e nada há melhor que isso, é um esforço autêntico de pagar o mal com o bem, o ódio com o amor e a provocação com a resposta branda (cf. Pv 15.1). Tais opções conduzem sempre à vitória. Esta admoestação relaciona-se diretamente com a do versículo 22 (compare-as).

"Regozijai-vos sempre" (v. 16). Aqui está o segredo da vitória contínua. Tal postura denota a confiança de que "todas as coisas [inclusive a perseguição, a adversidade, os mal-entendidos etc.] contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus" (Rm 8.28). O regozijo contínuo no Senhor produz um clima espiritual que neutraliza o inimigo, deixando-o definitivamente fora de ação.

"Orai sem cessar" (v. 17). Paulo orava "dia e noite" (3.10). E também trabalhava "noite e dia" (2.9). É claro que Paulo usa aqui uma figura de linguagem. Ele também tinha seu tempo de sono, suas horas de descanso e outras ocupações. Corretamente entendida, nada impede que pratiquemos esta exortação, a qual poderia ser definida

como a constância na prática da oração, pela qual a vida inteira se caracteriza na procura deliberada das coisas de Deus. Também a relação entre oração e trabalho, propriamente comparada, mostra o equilíbrio que deve pautar a vida do cristão que, com sabedoria, cuida tanto do corpo como do espírito.

"Em tudo dai graças..." (v. 18a), isto é, em toda situação, em todo caso. Há tantas coisas pelas quais devemos dar graças! A graça de Deus que salva, em si, já exige uma gratidão de nossa parte, a todo instante, sem falar nas muitas bênçãos "extras".

"Não extingais o Espírito" (v. 19); **"Não desprezeis as profecias"** (v. 20). Em contraste com a vida eclesiástica dos coríntios (1 Co 12-14), na qual os dons de línguas e de profecia estavam muito em evidência, os tessalonicenses talvez tivessem a tendência de subestimar o valor dos dons do Espírito Santo. Eles haviam esquecido – talvez nem tivessem sido instruídos – de que os dons sobrenaturais proviam o meio pelo qual a igreja podia ser enriquecida pelos ministérios do Consolador. O Dr. Lange comenta: "Essa dissidência provavelmente procedia mais do valor que atribuíam ao intelecto e à ordem nos cultos; e não, como em Corinto, de exagerar o valor das línguas".

"Examinai tudo..." (v. 21a). As versões de Goodspeed, Moffatt e Weymouth (em inglês) todas concordam que a palavra "examinai", neste versículo, refere-se a avaliar as mensagens proféticas. Pela referência de 2 Tessalonicenses 2.2 ("... quer por espírito...") é evidente que a igreja em Tessalônica sofria, de algum modo, a pressão de falsos profetas. Quanto mais pura a vida espiritual da igreja, mais sutis e persistentes os ataques satânicos contra ela. Portanto, não nos deve surpreender que falsas manifestações espirituais tentem se intrometer e desviar alguns da fé. A Palavra de Deus freqüentemente nos alerta contra tais instruções, que

vêm em nome de Deus mas não têm nada dEle. Esta exortação acompanha a linha de pensamento encontrada em 1 Coríntios 14.29, que diz: "E falem dois ou três profetas, e os outros [plural, no grego] julguem". Moffatt traduz: "discirnam", isto é, "exerçam juízo sobre o que foi falado".

"Retende o bem" (v. 21b). Uma vez que examinamos tudo quanto se nos apresenta, apenas o bem deve ser retido, isto é, as coisas boas, construtivas, santas e louváveis. O resto deve ser apartado, rejeitado. A retenção do bem nada mais é que o resultado prático disponível àqueles que exercitam seu discernimento na dependência do Espírito Santo. O exercício dessas faculdades nos permitirá crescer espiritualmente rumo à maturidade (cf. 1 Co 3.2; Hb 5.14).

"Abstende-vos de toda a aparência do mal" (v. 22). Devemos evitar todo tipo de malignidade, inclusive as coisas que duma forma ou de outra possam apresentar qualquer conexão com ela. Não só o mal, assim reconhecido, mas a própria aparência do mal traz prejuízos. Um bom exemplo a ser seguido é o de Jó, de quem Deus testemunhou que se afastava do mal (Jó 1.8).

A essência do ensino do versículo 23 é a tríplice natureza do homem: "espírito, alma e corpo". O homem tem uma natureza tríplice e, em sentido restrito, é uma sombra do trino Deus. O Dr. C. I. Scofield (autor da Bíblia de Estudo que leva o seu nome) assim comenta: "A alma e o espírito humanos não são idênticos, como se prova pelo fato de que há divisão entre eles (Hb 4.12), e que há uma nítida distinção entre ambos no sepultamento e na ressurreição do corpo. Semeia-se corpo animal (natural) [do grego: *soma psuchikon* – "corpo-alma"], e ressuscitará corpo espiritual [do grego: *soma pneumatikon* – "corpo-espírito"], isto é, animado e controlado pelo espírito (1 Co 15.44-46). Portanto, declarar que não há diferença entre alma e espírito significa dizer que não há

diferença entre o corpo mortal e o corpo ressuscitado. Paulo claramente afirma que existe essa diferença".

Este assunto é vasto demais para ser tratado de modo exaustivo neste estudo. Concluiremos com a expressão do autor G. A. Pember: "O corpo pode ser considerado a parte na qual reside a consciência sensível e física (a consciência cósmica); a alma representa a consciência de si próprio; o espírito, a consciência de Deus. A alma nos dá o intelecto que nos fornece as condições adequadas para a nossa presente existência e as emoções procedentes dos sentidos. O espírito é a parte mais elevada, vindo diretamente de Deus, e por ele podemos aprender a adorar a Deus. O corpo põe à nossa disposição os cinco sentidos físicos".

Em sua oração (v. 23), Paulo ora para que o nosso ser inteiro seja santificado, consagrado a Deus e conservado plenamente são e irrepreensível para a vinda do nosso Senhor Jesus Cristo.

A epístola, iniciada com ação de graças, encerra-se agora com a confiante expectativa da parte de Paulo de que Deus, que é fiel, completará neles a obra que começou (v. 24). Da parte de Deus não pode haver nenhuma falha (cf. Fp 1.6).

Os versículos finais expressam a necessidade que Paulo sente da comunhão desses irmãos na oração e do calor de suas afeições – tal companheirismo na oração e no amor deveria caracterizar todos os crentes. Esses versículos contêm ainda as instruções de Paulo quanto ao uso da epístola e, como de praxe, a bênção final (vv. 25-28).

III - Introdução a 2 Tessalonicenses

Esta epístola, menor que a primeira, evidentemente foi escrita logo após aquela. A ocasião pode ter sido

quando o portador da primeira (talvez Timóteo, como já vimos), retornando, trouxe a Paulo seu relatório.

Observemos o fundo histórico da epístola em referência. No intervalo entre uma e outra epístola, apesar de pouco extenso, parece terem surgido cartas espúrias (cf. 2.2). Mas tudo indica que Paulo ainda se encontrava em Corinto, na companhia de Silas e Timóteo.

Naquela ocasião, graves perigos ameaçavam a igreja em Tessalônica:

a. Os crentes estavam demasiadamente preocupados com a vinda do Senhor.

b. Pensavam que a vinda de Cristo seria por aqueles dias.

c. Evidenciava-se um espírito de desordem, como resultado de terem negligenciado os afazeres cotidianos.

O deão Farrar, no seu livro *The Early Days of Christianity* ("Os Primeiros Dias do Cristianismo") relata que um espírito inquietante, de alarme, até mesmo no mundo pagão da época penetrava os homens. Os mais sérios historiadores daquele período relatam sinais e prodígios misteriosos que faziam os corações tremerem de medo.

Além desse espírito portentoso que se fazia sentir no mundo romano, os tessalonicenses estavam sendo severamente perseguidos (1.4). Estavam sendo afligidos e atribulados por falsos profetas, os quais ensinavam que o dia da vinda do Senhor já chegara, em vez de ensinar o arrebatamento da Igreja para encontrar o Senhor nos ares, como Paulo lhes instruíra (1 Ts 1.10; 4.13-18; 2 Ts 2.5).

O leitor deve ler e estudar as passagens de Joel 1.15; 2.1; 3.9-14 e Isaías 2.10-22 para obter informações próprias do "Dia Vindouro do Senhor". O texto de referência que Paulo aplicava para dar-lhes instrução era o Antigo Testamento.

1. Versículos chaves

Os versículos 1 e 2 do capítulo 2 servem como elemento fundamental para a compreensão de toda a epístola. Esta passagem diz: "Ora, irmãos, rogamo-vos, pela vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e pela nossa reunião com ele que não vos movais facilmente do vosso entendimento, nem vos perturbeis, quer por espírito, quer por palavra, quer por epístola, como de nós, como se o Dia de Cristo estivesse já perto".

É necessário entender claramente que estes versículos são vitais à compreensão da mensagem e do sentido geral da epístola. Para esclarecer o sentido desta passagem, apresentamos as versões de três eruditos, traduzidas em português:

a. O Dr. Goodspeed diz: "Com respeito à vinda do Senhor Jesus Cristo e à nossa reunião com ele, rogo-vos, irmãos, que não fiqueis preocupados ou emocionados por qualquer espírito de profecia ou declaração ou carta como se fosse nossa, dizendo que o Dia do Senhor já chegou".

b. O Dr. Moffatt assim o traduz: "Com respeito à vinda do Senhor Jesus Cristo, e à nossa reunião perante ele, rogo-vos, irmãos, que não fiqueis tão facilmente preocupados ou perturbados por qualquer espírito de profecia ou declaração que seria minha, dizendo que o Dia do Senhor já chegou".

c. O Dr. Weymouth propõe: "Com respeito à vinda do nosso Senhor Jesus Cristo e à nossa reunião com ele, rogo-vos, irmãos, que não fiqueis perturbados por qualquer pretensa revelação espiritual, nem por qualquer declaração ou carta como se fosse de minha autoria, imaginando que o Dia do Senhor já tenha chegado".

Para tornar mais completa a exposição desta passagem faremos uma paráfrase (*paráfrase* é uma declaração do

texto ou passagem, apresentada noutra forma, geralmente com o intuito de esclarecer e ampliar o sentido – *Dicionário Webster*): "Agora rogamo-vos, irmãos, com respeito à *vinda* (*parousia*, no grego, significando 'estar presente') do Senhor Jesus Cristo e com respeito à nossa *união* (esta mesma palavra grega é usada em Hebreus 10.25 – 'não deixando a nossa *congregação*...') com ele (tal qual vos ensinei na carta anterior – 1 Ts 4.13-18), que não fiqueis logo abalados em vossos pensamentos (isto é, não percam aquela convicção sobre a verdade como a aprendestes), nem por uma revelação qualquer dada no reino espiritual (alguma falsa manifestação, supostamente atribuída ao Espírito Santo) e nem por alguma mensagem ou carta que alguém diga ser de minha autoria, que o Dia do Senhor (não o "Dia de Cristo" – o texto grego é muito claro) está já presente".

Em resumo, podemos então notar nesses versículos que falsos mestres inescrupulosos procuravam roubar dos irmãos tessalonicenses a bendita esperança (Tt 2.13), chegando ao extremo de forjar uma carta como se fosse do próprio punho de Paulo (2.2). Evidentemente, existiam mensagens proféticas falsas que imitavam os dons de profecia e de interpretação (2.2).

O grande assunto de 2 Tessalonicenses é estabelecer, portanto, a relação correta entre o Dia do Senhor e as duas fases da vinda de Cristo, quais sejam o rapto da Igreja (arrebatamento, num piscar de olhos) e a revelação do Senhor (manifestação em glória, quando todo olho o verá). Na primeira carta aos Tessalonicenses Paulo apresentara a primeira fase. Agora, ele entra em pormenores sobre a segunda.

2. Um contraste

Ainda como parte da introdução, vale notar os seguintes contrastes entre as duas epístolas:

A segunda epístola, no seu todo, pressupõe a existência da primeira. A primeira relata a história da conversão dos tessalonicenses; a segunda mostra o progresso e o desenvolvimento espiritual que haviam alcançado. A primeira trata da possível proximidade da vinda de Cristo; a segunda corrige um conceito falso sobre essa doutrina. A primeira contém avisos amáveis contra o espírito de desordem; a segunda é de caráter ofensivo, atacando com maior veemência o mal que resiste. Encontramos em 2 Tessalonicenses 2.15 uma referência à primeira epístola, e 2 Tessalonicenses 2.1 faz uma inferência a 1 Tessalonicenses 4.17.

3. Capítulo 1

Há uma semelhança entre a saudação desta epístola e a da primeira (vv. 1,2). Os remetentes são os mesmos, e em ambas Paulo agradece a Deus por seus destinatários. Contemplando a graça de Deus operante nele mesmo e o que ela produzira nesses irmãos, ele sente uma certa urgência ("devemos", v. 3), um constrangimento divino, no sentido de agradecer ao Senhor pelo progresso na "fé" e na "caridade" (literalmente, "amor") demonstrado pelos irmãos como conseqüência de terem obedecido às suas exortações anteriores (1 Ts 3.12; 4.10). Os ventos da perseguição conseguiram fazer com que os irmãos se aproximassem ainda mais na afeição fraternal. Sua força moral e persistência eram tão evidentes que Paulo aproveitou o ensejo para orgulhar-se deles, discretamente, ao escrever às outras igrejas (v. 4).

A força moral e a estabilidade que haviam demonstrado sob o impacto da prova constituíam sinais da aprovação divina sobre eles. A provação, como em todas as relações de Deus com seus filhos, demonstrava serem dignos do seu Reino, pelo qual estavam sofrendo. O

sofrimento, em vez de destruí-los, dar-lhes-ia maior resistência (v. 5).

Deus, sendo justo, no tempo próprio daria a justa retribuição aos que lhes haviam causado sofrimento (v. 6). Os tessalonicenses, apesar de atribulados no presente, receberiam do Senhor um repouso glorioso no porvir, juntamente com Paulo e todos os santos que suportaram a aflição pelo nome de Cristo. No dia em que o Senhor se manifestar no céu, acompanhado de poderosas hostes angelicais, a tribulação terá valido a pena (v. 7). Nessa tremenda consumação dos séculos, o juízo virá sobre as nações iníquas e sobre todos quantos rejeitaram as boas novas da graça de Deus, os quais serão banidos para sempre da sua presença.

Enquanto o mundo ímpio estiver sendo julgado, os santos estarão desfrutando o descanso e a maravilhosa tranqüilidade da presença e glória do Senhor. Notemos que os ímpios serão punidos. Daí subtende-se que também estarão em estado consciente, de modo a sentir essa punição. Sendo que a punição é eterna, forçosamente entendemos que assim é também o estado consciente. A palavra "perdição" (v. 9) não significa aniquilamento ou extermínio, mas o gosto amargo da ruína. Como exemplo, temos Mateus 9.17, onde encontramos os odres que se *estragam*, vocábulo que vem da mesma palavra grega aqui traduzida por *perdição*. A "perdição" ilustra-se por um automóvel destroçado ou um navio naufragado – não deixaram de existir, mas já não cumprem seu propósito inicial. Que sorte terrível!

Mas os irmãos tessalonicenses estavam não só embarcados rumo à recompensa celestial, mas iam de vento em popa! "... porquanto o nosso testemunho foi crido entre vós" (v. 10). Não obstante, Paulo insiste em orar por eles para que o vento de Deus "lhes enchesse mais as velas". O importante é que pudessem alcançar logo o propósito

divino para si mesmos. Assim cumpririam a resolução tomada, completando sua "obra da fé" (v. 11). Alcançados esses objetivos, pela graça de Deus, o nome de Cristo seria mais ainda glorificado neles (v. 12).

Jamais nos esqueçamos de que Cristo fez em cada um de nós um investimento de infinito valor. Ele, com grande paciência, aguarda o dia da consumação, quando enfim estaremos para sempre em sua doce companhia.

4. Capítulo 2

4.1. O Dia do Senhor. Uma vez que na introdução comentamos amplamente os dois versículos iniciais do capítulo 2, passemos ao ensino sobre o "Dia do Senhor". Na primeira epístola, Paulo fizera apenas uma ligeira referência ao assunto (1 Ts 5.2). É evidente que os tessalonicenses não haviam compreendido bem o ensino de Paulo (cf. 2.5).

Ele dá a entender que esses irmãos haviam sido enganados, e os alerta contra outra ilusão. Toda a emoção manifestada a respeito deles, de início, é posta um pouco de lado, quando os lembra, agora por escrito, de que o Dia do Senhor de maneira alguma poderia estar presente. Isto pela simples razão de que certas condições, que precederiam o Dia do Senhor, ainda não se haviam cumprido.

A seqüência cronológica dos eventos até a segunda vinda de Cristo (incluindo esta) é a seguinte (note que os versículos não seguem necessariamente a ordem de seu registro):

4.1.1. O mistério da injustiça (v. 7). Note que, nos dias apostólicos, o "mistério da injustiça" já estava em operação, sendo no entanto restringido ou resistido, como hoje, até que se cumpra o tempo. Isto significa que o espírito de iniqüidade e injustiça mantém-se em evidên-

cia, não podendo se ocultar aos olhos iluminados dos servos e profetas do Altíssimo.

4.1.2. A apostasia (v. 3). A palavra grega *apostasia* significa abandono da fé, partido ou religião. Os tradutores Goodspeed e Moffatt chamam-na "a rebelião". No uso bíblico (encontramos o mesmo vocábulo em Atos 21.21 e 1 Tm 4.1; cf. 2 Tm 3.1-8), significa estar recuado da fé ou de Deus. O Dr. Lange (concordando com Hoffman e Calvino), comenta que, sendo a fidelidade deles uma fidelidade para com a fé, a apostasia teria de ser também a apostasia da fé.

É fácil notar como essa profecia hoje está sendo cumprida no afastamento generalizado dos fundamentos da fé cristã, nos púlpitos e centros culturais, como por exemplo as universidades e os seminários, não obstante muitas dessas instituições terem sido fundadas sobre princípios evangélicos.

4.1.3. Aquele que resiste (vv. 6,7). Esse que restringe ou detém as atividades malignas é uma pessoa, como se prova pelo pronome pessoal constante na língua grega. Quem é esta pessoa que no fim da dispensação da Igreja estaria em oposição ao mal, restringindo-o? Não seria o bendito Espírito Santo? Onde Ele reside e exerce sua atividade? Não é nos crentes - o Corpo de Cristo, a Igreja -, nos quais habita? Jesus não chamou os discípulos de "o sal da terra"? (Mt 5.13). E uma das funções do sal é preservar a carne para que não se estrague e perca o sabor!

Esta análise leva-nos à conclusão de que a presença do Espírito Santo na verdadeira Igreja é que restringe os últimos estágios de corrupção moral da humanidade.

Esta presença, contudo, não será completamente removida da Terra e nem deixará de operar nos indivíduos, pois o capítulo 7 de Apocalipse indica claramente que, durante a Grande Tribulação, uma multidão de judeus e

gentios será selada e salva. É o Espírito Santo, operando por intermédio da Igreja como corpo, restringindo a manifestação do iníquo (v. 8). Quando a verdadeira Igreja for removida (1 Ts 4.13-18), a anarquia chegará ao seu ponto culminante, na pessoa do "homem do pecado".

4.1.4. O homem do pecado (v. 3). Não havendo mais obstáculos, manifestar-se-á o *ho anomos* (grego), homem sem lei, o iníquo (v. 8), o "filho da perdição" (v. 3), aquele destinado à destruição ou perda eterna. Nesse tempo, ele será revelado e conhecido de todos.

Esse indivíduo não será um pecador qualquer, mas o próprio "homem do pecado", em contraste com Jesus, o "homem da obediência". O Dr. Lange comenta que ele será uma espécie de encarnação do pecado. O produto do pecado, nele corporificado, alcançará enfim sua expressão máxima, sendo manifesto aos olhos de todos. Na sua pessoa, o mundo colherá os frutos da escolha equivocada feita por Adão e Eva no jardim do Éden. Estes, levados pela tentação, queriam ser como Deus. Por isso ele "se assentará, como Deus, no templo de Deus, querendo parecer Deus" (v. 4). No homem do pecado veremos o fruto maduro daquele pensamento torpe que a serpente insuflou na mente do primeiro casal.

No versículo 4 discernimos o caráter deste homem do pecado, descrito nos seguintes termos:

a. adversário ou antagonista de Deus;

b. orgulhoso de língua, exaltando a si próprio, por blasfêmia, intentará elevar-se acima de Deus;

c. assumirá a posição do próprio Senhor e dirá que é Deus;

d. ele até se assentará no Templo, o santuário dedicado a Deus, e ali se proclamará como Deus.

A manifestação do Anticristo é "segundo a eficácia de Satanás" (v. 5). Haverá milagres, sinais e prodígios, mas sua fonte não será Deus, nem seu fim visa o bem. O

engano ("mentira") é que moverá seus atos, uma vez que seu poder se deriva do diabo, o pai da mentira (Jo 8.44).

4.1.5. A vinda de Cristo e a destruição do iníquo (v. 8; cf. Ap 19.11-21). Assim como a pedra cortada sem auxílio de mãos, de que fala Daniel (Dn 2.34,45), veio e destruiu os reinos humanos representados na estátua de Nabucodonosor, a vinda de Cristo, no esplendor da sua glória, porá abaixo o homem do pecado. E será aniquilado o iníquo, o servo do diabo, o Anticristo, a besta, o avatar da Nova Era, "o último ditador", o filho da perdição.

4.2. O templo. Quando se fala em templo, naturalmente surgem certas perguntas. Que templo? Onde será construído? Quando? Em Apocalipse 11 (v. 1,2) João faz referência a um "templo", que naturalmente seria posterior à época do apóstolo. Deve ser um templo judaico, pois há uma distinção entre o templo em si e o "átrio" dado às nações. Cristo, no sermão profético de Mateus 24, faz referência ao "lugar santo" (v. 15), no qual seria levantada "a abominação da desolação" (Dn 9.27; 12.11). Os judeus ortodoxos dos nossos dias anelam pelo restabelecimento dos antigos ritos e sacrifícios num templo em Jerusalém. Estão dispostos a reconstruí-lo quando surgir a primeira oportunidade.

As Escrituras indicam claramente que a permissão para construir o templo virá do "homem do pecado". Depois de autorizar aos judeus o reinício dos sacrifícios, ele mesmo profanará o recinto sagrado ao levantar ali uma estátua de si próprio (Ap 13.14) e decretar ainda que todo o povo a adore (Ap 13.15).

4.3. Uma interpretação alternativa. No versículo 8 temos uma alternativa. Ou Paulo está revelando maiores detalhes sobre "o homem do pecado", apresentado no versículo 3, ou então se refere a outro indivíduo chamado "o iníquo" ("o homem sem lei") que "então" será revelado ao mundo – isto é, quando cessar aquEle que o "de-

tém" (o Espírito Santo, vv. 6,7). Só depois disso é que ele ocupará um lugar de evidência e liderança.

Esta exposição está de acordo com Apocalipse 13, no qual se vê duas "bestas" ou "indivíduos". A segunda besta é o "falso profeta" que opera prodígios sobrenaturais na presença da primeira besta, fazendo com que os habitantes da Terra a adorem (Ap 13.11-14). Note a grande semelhança das passagens de 2 Tessalonicenses 2.9,10 e Apocalipse 13.13,14.

A completa destruição desse "iníquo" (e do "homem do pecado", caso sejam duas pessoas) e de todos os ímpios, os seguidores iludidos por poderes diabólicos e anticristãos (vv. 11,12), será efetuada pelo flamejante "assopro de sua boca" (v. 8) e pelo "esplendor da sua vinda" (literalmente, "o brilho da sua presença"; cf. 1.7,8).

4.4. Um quadro mais animador. No versículo 13, Paulo desvia sua atenção deste quadro triste de depravação e blasfêmia, por parte dos homens em escala universal, para focalizar os próprios tessalonicenses, exortando-os, encorajando-os e instruindo-os. O apóstolo encerra a seção sobre a vinda do Anticristo com ação de graças pela eleição e salvação dos irmãos tessalonicenses, "em santificação do Espírito e fé da verdade" (v. 13). Neste sentido, a palavra "santificação" refere-se certamente à "chamada ao Evangelho", pela operação do Espírito, tornando o coração voltado para a "fé da verdade" (vv. 13,14).

A aceitação do Evangelho é subseqüente a esta "santificação". A "glória de nosso Senhor Jesus Cristo" (isto é, a consumação da salvação), que nos resta "alcançar" (literalmente, "possuir como herança"), sem dúvida se refere à nossa participação com Cristo nos maravilhosos eventos em que Ele será honrado, louvado e exaltado pelos salvos reunidos naquela grande assembléia geral e final (vv. 13,14).

Segue-se uma exortação à firmeza na fé que, embora ministrada sem muito alarde, reveste-se da maior impor-

tância, sendo em tudo necessária à vida cristã. A verdade recebida deve ser também guardada com tenacidade, por tratar-se de uma aquisição de inquestionável valor (v. 15).

Nos versículos 16 e 17, vemos o coração de Paulo transbordar de amor para com seus irmãos tessalonicenses. Ele passa de Cristo para o Pai, mostrando-lhes ser o Pai a verdadeira fonte de toda bênção, exortação, conforto e confirmação. Nunca deveriam esquecer que "Deus amou o mundo... que *deu* o seu Filho..." (Jo 3.16).

5. Capítulo 3

"No demais [isto é, 'quanto às coisas que tenho a dizer agora'], irmãos, rogai por nós..." (v. 1). Paulo roga aqui pelas orações, não por coisas pessoais, mas sim para que sua chamada apostólica na pregação do Evangelho alcance êxito, e que ele fique livre (como havendo armadilhas à espreita) dos "homens dissolutos e maus" (v. 2). A palavra "dissolutos", significa literalmente homens "desajustados, ou "fora do seu lugar". São pessoas mal ajustadas que resistem tanto à ordem divina como à humana. A palavra "maus" significa "ímpios". O Dr. Lange opina que estes homens maus eram fanáticos e que prepararam, de propósito, ardis para apanhar Paulo em Corinto (cf. At 18; 1 Tm 1.20; 2 Tm 2.17).

Com efeito, Paulo está dizendo: "Vocês creram prontamente, mas saibam que este não é o caso de todos" (v. 2), pois certos homens são tão perversos e entregues à impiedade que não basta uma simples oração do tipo: "Salva-os, Senhor". Estes precisam ser primeiro quebrantados, para se despojarem de sua auto-suficiência.

"Porque a fé não é de todos" (v. 2), "mas fiel é o Senhor..." (v. 3a). Sim, o Senhor é fiel. Podemos confiar nEle inteiramente para ter segurança nos momentos de crise, sabendo que nos "guardará do maligno" (v. 3b).

(*Nota:* no grego, a palavra "maligno" vem acompanhada do artigo, por isso acreditamos que se refere a Satanás – "aquele que é mau").

No versículo 4, Paulo trata os tessalonicenses com muita delicadeza e tato, depositando neles confiança e inspirando-lhes o desejo de se mostrarem dignos dela. Desta maneira, Paulo os está preparando para receber o "mandamento" e outras exortações fortes que se seguem no versículo 6.

O versículo 5 fala de sua intercessão e desejo de que fiquem cheios do amor de Deus e que com paciência aguardem a realização de suas esperanças pelo retorno de Cristo.

No versículo 6 vem o mandamento, pela autoridade de Cristo, que não comunguem com os desordenados (confronte com o comentário sobre o vocábulo "desordeiro", relativo a 1 Ts 5.14) que se davam à ociosidade e ao fanatismo, além de se intrometerem em negócios alheios.

A "autoridade" apostólica de Paulo (v. 9) dava-lhe o direito de receber remuneração financeira por seu ministério, mas, para lhes servir de exemplo, o apóstolo trabalhava "noite e dia" (v. 9) com as mãos, para seu próprio sustento.

A pessoa ociosa não merece nenhuma comida a título de esmola. Não há como negar que logo essa pessoa se tornará um problema, pois a vadiagem e a conseqüente tendência a mexericos, fará com que se intrometa nos negócios alheios (vv. 10-12).

Paulo então, no versículo 13, fala às pessoas livres de tais defeitos, dizendo-lhes em tom cordial que "não vos canseis de fazer o bem" ("não percam o ânimo"). O Dr. Lange assim comenta este versículo: "Após tantas experiências com pessoas desonestas, indignas e preguiçosas, é necessário coibir esse estado de abuso, para que pesso-

as inocentes, necessitadas e realmente merecedoras da caridade não sofram por causa dos desordeiros".

O Dr. Hoffman assim traduz a exortação de Paulo: "Não desanime de fazer o que é próprio e conduz ao bem-estar da comunidade".

O apóstolo recomenda também aos tessalonicenses que andem de maneira inculpável, firme, amorosa e bem disciplinada, com toda beneficência (vv. 14,15). Não deviam cansar de cumprir seu dever como cristãos e seguidores de Deus (Lange).

A curta oração dos versículos 16-18 expressa um ardente desejo (que seria o quarto na epístola) do coração do apóstolo – a paz. Os outros desejos do coração de Paulo seriam: 1) que se fizessem dignos (1.11); 2) que fossem consolados (2.16,17); 3) que a palavra tivesse livre curso, ficando eles livres dos homens dissolutos e maus (3.1,2).

Por fim roga ao Senhor que lhes dê um espírito pacífico entre si e tudo quanto acompanha a paz: consciência limpa para com Deus e tranqüilidade em meio às adversidades, enquanto aguardam a paz definitiva para o mundo que virá com o advento do "Príncipe da Paz".

4
Hebreus, Entendendo o Antigo Testamento

I - Introdução

1. Canonicidade e autoridade

A Epístola aos Hebreus ocupa lugar de destaque no Novo Testamento, em razão de sua contribuição à doutrina e excelência como peça literária, sendo neste sentido um livro sem par no Novo Testamento. Na maioria dos antigos manuscritos, foi colocada após as epístolas paulinas, isto é, depois de Filemom. Porém no manuscrito sinaítico segue a 2 Tessalonicenses. No manuscrito do Vaticano ela é designada simplesmente "Para Hebreus", sem menção de autor, situando-se depois de Gálatas. Na versão siríaca (cerca de 150 d.C.) também não há qualquer referência à sua autoria.

Sobre ela, o Dr. Carlos Bernhard Moll, famoso teólogo alemão, comenta: "A Epístola aos Hebreus é um maravilhoso fenômeno enigmático e paradoxal, obscura em sua origem e ao mesmo tempo a mais clara em conhecimento da pessoa de Jesus Cristo. Nessa época, no limiar

da história eclesiástica, já se discerniam em suas páginas as tendências à apostasia da fé primitiva! Os ensinos são plenamente apostólicos em sua natureza, embora não possamos afirmar qual dos apóstolos a escreveu. São lábios de profeta que proclamam tais ameaças alarmantes, mas estas também não procedem de visão apocalíptica ou de transe. A epístola eleva seus leitores às alturas da retórica, mas sem se afastar do seu objetivo. Embora transmita uma mensagem há muito conhecida, a maneira independente como apresenta o Evangelho de Cristo é específica e nova. Sua expressão é peculiar, contudo, empregando algo das maneiras de João e Paulo, pelas quais o Evangelho ganhou expressão. Esta carta formula a convicção irreversível de que o Antigo Concerto foi englobado e absorvido pelo Novo, e isto em termos derivados inteiramente das próprias instituições e profecias do Antigo Testamento! É dirigida a cristãos de origem hebraica, na linguagem grega mais pura do Novo Testamento! E, embora não fornecendo provas concretas quanto à sua autoria e destinatários, está diante de nós como Melquisedeque que, ungido por Deus, apresenta o resplendor do Novo Concerto e seu Fundador – Jesus Cristo – o Deus-homem!"

A antiguidade da epístola é plenamente confirmada. Clemente de Roma, geralmente identificado como o Clemente mencionado em Filipenses 4.3 e "bispo" de Roma, que viveu até o ano 97 d.C. e escreveu uma epístola aos coríntios, cita-a muitas vezes. Policarpo e Justino Mártir inegavelmente a empregam em suas obras. Clemente de Alexandria, do século III, segundo o historiador eclesiástico Eusébio, era da opinião de que a epístola foi escrita por Paulo, em hebraico, e posteriormente traduzida para o grego por Lucas. Orígenes repetidamente afirma ter sido Paulo quem a escreveu.

Não há dúvida quanto à inspiração divina e ao seu lugar indispensável no cânon das Escrituras (entenda-se

por cânon a coleção completa dos livros divinamente inspirados). O Espírito Santo, sempre operando no meio da comunidade cristã, fez com que a Igreja tivesse consciência de que esse livro merece, no maior grau possível, o reconhecimento de sua divina inspiração. O consenso universal lhe tem concedido essa posição honrada pelo modo como a epístola apresenta os grandes fatos do Evangelho e por ser repleta de valiosas e eternas lições.

2. Autoria

Quanto à autoria, somente Deus poderia dizê-lo com certeza absoluta. O assunto vem sendo discutido por séculos, e muitas palavras ainda haverão de ser ditas a esse respeito. Podemos resumir dizendo apenas isto: não foi escrita por Barnabé, nem Lucas, nem Silas e nem Clemente de Roma, embora existam opiniões de certo porte em favor de cada um deles.

A questão resume-se em ter sido Paulo ou Apolo de Alexandria (At 18.24) o autor da carta. Quem deseja pesquisar mais o assunto tem várias fontes disponíveis, entre as quais *Introduction to the New Testament* ("Introdução ao Novo Testamento"), de H. Thiessen, e *Lange's Commentary* ("Comentário de Lange"), editado por Philip Schaff.

3. Fundo histórico e destinatários

O título da epístola, "Aos Hebreus" (*Pros Hebraious*, no grego), corresponde plenamente ao conteúdo do livro. O autor tem em mente que os leitores sejam pessoas de confissão totalmente judaica. Os argumentos apresentados, as demais reflexões e muitos detalhes, todos dirigem-se a homens hebreus, em cujos corações estavam os pensamentos, esperanças e consolações do Antigo Concerto. Pelo conteúdo e tom, a epístola revela que os

leitores eram cristãos judaicos, isto é, judeus que haviam abraçado o Evangelho de Cristo. Ela não traz nenhuma referência a gentios e nem controvérsias gentílicas. Nada diz a respeito da circuncisão, e nem da igualdade entre judeus e gentios na Igreja.

Os leitores a que se destinava a epístola haviam recebido o Evangelho diretamente dos primeiros discípulos de Cristo (2.3). Haviam presenciado "sinais, prodígios e milagres" e bem assim "distribuições" ou "dons" do Espírito Santo (2.4). Haviam sido feitos "participantes de Cristo", sendo necessário somente que se guardassem firmes até o fim (3.6) e participado no "serviço aos santos" (6.10). Noutros tempos, talvez na ocasião do martírio de Estêvão, haviam sofrido muita perseguição, sem contudo ser derramado sangue, e demonstrado grande compaixão para com os encarcerados por causa do Evangelho (10.32-34; 12.4). Eram crentes há um tempo relativamente longo – seus primeiros líderes haviam falecido (13.7). Pelo tempo, deveriam ser mestres (5.12). Possuíam um bom conhecimento dos "rudimentos [princípios elementares] da doutrina de Cristo" (6.1). Mas haviam sido indolentes e "tardios em ouvir" (5.11,12). O autor teme que a conduta deles os conduza à apostasia (6.4-8). Seu pecado principal era o da incredulidade (3.12). Todos estes fatos indicam que os destinatários eram judeus cristãos.

Outrossim, tais fatos, por serem específicos, também indicam tratar-se de uma comunidade ou grupo de judeus, como se prova pelo fato do autor desejar visitá-los, como fizera noutra ocasião (13.19,23). As características que identificam esse grupo aparecem nas seguintes referências: 5.11; 6.9; 10.32 e 12.4, pelas quais podemos facilmente identificar as condições espirituais prevalecentes no seu meio. Temos na epístola um retrato da vida espiritual da Igreja Primitiva, repleto de detalhes não

encontrados noutra parte (cf. 3 Jo). Aquele primeiro entusiasmo e esperança haviam declinado. Os crentes já começavam a calcular os lucros e as perdas, alguns exagerando as últimas. Percebe-se que negras nuvens se formavam no horizonte ao fim da era apostólica (cf. 2 Tm 1.15; Ap 2.3; 2 Pe 3.1; 1 Jo 2.18).

É costume referirmo-nos aos primeiros séculos do Cristianismo como séculos de luz e vitórias sem quaisquer derrotas. Mas na Epístola aos Hebreus sentimos a realidade da imperfeição que sempre acompanhou a Igreja, enquanto sociedade de pessoas. De fato, a tristeza aqui apresentada faz-nos crer que a Igreja realmente se integrava à História e que esteve sujeita a todas as influências da vida.

As evidências parecem indicar a cidade de Jerusalém e suas adjacências como o lugar onde morava essa comunidade judaico-cristã, receptora da epístola (cf. 1 Ts 2.14).

4. Ocasião e data

Um período de tempo relativamente longo havia transcorrido desde que Cristo estivera na Terra. A expectativa de que Ele brevemente retornasse já se desvanecia. A perseguição e perda de possessões constituíram dura prova à paciência desses irmãos. Sua íntima associação com o esplendor e ritual do Templo dos judeus, em Jerusalém, tornou muito difícil a desvinculação total do judaísmo, por estarem acostumados com ele desde a juventude.

As crescentes dificuldades com os romanos tornaram a posição dos crentes cada vez mais delicada, sendo que Jesus havia predito a destruição de Jerusalém. Muitos já começavam a pensar que talvez houvessem sido influenciados por um entusiasmo infundado. Quem sabe se os perigos à nação não exigiam deles uma posição de lealdade patriótica para com Templo e seu serviço? Conse-

qüentemente, começaram a ficar "tardios em ouvir", indolentes, fracos na fé e quase apóstatas. Não nos surpreenderia saber de fracassos de ordem moral que precisavam ser sanados. Estes são os fatos que deram origem à epístola.

Sem dúvida, o Templo ainda permanecia e nele celebravam-se os rituais, pois se nota o uso do tempo presente ao descrevê-los.

Quanto à data da escritura, podemos fixá-la à morte de Tiago, o presidente da igreja em Jerusalém, que foi apedrejado no ano 62 ou 63, por ocasião da investida do sumo sacerdote Anás, "o mais moço", e o começo da Guerra dos Judeus, no ano 67, que resultou na destruição de Jerusalém no ano 70. Se Tiago, um homem de tão grande dinamismo, estivesse vivo na época, dificilmente o autor veria necessidade de escrever a epístola. O fato de que não serem mencionados os horrores da Guerra dos Judeus deixa a impressão de que ela ainda não começara e que o Templo permanecia de pé.

5. Divisões do livro

5.1. Seção Doutrinária (1.1–10.18)

a. Cristo, o Filho, superior aos profetas (1.1-3)

– Resumo da parte doutrinária.

b. Cristo, como Filho, superior aos anjos (1.4-14)

– Advertência: não negligenciar tão grande salvação (2.1-4).

c. Cristo, como Filho do Homem, provisoriamente menor que os anjos, o soberano de uma nova ordem terrestre (2.5-18)

d. Cristo Jesus, maior do que Moisés (3.1-6)

– Advertência: não se comportar como Israel no deserto, que deixou de entrar no descanso prometido (3.7–4.13).

e. Cristo Jesus, maior do que Josué (4.8)

– Josué conduziu o povo a um descanso terreno, mas Jesus nos conduz a um descanso eterno, celestial.

f. Cristo, superior a Arão (4.14 – 5.10)

– Advertência: contra o perigo da indolência, estagnação e apostasia (5.11–6.20).

g. Cristo, maior que Melquisedeque (cap. 7)

– Um sacerdócio eterno e imutável, tipificado em Melquisedeque.

h. O novo santuário e o Novo Concerto (cap. 8)

i. O velho ritual e o novo: a expiação segundo a Lei e a expiação segundo Cristo (cap. 9)

j. Os velhos sacrifícios e o novo: a eficácia do único e permanente sacrifício de Cristo (10.1-18)

5.2. Seção prática (10.19 – 13.25)

a. O nosso privilégio de entrar no lugar santíssimo e ali habitar (10.19-25)

– Advertência: contra o pecado voluntário e o retroceder para a perdição (10.26-39).

b. Encorajamento pelos triunfos da fé (cap. 11)

c. Cristo Jesus, o grande exemplo, príncipe, líder e consumador da fé (12.1-4)

d. Consolação mediante a filiação (12.5-13)

– Advertência: contra o fracasso e a apostasia (12.14-29).

e. O amor e as boas obras (cap. 13)

II - Cristo, o Filho, Superior aos Profetas (1.1-3)

As expressões "muitas vezes" e de "muitas maneiras", no início da epístola, indicam não somente que Deus se revelou várias vezes no passado, e através de várias pessoas, mas também que tais revelações eram apenas parciais e fragmentárias.

A epístola começa com Deus, como no livro de Gênesis, tomando por base o fato de sua existência e presença na História e na revelação. Nada se faz para provar o fato de Deus, que é auto-evidente a todo ser racional. Este Deus, em tempos passados, falou através de seus profetas, como Moisés, Isaías, Jeremias e Ezequiel, homens de personalidades e ocupações distintas, vindos de circunstâncias diferentes, mas nos últimos dias, isto é, ao término dos tempos quando se dirige ao homem, fala através do Filho! E este Filho é Deus tanto quanto o Pai. Assim, em Cristo Jesus, o Filho, é concedida a revelação final, pessoal, objetiva e perfeitamente compreensível do próprio Deus (vv. 1,2).

O autor tem em mente provar uma única proposição: que o Novo Concerto é superior ao Antigo.

1. Em que o Filho é superior aos profetas

1.1 Por designação divina, herdeiro de todas as coisas (1.2). Deus, desde a eternidade, predestinou seu Filho para ser o Possuidor e Soberano de todas as coisas. O direito de sucessão acompanha a filiação, mas foi pela encarnação que Cristo alcançou o senhorio messiânico. Como resultado da encarnação, Ele veio tomar posse de algo antes não necessariamente disponível por sua condição de Filho. Era seu o direito de primogenitura, mas foi de sua humanidade, morte e ressurreição que surgiu o tipo de soberania que se tornou sua somente em razão de

seu triunfo sobre o pecado na carne (v. 3), e como resultado de sua identificação com os homens numa condição de irmandade. O senhorio messiânico não lhe poderia pertencer enquanto estivesse no seu estado pré-encarnado, visto ser uma questão relativa à função e não a poder e majestade inerentes. Em essência, sempre foi o "Filho de Deus", mas isso não o fazia Messias; era necessário que se tornasse o "Filho do Homem".

1.2. O Criador do Universo (séculos e eras, v. 2). Cristo é herdeiro de tudo, mas tudo foi criado por Ele como agente cooperador com o Pai. Essa criação do Universo e todos os seres inclui também todos os períodos de tempo nos quais Deus revela seu plano eterno.

1.3. O resplendor da glória de Deus (v. 3). A palavra "resplendor" é tradução da palavra grega *apagausma*, que significa "fulgor", "efluência" de raios de luz como os do sol, por exemplo. Isso quer dizer que o Filho é a efluência ou o brilho da glória e majestade divinas. Cristo é um ser cheio de luz.

1.4. A expressão exata do seu ser (v. 3). "Expressão exata" é tradução da palavra grega *character*, usada em referência ao fabricante de moedas e da matriz ou estampa usada por ele. Simboliza, desde a antiguidade, as características distintivas dum objeto ou pessoa que faculta a sua identificação.

Portanto, refere-se a Cristo como a "expressa imagem" ou "expressão exata" da pessoa, natureza e caráter de Deus (cf. Jo 14.9).

1.5. "Sustentando todas as coisas" (v. 3). "Sustentando" é tradução do vocábulo grego *pheronte* que, além do sentido imediato de sustentar e apoiar, dá a idéia de movimento e subsistência. O Filho de Deus não é um atlante que, segundo lendas gregas, sustenta nos ombros o peso morto do mundo. Ele se ocupa da manutenção,

subsistência e contínua harmonia do Universo que criou, como afirma Paulo em Colossenses 1.17.

Cristo mesmo é a eterna Palavra de Deus (Jo 1.1), que "fez todas as coisas" e na qual o Universo subsiste – pela "palavra do seu poder" (note a expressão "a voz do Senhor", no Salmo 29, e as coisas que ela executa).

1.6. Executou a purificação dos pecados (v. 3). Para levar as coisas adiante, ao seu destino, conforme a vontade de Deus, o Filho teria de enfrentar e tratar o fato do pecado, que trouxera ao mundo a confusão e desordem em que se achava. No pensamento da purificação dos pecados está prevista a obra de Cristo como Sumo Sacerdote, que se destaca nessa epístola. Cristo é o "Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1.29). A "purificação" inclui não somente os pecados dos crentes, expiados na cruz, mas também a remoção definitiva do pecado em todas as suas formas, inclusive sobre a natureza, banindo-o para sempre de diante da face de Deus.

1.7. "Assentou-se à destra da Majestade, nas alturas" (v. 3). Essa expressão refere-se à gloriosa ascensão de Cristo às regiões celestes, ao lugar de exaltação à destra do Pai. A expressão "assentou-se" tem o sentido de "descanso depois de atividade", "conclusão", "consumação". Foi um ato solene e formal, de grande dignidade e autoridade, no qual Cristo assumiu sua posição ao lado do Pai. Outras passagens que revelam como Cristo assentou-se, uma vez realizada sua obra, são as seguintes: 8.1,2; 10.12; 12.2.

III - Cristo, como Filho, Superior aos Anjos (1.4-14)

Os judeus tinham alta consideração pelos anjos, uma vez que eles ocuparam parte proeminente na economia do Antigo Testamento, especialmente na entrega da Lei

(At 7.53). Reverenciavam admirados as hostes angelicais tantas vezes mencionadas nas Escrituras. Daí o autor de Hebreus enfatizar a superioridade essencial de Cristo a todas as formas angélicas. Mas, apesar de Cristo em essência ser superior aos anjos, Ele, na qualidade de "Filho do Homem", só veio a ser "feito mais excelente que os anjos" (v. 4) depois de descer à condição humana e realizar "a purificação dos nossos pecados" (v. 3). Ele sempre foi eterna e essencialmente superior aos anjos. Sua glorificação, contudo, dependia do cumprimento dos requisitos impostos sobre o lado humano, fato este enfatizado no versículo 4.

É digno de nota que a palavra "superior" ocorre 14 vezes na Epístola aos Hebreus e 21 vezes em todo o Novo Testamento (cf. 1.4; 6.13,16; 7.7,19,22; 8.6 [duas vezes]; 9.23; 10.34; 11.16,35,40; 12.24). O objetivo dessa epístola é justamente estabelecer a superioridade do Novo Concerto sobre o Antigo. Cristo possui o nome superior de "Filho". Embora os anjos também sejam chamados "filhos de Deus", no sentido de serem criados por Ele (Jó 38.7; Sl 89.6), tal menção é coletiva, nunca individual.

No discurso de Paulo aos judeus, em Antioquia da Pisídia (At 13.33-35), a citação de Hebreus 1.5 e de Salmos 2.7 ("Tu és meu Filho, hoje te gerei") aparece associada à ressurreição de Cristo, englobando ainda sua ascensão e posicionamento à destra do Pai. Não que Cristo alguma vez tenha perdido sua condição de filiação eterna (Ele nunca deixou de ser Filho), mas o reconhecimento público e posterior pelo Pai de sua condição (de Filho) só veio pela ressurreição (Mt 3.17; 17.5). Por ela é que Cristo foi especificamente "designado Filho de Deus", como se lê em Romanos 1.4.

Mudando o pólo de nossa abordagem, o ponto que se quer frisar em Hebreus 1.5 não é *a ocasião* ou *o tempo* em

que Cristo veio a ser chamado de Filho, mas *o fato* de ser assim chamado, enquanto anjo nenhum fez jus a esse título.

A segunda parte do v. 5 ("Eu lhe serei por Pai, e ele me será por Filho") é uma citação de 2 Samuel 7.14, passagem em que ao rei Davi é prometido um filho que edificaria uma casa ao nome do Senhor. É evidente que o cumprimento imediato e parcial da profecia recai sobre Salomão, responsável pela edificação do Templo. Mas o pleno cumprimento profético apontava para o "Filho maior", o "Descendente", cujo trono seria confirmado para sempre (cf. 2 Sm 7.13; comp. Hb 1.8).

No versículo 6, fica estabelecido enfaticamente que o Filho de Deus é superior aos anjos: "E, quando outra vez introduz no mundo o Primogênito, diz: E todos os anjos de Deus o adorem". O advérbio *palin* (grego, "outra vez" ou "segunda vez") serve, a nosso ver, para qualificar o verbo "introduzir" (no mundo), sendo assim uma referência à segunda vinda de Cristo, quando os anjos o adorarão como já o fizeram quando de seu primeiro advento, em Belém, na condição de infante.

Embora os anjos sempre tenham adorado o Deus Trino, a encarnação e os subseqüentes sofrimentos do Filho de Deus com vistas à redenção do homem geraram entre eles um clima de muito mistério e expectativa. Pedro informa que os anjos anelavam perscrutar essas coisas (1 Pe 1.11,12). Quão profunda, uma vez consumada sua obra, a adoração angelical ao Cristo de Deus e quão grandes os louvores que receberá futuramente quando implantar definitivamente seu Reino na Terra, por ocasião do Milênio!

As passagens citadas pelo autor da Epístola aos Hebreus demonstram que a linguagem do Antigo Testamento apontava para o divino Filho, Rei de um reino eterno, Construtor de um templo permanente e o grande Vencedor das batalhas. Tais descrições não cabem a nenhum anjo, mas somente a Jesus, o Messias, o Filho de Deus.

Em seguida, o autor demonstra a majestade permanente do Filho como Criador, em contraste com os ofícios transitórios dos anjos. Estes são ministros de Deus, cumpridores de tarefas, associados em sua descrição a forças físicas e fenômenos naturais, chamados "para servir a favor daqueles que hão de herdar a salvação" (v. 7; cf. v. 14). O Filho, em tudo diferente e superior, é detentor de uma soberania moral que se estende por toda a eternidade (v. 8). Em virtude de seu caráter inigualável, a plenitude da bênção que há sobre Ele transcende ao homem comum, de quem se torna "companheiro". A unção de Deus sobre o Filho é sem paralelo (v. 9) e produz alegria, compartilhada conosco quando nos introduz no seu Reino (cf. Rm 14.17).

1. A natureza dos anjos

O versículo 7 é citação de Salmos 104.4, que compara os anjos a "ventos" (no grego, *pneumata*) e a "labaredas de fogo", descrições que acentuam uma natureza mutável, transitória (quanto a funções) e subordinada, contrastada à soberania pessoal do Filho, comunicada a Ele pelo Pai.

Tudo indica que os anjos, assim como Satanás, têm poder sobre ventos e fogo, como no caso de Jó quando Deus permitiu que o adversário experimentasse seu servo (Jó 1.16,19). O anjo visto por Manoá subiu ao céu numa chama de fogo (Jz 13.20). Em Apocalipse 16, notamos a relação entre a função desempenhada pelos anjos e os elementos da natureza.

O ministério dos anjos relaciona-se em particular aos homens, "os herdeiros da salvação de Deus" (v. 14).

2. A natureza do Filho

O Filho é Deus, e também Rei: "Ó Deus, o teu trono..." (v. 8). Seu domínio é eterno: "O teu trono subsiste pelos séculos dos séculos". Sua autoridade fundamenta-se na moral e na justiça: "Cetro de eqüidade é o cetro do

teu reino" (v. 8). Seu governo, no Milênio, será a representação na Terra de toda a perfeição pretendida por Deus.

Seu direito à soberania foi estabelecido em razão de sua própria escolha da justiça e de sua vitória sobre a iniqüidade: "Amaste a justiça e odiaste a iniqüidade..." (v. 9). Seu Reino é messiânico, em cumprimento às profecias (Is 11.1,2; 61.1-3), porque para isso foi ungido. "Messias" deriva-se do hebraico *Moschiach* e significa "ungido".

A unção à qual se refere aqui serve para ressaltar tanto a dignidade real como as ocasiões festivas, que se distinguiam por sua alegria. Os "companheiros" mencionados no versículo 9 referem-se aos redimidos do Senhor, com os quais se uniu pela sua encarnação, tornando-se um com eles (cf. 2 Pe 1.4). Que privilégio não temos nós! Receber o mesmo Espírito que Ele recebeu e ministrar sob a mesma unção com que foi ungido! Os versículos 8 e 9 são citações de Salmos 45.6,7.

O Filho é o Criador do Universo (vv. 10-12). A criação como agora existe será "mudada" (v. 12) qual "vestido", havendo depois novos céus e nova Terra, mas Cristo é eterno, imutável, o "mesmo ontem, e hoje, e eternamente" (Hb 13.8). Os anjos têm uma esfera de ação na criação, como seres criados que são, mas o Filho é o eterno Autor da criação – ele a transcende e não pode ser confundido com sua própria obra (Sl 102.25-27; Hb 1.10-12).

A nenhum anjo Deus disse: "Assenta-te à minha mão direita..." (Sl 110.1), como o fez ao Filho. Esta prerrogativa divinamente concedida significa: "Seja associado comigo na minha dignidade real". Antes da encarnação, Cristo era igual a Deus Pai (Fp 2.6) e compartilhava todas as coisas em função de sua própria condição de Filho. Mas agora Ele compartilha o trono em virtude da

vitória pessoal que obteve sobre todos os inimigos, cuja humilhação ainda espera concluir (v. 13).

3. A primeira advertência (2.1-4)

Note que esse parágrafo (vv. 1-4) segue o estilo do autor, de colocar certas advertências e exortações práticas em pontos estratégicos, intercalando com elas seus argumentos para em seguida retornar à seqüência lógica.

3.1. O perigo de negligenciar a nova revelação. A expressão "portanto" (v. 1) serve para introduzir uma nova linha de argumento. É como se o autor estivesse dizendo: "Porque recebestes uma revelação superior ao Antigo Concerto, mediante o Filho, que é superior aos profetas, aos anjos e à criação, Criador que é". Obviamente, tal revelação, dada por um superior Mediador, implica em obrigações solenes da parte dos que a recebem. A punição por negligenciá-la é maior do que a de negligenciar a revelação feita por meio dos anjos – a lei mosaica (v. 2).

O significado do versículo 1 é que, uma vez ouvindo a verdade a respeito da graça, nos é imposta uma obrigação. Devemos prestar muita atenção ao que nos foi dito para não deixarmos passar essa tão grande salvação. Caso contrário, seremos como a nau arrastada ao perigo pelos ventos e correntezas.

Trata-se duma advertência muito séria dirigida aos crentes judaicos. Um deslize na verdade resulta mais comumente da falta de atenção do que de um propósito consciente. Ficar à deriva conduz à morte, mas prestar atenção traz vida. Um pedaço de pau acompanha a maré, mas o navio vence até as grandes ondas - se tiver à bordo, é claro, um piloto capaz e atento.

A Lei de Moisés dada no Sinai teve por mediadores os anjos (Dt 33.2; At 7.38,53; Gl 3.19). A Lei "se tornou

firme", sendo firmada na santidade divina e inflexível de seus princípios e obrigações. Conseqüentemente, o castigo se manifestou sobre os casos de desobediência e transgressão, palavra que no original grego é *para-basis*, significando "atravessar uma linha demarcada" (v. 2).

Como escapar ou fugir, sem levar em conta a superior e definitiva revelação de Deus? Onde se esconder depois de negligenciar a salvação comunicada e executada pelo Filho? Não há escape! (v. 3).

A condenação para quem se deixa andar à deriva, a exemplo do povo judaico, é tanto maior quanto maiores os privilégios e as oportunidades de conhecer em primeira mão o ministério do próprio Senhor Jesus (ministério aprovado por muitos milagres), sem entretanto aceitá-lo. Em seguida ao anúncio empreendido pelo Senhor Jesus, de que era chegada a salvação, esta foi sobrenaturalmente confirmada pelos seus ouvintes (v. 3). Dessa maneira, o autor coloca-se entre a segunda geração de cristãos, os que não conviveram com Jesus, mas ouviram da boca de terceiros "todas as coisas que Jesus fez e ensinou" (At 1.1). Contudo, o depoimento dessas testemunhas foi amplamente autenticado pelos "sinais, e milagres, e várias maravilhas, e dons do Espírito Santo" (v. 4).

IV - Cristo, como Filho do Homem, o Soberano sobre a Terra (2.5-18)

O propósito do autor desta passagem é demonstrar que essa "tão grande salvação", preparada por Cristo, está de acordo com o plano divino de dar ao homem, e não aos anjos, o domínio do planeta. O cumprimento de tal destino de soberania (Gn 1.28,29; 2.19,20) sobre a Terra, em razão da introdução do pecado nela, só poderia ser conseguido pelos sofrimentos de Cristo (que removeriam a maldição). Eis a razão da encarnação de Cristo, o grande fato que teve por alvo a restauração do homem.

Futuramente, a administração delegada aos anjos será posta de lado. Como Cristo assumiu uma posição superior a todas as potestades angelicais, no mundo vindouro Ele levará consigo a *humanidade* a uma posição de domínio nunca antes experimentada. Deus jamais intentou um domínio a esse nível para os anjos (2.5). O Salmo 8 informa que o mesmo reserva-se à raça humana: "Contudo, pouco menor o fizeste do que os anjos e de glória e de honra o coroaste" (Sl 8.5). A coroação do homem, feito menor que os anjos, implica numa investidura sem precedentes de autoridade, o que se faz adequado ao plano de Deus de conferir-lhe amplo domínio sobre o Universo material (2.7,8; cf. Sl 8.5-8).

A promessa não se concretizou, por enquanto (v. 8), apesar das grandes conquistas científicas das quais tanto se gloria, como o rádio, a televisão, a aviação supersônica, as maravilhas da química, as viagens espaciais, o desenvolvimento da cibernética e da informática etc. Ao lado dessas descobertas notáveis, o homem também produziu, além da bomba atômica, gases tóxicos e bactérias resistentes às formas convencionais de tratamento, com os quais poderia destruir toda espécie de vida encontrada neste planeta.

Contudo, apesar do fracasso do homem, a promessa divina não fracassou – "Vemos... aquele Jesus!" (v. 9). Note que os títulos devidos a Jesus são omitidos, pois o que se pretende enfatizar é sua humanidade. É usado o nome pessoal *Jesus*, como *Cabeça* da humanidade redimida. Ele "por um pouco" foi feito "menor que os anjos", tendo se tornado homem a fim de sofrer a morte na cruz. Esse fato, contudo, teve sua origem na "graça de Deus". Era necessário que o *Cabeça* da nova humanidade experimentasse a morte, removendo assim a pena do pecado a fim de garantir o destino do homem no plano divino. Jesus não somente experimentou a morte, mas "provou" sua amargura. A prova de que sua morte alcan-

çou todos os objetivos é justamente o fato de Ele estar agora exaltado à destra da Majestade nas alturas, "coroado de glória e honra" (v.10; cf. Fp 2.9,10).

1. O Filho e os filhos

Dada a profunda aversão que os judeus demonstravam à idéia de sofrimento do Messias (1 Co 1.23), o autor argumenta, no versículo 10, que o sofrimento e a morte do Filho foram determinados por Deus. A palavra "convinha" dá a entender que os sofrimentos não tinham uma natureza arbitrária, mas atendiam ao pleno conselho divino. Cristo deveria suportá-los como conseqüência de sua união aos homens, assumindo a responsabilidade pela culpa deles, a fim de conduzir "muitos filhos à glória". Uma vez que o sofrimento pode ser interpretado como disciplina, Deus achou por bem submeter o Filho à mesma disciplina (v. 10).

Assim, tanto "o que santifica como os que são santificados" vêm de um só (v. 11). Constituem uma só família divina. Em Cristo não há diferenciação, pois todos somos frutos de um só propósito divino, pertencemos igualmente àquEle que nos resgatou, sendo, indistintamente, irmãos. E o próprio Cristo, apesar de sua superior dignidade (Ele é "o Príncipe da salvação deles"), "não se envergonha de lhes chamar irmãos".

Essa relação entre o "Filho" e os "filhos" se percebe nas relações entre Deus e certos homens que se destacaram durante o Antigo Concerto. O rei sofredor, Davi, escreveu profeticamente de Cristo no Salmo 22 (v. 12). O profeta típico, Isaías (v. 13; cf. Is 8.18), afirmou sua fé em Deus num tempo de sofrimento nacional, declarando que seus filhos eram "sinais". Um filho chamava-se Sear-Jasube ("Um-Resto-Volverá", Is 7.3); o outro chamava-se Maer-Salal-Hás-Baz ("Rápido-Despojo-Presa-Segura", Is 8.3). O nome Isaías significa "Jeová Salvou". Anali-

sando juntamente o significado dos nomes de Isaías e seus filhos, vemos a continuidade e a salvação de Israel como nação, por meio dum remanescente fiel, e bem assim a destruição dos seus inimigos tipificados pela Assíria.

Uma vez entendendo esse pano de fundo, o quadro que se nos apresenta é de crentes fiéis ou "filhos" do Antigo Concerto prefigurando os "filhos" do Novo Concerto. Os "filhos que Deus me deu" são tipificados pelo remanescente fiel – aquele resto que se voltaria para Deus, libertado da condição de presa fácil do inimigo. Cristo é, em si, a consubstanciação da "salvação de Israel", pois foi Ele que tomou o despojo, livrando-nos dos laços que nos prendiam.

O Salmo 22, que data do tempo da perseguição a Davi, por Saul, descreve as experiências e o sofrimento pelos quais o "ungido do Senhor" passou em direção ao trono e ao estabelecimento do Reino de Deus. No versículo 22 a tristeza é transformada em regozijo, as palavras do salmista ressoam como que um "evangelho". Esse versículo é citado em Hebreus 2.12, como referente a Cristo. O rei típico (Davi) e o verdadeiro Rei (Jesus) alcançaram sua condição soberana, suportando as mesmas adversidades; e ambos, tendo triunfado, deram participação de sua alegria e vitória ao povo.

2. A encarnação e seu propósito

A obra redentora de Cristo foi realizada entre os homens e para os homens, por isso Ele participou necessariamente "da carne e do sangue" (v. 14). Para ter comunhão com o povo que amava e poder salvá-los, foi-lhe necessário assumir a restrita natureza humana. Daí a necessidade da encarnação. Essa participação nas limitações da raça humana fê-lo arcar inclusive com a conseqüência do pecado – a morte. Cristo a suportou, sabendo

ser ela a pena cabível ao pecado. Desse modo, não só aniquilou o poder da morte como destruiu seu autor, Satanás (v. 14) – sua vitória foi completa!

A servidão ao pecado resulta do medo da morte e, queira-se ou não, da previsível responsabilidade perante Deus na eternidade. O argumento dos versículos 14 e 15 visa prender a atenção dos hebreus, pois a teologia rabínica fala muito do medo e da constante presença do "acusador" na vida do homem. O povo antigo, de modo geral, demonstrava grande pavor da morte, não obstante filósofos como Sêneca terem argumentado contra um medo tão primário.

Hoje em dia, o povo demonstra uma atitude frívola diante da morte, negando a existência da vida futura e rejeitando assuntos relativos a Deus. Cristo demonstrou, indo voluntariamente à cruz, que o medo da morte era incapaz de detê-lo em sua marcha pela salvação do mundo – Ele não a temia, subjugando-a até a sepultura, de onde emergiu vitorioso sobre o acusador (v. 15).

O grande objetivo da obra de Cristo foi especificamente *salvar os homens*, e não outros seres, como os anjos, embora sua morte inocente haja resultado em bênção para toda a criação. E também não poderia valer-se de outra criatura quando o que tinha em mente era a raça humana. Por isso "lançou mão" (grego *epilambanetai* – "lançar mão de", "socorrer") da descendência (grego *spermatos* – "semente") de Abraão, a fim de redimi-la. O nome Abraão foi escolhido porque o autor está falando a judeus. Mas naturalmente todos os filhos na fé, quer judeus quer gentios, são descendência de Abraão, o pai da fé (v. 16; cf. Gl 3.29).

A necessidade da encarnação também se percebe no tipo de obra que Cristo realiza quando socorre o homem caído. Naturalmente, irá socorrê-lo "em todas as coisas" e em todas as circunstâncias da vida. Sua compaixão por aqueles com os quais se identifica assume assim o mais

pleno sentido possível. Uma vez que homem no pecado está sujeito a veementes tentações e fraquezas, Ele também se tornou delas participante, com uma diferença: sem pecado (cf. 4.15).

Dessa maneira, o autor introduz a idéia básica da instituição do sacerdócio, isto é, a mediação e comunhão entre Deus e os homens. A reconciliação já foi efetuada, a comunhão, restabelecida, e um Sacerdote "misericordioso e fiel" – que não tolera o pecado, mas nem por isso deixa de se compadecer das nossas fraquezas – agora nos representa junto a Deus. A capacidade que Cristo tem para nos socorrer é devido não somente à sua *divindade* como Filho de Deus, mas também à sua *humanidade*, pela qual obteve a condição de condoer-se de nós (v. 17).

Cristo sofreu, no maior grau possível, os ataques constantes de Satanás, que não media esforços para derrubá-lo, empregando todo tipo de sutileza e artimanhas (Mt 4.8-11; 16.22; 26.39; Lc 22.44; Hb 5.8). Além desse aspecto, Cristo compartilhou as demais "fraquezas" da nossa carne, pelo que sentiu cansaço, fome, sede e necessidade de habitação, entre outras. Mas tais condições não constituem pecado.

A palavra *socorrer* é muito expressiva, sendo derivada do grego *boe* ("um grito"), e *theo* ("correr"). O sentido completo então é "correr em atendimento a um grito". O crente clama a Deus pedindo socorro, e Deus atende "correndo para nos socorrer!" Portanto, clamemos por socorro na hora da necessidade, esperando que nos atenda! (v. 18).

V - Cristo – Maior que Moisés e Arão

1. Algo a ser considerado – contraste com Moisés (3.1-6)

Havendo declarado o pensamento central do sacerdócio de Cristo, e antes de desenvolvê-lo nos capítulos 5 a

7, o autor interrompe o assunto, a fim de estabelecer, sob outro ponto de vista, a superioridade do Novo Concerto sobre o Antigo. Ele já demonstrou que Cristo é superior aos anjos, os mediadores espirituais da Lei; agora demonstra que também é superior a Moisés, o homem que promulgou a Lei.

O autor, ao abordar o assunto, emprega a expressão "o mundo futuro" ou "o século que há de vir" (2.5; 6.5) – que no grego é *cukoumenen* (literalmente, "o mundo vindouro *habitado*"). Ele se refere ao Reino de Deus que será estabelecido entre os habitantes da Terra. Isso leva, naturalmente, à comparação entre os fundadores da velha teocracia judaica, sob Moisés e Josué, e Jesus, do novo Reino. A posição de Moisés para com o sistema judaico torna necessário o argumento, porque os cristãos hebreus estavam confusos sobre este ponto.

O parágrafo (3.1-6) inicia com uma referência à dignidade da vocação cristã, tratando os crentes de "irmãos santos, participantes da vocação celestial". Esta frase, vinculada a outras evidências encontradas na epístola, convence-nos que o autor está escrevendo a cristãos judeus sinceros e não apenas àqueles que assim se rotulavam.

A lembrança da dignidade e compaixão de Jesus face aos sofrimentos que experimentou na carne, semelhantes aos deles, não pode passar em branco. O autor da epístola insiste que prestem muita atenção (grego *katanoesate* – "ponde sentido", "considerai") à pessoa de Cristo na qualidade de Apóstolo e Sumo Sacerdote, a quem haviam "confessado" e não meramente professado (v. 1). Cristo é aqui chamado "apóstolo" (enviado), pois, assim como Moisés se tornou um enviado de Deus para conduzir a nação de Israel à terra de Canaã, também "Deus enviou o seu Filho ao mundo não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele" (Jo 3.17).

O ponto de comparação, no versículo 2, prende-se ao fato de que tanto Moisés como Cristo se ocuparam da *administração da economia divina*: aquele, sob a velha ordem da Lei; este, sob a nova ordem da graça de Deus, tendo ambos cumprido fielmente suas responsabilidades. Mas o autor apresenta em seguida uma série de contrastes que demonstram a glória muito superior de Jesus:

a. Moisés era apenas um membro (servo) da casa ou "economia" (grego *oiko*) de Deus, sob o sistema do Antigo Concerto. A "casa de Deus" é aquela sociedade organizada na qual Deus habita.

b. Cristo, em cooperação com o Pai, foi quem estabeleceu a "casa" ou "economia", tanto no Antigo quanto no Novo Concerto.

c. Moisés era fiel como "servo" nessa "casa" ou "economia" (Êx 40.16).

d. Cristo ocupa a posição de "Filho" sobre a casa que Ele mesmo estabeleceu (vv. 3-6).

2. O segundo aviso – o exemplo de rebeldia no deserto (3.7– 4.13)

A comparação de Cristo com Moisés naturalmente leva à dos seguidores dos dois sistemas. A infidelidade dos judeus, nos quarenta anos de jornada no deserto, serve de categórico aviso aos cristãos hebreus que estão a ponto de perder sua fé em Cristo. A própria data em que foi escrita a epístola (cerca de quarenta anos após a paixão de Cristo) enfatiza tal paralelo. Sem dúvida, os acontecimentos do passado serviam para fortalecer "o remanescente" de cristãos fiéis ante a incredulidade geral de seus patrícios. O Antigo Testamento registra os juízos sucessivos sobre Israel, dos quais apenas uma pequena minoria escapou. Que exemplo!

O argumento, a esta altura, incide na interpretação da disciplina no deserto (vv. 7-11; cf. Sl 95.7-11). A fé é indicada como condição indispensável ao recebimento da bênção divina (3.7-19). No capítulo 4.1-13, o autor mostra a necessidade de alcançarem os cristãos o pleno cumprimento da promessa.

As sérias conseqüências da incredulidade persistente são ilustradas pela experiência de Israel no ermo, quando os pais tentaram a Deus, pondo-o à prova (3.9; Êx 17.3,7; Nm 13 e 14). "Tentar a Deus" significa dizer: "Deus proibiu certas coisas, mas vou praticá-las de qualquer maneira, para ver o que acontece". Foi isso que Israel fez repetidamente, pelo que seus cadáveres (literalmente, "seus ossos desmembrados") foram espalhados pelo deserto (3.17).

Aos cristãos vindos do judaísmo, espreitava-os o perigo de vacilarem no que respeita à salvação, entre a velha ordem de sacrifícios no Templo e a fé em Cristo somente. Deus exige de nós, ainda hoje, uma firme decisão que deve ser conservada até o fim! Note o aviso em 3.6,12,14.

A sorte daqueles que foram resgatados do Egito tinha um sentido amplo e direto para os destinatários da epístola. Foram libertados mas não "entraram no descanso de Deus", perecendo no deserto. Mesmo a segunda geração, que conseguiu entrar em Canaã, não alcançou a plenitude da promessa divina. Só pela vinda do Messias ela foi alcançada – quando nos apropriamos dela mediante a fé. Tanto Israel como os cristãos hebreus ocupavam a idêntica posição de haver recebido o "evangelho" ("boas novas"), tendo a oportunidade de "apropriar-se" dele. Israel falhou. Agora, o perigo para esses primitivos judeus cristãos era que, por causa da incredulidade (3.19) e desobediência (3.18), deixassem de entrar no descanso espiritual de Deus (4.1). O próprio Josué, que introduziu os

remanescentes em Canaã, não lhes deu de fato o repouso (4.8). Não que tal repouso inexistisse; ele já estava preparado desde que Deus encerrara suas obras (4.4); apenas não puderam entrar nele. Somente em Cristo "nós, os que temos crido", podemos alcançá-lo (4.3,9-11; cf. Mt 11.29).

O repouso ou descanso, ilustrado pelo sábado original de Deus (v. 4) após a criação, é a condição para todas as coisas virem a se ajustar perfeitamente à vontade divina. É esse descanso que Deus pretende estender aos que lhe são fiéis – o descanso da alma, relativo ao cessar das "obras" (as que partem do esforço humano) e que implica numa confiança plena na obra perfeita de redenção consumada por Cristo (v. 10).

A promessa de descanso traz uma responsabilidade especial para o povo de Deus, o qual deve estar atento para não se permitir a "provocação" de Israel, caindo "no mesmo exemplo de desobediência" (v. 11). O autor reforça sua exortação trazendo à memória o caráter dinâmico da Palavra (grego *logos* – "revelação") de Deus, de onde extraíra sua citação. Não é uma palavra morta ou formal, mas cheia de poder e eficácia, capaz de esquadrinhar até as profundezas da natureza humana. Ela é apta para estabelecer juízos de cunho moral e "discernir os pensamentos e intenções do coração" (v. 12).

Deus percebe logo a dúvida ou o pecado mais diminuto. Alma e corpo não podem furtar-se ao seu olhar. A palavra "patentes" (v. 13) deriva-se do vocábulo grego *traquelos* ("garganta"), e significa virar para trás a garganta, como faz o cirurgião no paciente. O animal do sacrifício tem sua garganta exposta totalmente à lâmina do cutelo. Semelhantemente, todo ser humano está totalmente descoberto diante dos olhos daquEle cuja Palavra é como espada cortante de dois gumes (Vincent).

3. Cristo, um Sumo Sacerdote maior que Arão (4.14–5.10)

O autor retorna ao pensamento central do sumo sacerdócio, do qual se afastara um pouco. Cristo, já apresentado como superior aos anjos e a Moisés, além de maior que Josué (o descanso), agora é mostrado como quem efetivamente fez mais do que Moisés e Arão, não obstante o terem estes prefigurado. As palavras de 4.14 reportam-se a 2.17 e 3.1. O temor do fracasso final, aliado à consciência de debilidade e fracassos parciais, encaminham os pensamentos novamente ao Mediador.

Cristo, nosso Sumo Sacerdote, que já entrou no descanso que Ele mesmo prefigurou, tem condição de introduzir nesse mesmo descanso o seu povo. Ele já "penetrou nos céus", na presença de Deus, e está agora além de todas as forças de oposição satânica, "principados e poderes". Este Sumo Sacerdote nos pertence, fato que indica o privilégio que temos de manter firme a nossa "confissão" (e não a mera "profissão"), na qual reside a segurança de felicidade final (v. 14).

Ele, apesar de habitar as regiões celestiais, está mais próximo de nós do que qualquer sacerdote humano, pois foi experimentado em todo ponto semelhante a nós, mantendo-se contudo imaculado. Ele conheceu todas as "fraquezas" que os humanos conhecem, como fome, cansaço, sede etc. Foi atacado por Satanás, mas triunfou sobre ele (v. 15).

Por conseguinte, devemos nos aproximar desse sacerdote compassivo e, em vez de abandoná-lo, manter um contato diário e pessoal com Ele. A expressão "com confiança", ou "confiadamente" (v. 16), significa expressar com coragem nosso rogo a Ele, contando-lhe todas as nossas fraquezas e falhas. Seu trono é o "trono da graça", do qual se ministra "misericórdia" para com os pecados

dantes cometidos, e "graça" como socorro na hora precisa, antes que seja tarde demais (A. T. Robertson).

Em relação a Cristo, os cristãos hebreus não o conheciam sob a figura de sumo sacerdote. Por isso, não compreendiam a aplicação desse título e ofício à sua pessoa. Não sendo Ele da linhagem de Arão, naturalmente não o contemplariam como "sacerdote". Seu ministério também não lhes despertaria um tal pensamento, uma vez que não reivindicou nenhum privilégio de acesso ao Templo, nem executou nenhuma função sacerdotal, e sempre criticou o concerto judaico do sacerdócio (Vincent).

O autor resumidamente apresenta as características e atribuições do sumo sacerdote (5.1-4), demonstrando que são perfeitamente satisfeitas em Cristo (5.5-10).

Segundo o sistema levítico, todo sumo sacerdote é escolhido entre os homens e constituído a favor dos homens. Ele traz ao altar tanto sacrifícios cruentos como sem sangue (5.1). Exige-se dele que possa "condoer-se" ou ter compaixão do povo. A expressão significa ser "moderado" ou "tenro" em seu julgamento, nem severo demais e nem tolerante demais. Não deve ser homem que se irrita diante do pecado e da ignorância, e nem transigente com o mal (vv. 2,3). Ele deve ser chamado por Deus (v. 4).

Cristo cumpriu todas essas qualificações. A sua vocação divina nos é apresentada em Salmos 2.7 e 110.4. Jesus repetidamente declarou que seu Pai o enviara em missão especial a este mundo (vv. 5,6; Jo 5.30,43; 8.54).

O autor, agora, demonstra que Cristo também cumpriu a outra qualificação, a de ser conhecedor, através da experiência, das necessidades e fraquezas humanas. Uma vez que não cometeu pecado, não era necessário que oferecesse sacrifício por si mesmo (v. 3). Contudo, como Sumo Sacerdote, podia, em todas as áreas, compadecer-

se do povo, estando preparado para o ofício. Sua preparação incluiu aprender a obediência e padecer pela causa a que fora designado (v. 8).

O versículo 7 encontra seu cumprimento na agonia de Cristo no jardim de Getsêmani (Lc 22.44; Mt 26.39). Nessa experiência terrível, a alma de Cristo experimentou dor e agonia mental cruciantes ao contemplar os horrores do madeiro que se aproximava, trazendo consigo a separação da face do Pai. Sem dúvida, sentiu toda pressão das potestades das trevas a esmagar-lhe a vida antes de chegar à cruz. Jamais compreenderemos tudo o que aconteceu ali. A preparação de Cristo para exercer o sacerdócio incluía o sofrimento, apesar de ser Ele o Filho de Deus (v. 8). A obediência, apesar de natural para Jesus (cf. Jo 8.29), foi-lhe necessária enquanto disciplina especial na esfera da severa experiência humana, a fim de que pudesse "condoer-se" de nós e tornar-se o Autor "da nossa eterna salvação" (v. 9). Cristo foi "nomeado" (literalmente, "saudado") por Deus e reconhecido como "sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque", pelo fato de ter completado sua disciplina terrestre (v. 10).

VI - Aviso contra o Perigo da Ociosidade, Inércia e Afastamento Espiritual (5.11–6.20)

Neste ponto, o autor poderia ter procedido a comparação de Cristo com Melquisedeque. Mas, temendo que o leitor não alcançasse o seu significado, uma vez que seria contrária às opiniões correntes judaicas, ele formula um aviso e só retoma o argumento a partir do capítulo 7.

Nos versículos 11-14 (cap. 5), o autor alerta quanto ao perigo de estacionar na vida espiritual e menciona as possíveis conseqüências. A vida espiritual é semelhante à natural: em todos os seus estágios depende de fatores

sem os quais não poderá ser mantida. Um crescimento sadio dá ao cristão condições de se apropriar do que seria impossível num estágio anterior e inferior. Contudo, essa constatação traz sérias responsabilidades:

a.O período de infância espiritual pode ser prorrogado de forma abusiva, como fizeram os hebreus, mantendo-se como "criancinhas" – estágio esse que já deveria ter passado (vv. 11,12).

b.Como conseqüência do primeiro item, a pessoa pode não estar preparada para a instrução mais madura ("sólido mantimento"), em tudo necessária, quando ministrada a seu tempo (vv. 13,14).

Os hebreus eram ainda "criancinhas" quando, pelo tempo de convertidos, deveriam ter alcançado certa maturidade. Já era tempo de serem mestres e não de ainda estarem buscando instrução elementar. Eram inexperientes, imaturos e despreparados para participar das discussões sobre problemas de grande vulto do pensamento cristão.

Segue-se uma exortação para avançarem na busca de um conhecimento mais elevado a que o autor os conduz, convicto de que o acompanharão (6.1-3): "Pelo que, deixando os rudimentos da doutrina de Cristo, prossigamos até a perfeição". Os crentes hebreus precisarão de maior percepção espiritual, uma vez que o autor irá demonstrar que o sacerdócio de Cristo significa a abolição da Antiga Aliança.

Não se consegue a maturidade cristã retornando aos padrões dos primeiros estágios da instrução cristã. Para que o edifício espiritual seja concluído é mister ir além dos alicerces – o arrependimento das obras mortas pela fé em Deus!

A expressão "obras mortas" não se refere a "pecados", mas sim às obras destituídas do elemento vida,

procedente da fé no Deus vivo. Todas as obras do homem em si, à parte de Deus, são "obras mortas". Sem dúvida, o autor tem em mente todo o sistema levítico como um ritualismo morto. A fé em Deus é igualmente básica e fundamental para todo cristão.

1. A doutrina dos batismos

A expressão compreende os ritos de purificações cerimoniais em geral, como as abluções judaicas, o batismo de João Batista e mesmo o batismo cristão, pois este também é introdutório, servindo como testemunho e não como fonte de salvação.

2. A imposição das mãos

Era a imposição das mãos sinal comum de bênção (Mt 19.13), de cura (Mc 7.32), na escolha dos diáconos (At 6.6) e na separação de alguém para uma obra especial (At 13.3), entre outros momentos especiais.

3. A ressurreição dos mortos

A ressurreição de Cristo, no que tange aos crentes, naturalmente alterou por completo a doutrina como era ensinada pelos judeus. Observa-se que a doutrina da ressurreição também é fundamental (1 Co 15).

4. O juízo eterno

Este juízo transcenderá os demais juízos temporais. Será efetuado sobre princípios diferentes dos adotados pelos tribunais terrestres. Suas decisões serão de acordo com as normas do mundo futuro (vv. 1,2).

O versículo 3 indica que o autor prosseguirá com o argumento já iniciado, sem discutir os elementos primá-

rios. O resultado final dependerá do poder que Deus conferir ao seu ensino, mas ao mesmo tempo os seus esforços poderão ser anulados pela impossibilidade de arrependimento (v. 4).

5. A apostasia

Os versículos 4-8 são de alta importância, constituindo um seriíssimo aviso, bem como anunciando as conseqüências funestas para quem não o atender. Satanás já usou esses versículos (ele sabe citar referências bíblicas) para desanimar e oprimir pessoas fracas na fé que caíram em pecado, sussurrando aos seus ouvidos: "Você pecou de forma tal que já não existe mais perdão. Nem pode mais se arrepender. Cometeu um pecado imperdoável, e, portanto, está condenado eternamente. Já não lhe é mais possível voltar-se para Deus!" Fora com as sugestões diabólicas! A primeira epístola de João, escrita para a família de Deus, tem uma boa notícia para as pessoas sob ataque do inimigo: "E, se alguém pecar, temos um Advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o Justo" (1 Jo 2.1). Deus nos corrige, mas não nos lança fora por um fracasso qualquer.

A interpretação correta dessa passagem requer que se considere ter sido ela escrita a cristãos hebreus, que constantemente enfrentavam a tentação de retornar à velha ordem dos sacrifícios levíticos.

Lembre-se de que o Templo de Herodes ainda estava de pé, e os antigos ritos levíticos continuavam. Os cristãos estavam sendo perseguidos por sua fé em Jesus. Com muita razão, aguardavam o cumprimento das Escrituras do Antigo Testamento que preconizavam um reino teocrático visível na Terra. Mas, como esse reino demorava a se concretizar, havia a tentação de abandonar Cristo como o único Sacrifício pelo pecado, retroceden-

do para as sombras e figuras ultrapassadas do Antigo Testamento. Trocava-se, assim, indevidamente, a substância e a realidade das coisas pelos tipos imperfeitos até então vigentes.

A passagem nada contém indicando que alguém apostatara (caíra ou desertara da fé), mas os hebreus enfrentavam tal perigo, diante do qual podiam sucumbir. Haviam sido de uma vez por todas iluminados pela revelação de Deus em Cristo. Tinham provado o dom celestial, o Espírito Santo. Haviam experimentado a boa Palavra de Deus – o Evangelho de Cristo, pregado entre eles e autenticado pelos poderosos milagres e operações do século vindouro – a virtude característica do reino milenial de Cristo. Para essas pessoas, caso se desviassem, seria *impossível* (o original não admite que se empregue na tradução o vocábulo "difícil", v. 4) renová-las outra vez para o arrependimento (mudança de idéia), uma vez que deliberadamente rejeitaram a Cristo, destituindo a crucificação do sentido que antes lhe atribuíam.

Dificilmente o verdadeiro crente fará uma coisa dessas, contudo, tal é possível, porque temos o livre-arbítrio, o que constitui um vitupério a Cristo (v. 6). O autor da epístola sente bem de perto o perigo peculiar que os hebreus enfrentavam. Ele emprega a ilustração da natureza, contrastando dois tipos de solo, ambos bem regados, sendo que um produz "erva proveitosa" (v. 7) e o outro apenas "espinhos e abrolhos" (v. 8). O contraste realça a diferença entre duas classes de cristãos, ambas trabalhando sob condições ideais, mas chegando a resultados diferentes (Vincent).

O aviso teve seu cumprimento (imediato, e que ilustra uma destruição ainda maior profeticamente) na queda de Jerusalém no ano 70 d.C., quando o Templo e o serviço ritualístico foram extintos.

O autor expressa a esperança de que tal calamidade não lhes sobrevenha, se bem que seja necessário avisá-los do perigo, pois já evidenciavam sua fé mediante um operoso amor cristão. Ele os encoraja a permanecer firmes e constantes até o fim, quando todas as promessas de Deus se cumprirão (vv. 9-12).

Desejava o autor que escapassem ao perigo iminente e que se esforçassem para alcançar o ideal exemplificado na vida dos grandes heróis da fé (cf. cap. 11). Para isso enfoca de modo singular o exemplo do patriarca Abraão.

O Exemplo de Abraão focaliza duas coisas:

a. a "completa certeza da esperança" (v. 11), que se apóia na promessa de Deus;

b. a necessidade de paciência (v. 12), a fim de que se cumpra.

A promessa de Deus a Abraão foi ratificada por juramento. Abraão esperou muito tempo, mas não foi rebelde. Assim, tornou-se o representante de todos os que, crendo e abraçando as promessas, chegam enfim a alcançá-las (Hb 11.13-16).

Abraão agüentou firme, confiando na redenção e usufruto da bênção prometida. Nós, atualmente, temos o incentivo adicional de uma redenção já efetuada, em cumprimento a promessa e juramento divinos. Devemos, pois, nos refugiar na pessoa de Cristo, em quem temos proteção não apenas contra o pecado, mas contra as meras, superficiais e inúteis formalidades religiosas. A esperança do cristão é como âncora "segura e firme" que jamais perde a resistência. É uma esperança pessoal, firmada no Senhor Jesus Cristo "feito eternamente sumo sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque", que entrou no santuário celestial como precursor dos muitos "filhos" que está conduzindo à glória. É na qualidade de Deus-homem que Jesus está no céu, "à destra do trono da

Majestade" (8.1), como garantia de que nosso glorioso destino se concretizará um dia (vv. 17-20).

VII - Cristo, nosso Eterno e Sumo Sacerdote (Cap. 7)

O autor agora reverte ao argumento de 5.10, no qual se refere a Cristo como o Sumo Sacerdote de um serviço divino de ordem mais elevada que a estabelecida sob a lei mosaica. Esta ordem sacerdotal é de origem divina – "segundo a ordem de Melquisedeque" (5.10; 6.20).

O capítulo divide-se da seguinte maneira:

a. As características de Melquisedeque (vv. 1-8).

b. A relação entre Melquisedeque e o sacerdócio levítico (vv. 4-10).

c. A comparação do sacerdócio levítico com o de Cristo (vv. 11-25).

d. A qualidade superior do sacerdócio de Cristo (vv. 26-28).

1. As características de Melquisedeque

A descrição histórica desse personagem singular encontra-se em Gênesis 14.17-20. Ele surge de repente nas páginas sagradas qual estrela nova no firmamento. Logo desaparece para só vir a ser encontrado depois, no livro de Hebreus. Quando Abraão voltava da batalha em que libertara o sobrinho, Ló, encontrou-se com Melquisedeque, rei de Salém e sacerdote do Deus Altíssimo (*El Elyon*). Os títulos a ele conferidos indicam o seu caráter: Melquisedeque, "rei de justiça", rei de Salém, "rei da paz". Certa tradição judaica corrente durante a era apostólica aparentemente identifica Salém com Jerusalém. O Dr. Westcott informa: "No tempo de Jerônimo, Salém era identificada com uma cidade perto de Citópolis, onde se viam as ruínas do palácio de Melqui-

sedeque". Contudo, a identificação do lugar não faz parte do argumento do autor da epístola.

Certos intérpretes vêem no relato de Melquisedeque um exemplo de teofania, ou seja, uma manifestação de Cristo antes da encarnação. Mas achamos pouco provável e mesmo desnecessário à prática da lição, que é de ordem típica. O fato de a Bíblia não apresentar o registro genealógico de Melquisedeque, seja indicando seu nascimento ou sua morte, já o torna tipo perfeito do sacerdócio eterno de Cristo. O antítipo, ou seja, a realidade, é sempre maior do que o tipo (vv. 1-3). O versículo 3 é significativo porque é um tipo de sacerdócio diferente do levítico, no qual a genealogia era de capital importância.

2. A relação de Melquisedeque com o sacerdócio levítico

É evidente a superioridade do sacerdócio de Melquisedeque sobre o levítico pelo fato de que os "filhos de Levi" (Arão e seus sucessores), autorizados a receber os dízimos do povo, haviam (em Abraão, representativamente, pois descendiam dele) dado dízimos a Melquisedeque. Além disso, Abraão, de quem o sacerdócio levítico procedeu, foi abençoado por Melquisedeque. O argumento afirma que o menor é abençoado pelo maior, indicando a superioridade de Melquisedeque sobre Abraão.

Outro fator importante é que o sacerdócio levítico era sempre interrompido pela morte, mas Melquisedeque, que recebeu dízimos de Abraão, foi tipicamente imortal (vv. 4-10).

3. A comparação entre o sacerdócio de Cristo e o levítico

O sacerdócio levítico deixou de prover uma relação adequada entre os homens e Deus, visto ser transitório.

Se a perfeição espiritual fosse adquirida mediante a Lei, então não haveria necessidade de outro sacerdócio além do arônico. Antes de sua organização, já se previra outro tipo de sacerdócio, sendo que qualquer mudança também implicaria em alteração na lei mosaica (v. 12), pois esta estabelecia uma tribo sacerdotal apenas, a de Levi. Ora, nosso Senhor procedeu da tribo de Judá (vv. 13,14).

O sacerdócio segundo a ordem de Melquisedeque é eterno, imutável, em conformidade com o tipo (vv. 15-17). A idoneidade para a posição de sacerdote no sistema levítico dependia de genealogia precisa, aptidão física e pureza cerimonial. Tal sacerdócio não podia ser eterno e não passava de algo "segundo a lei do mandamento carnal", enquanto o sacerdócio de Cristo é "segundo a virtude da vida incorruptível" que estava nEle.

E, desde que o sacerdócio prometido é diferente do sacerdócio levítico, vê-se que os dois são incompatíveis e independentes um do outro. Uma vez estabelecido o novo sacerdócio, não há mais razão para existir o primeiro. O sacerdócio levítico nada aperfeiçoou, mas o sacerdócio melhor, o de Cristo, realmente conduz o homem à comunhão perfeita com Deus (vv. 18,19).

Outro fato notável é que o sacerdócio levítico foi instituído sem juramento. Já o sacerdócio de Cristo foi solenemente juramentado, como testemunho de seu caráter imutável e ininterrupto no que respeita ao seu desempenho pelo próprio Cristo. Os sacerdotes levíticos morriam! Cristo vive eternamente! Por essa razão ele pode "salvar perfeitamente", expressão que significa "salvar totalmente" ou "ao máximo" (vv. 20-25).

4. A qualidade superior do sacerdócio de Cristo

Cristo é o sacerdote ideal, capacitado para suprir a necessidade de cada crente, em razão de:

a. Ser em verdade o "Rei da Justiça" (v. 2), alguém que possui perfeita excelência moral, sem mancha ou imperfeição (v. 26). A compaixão para com o pecador não significa que Cristo tenha experimentado pecado. Pelo contrário, a compaixão é imensurável exatamente porque Ele conheceu o poder da tentação e a venceu. Quem cede à tentação ainda não a conhece em sua força máxima.

b. Sendo imaculado, Cristo não precisava oferecer sacrifícios por si. Possuía condições para servir de antítipo dos cordeiros sacrificados nos antigos rituais. Era o sacrifício perfeito pelos pecados dos homens (v. 27).

c. Os sacerdotes levíticos eram homens fracos, mas o sacerdote "segundo a ordem de Melquisedeque" é o Filho perfeito, para sempre (v. 28). Nós, sendo imperfeitos e pecaminosos, carecemos de um Sumo Sacerdote permanente que seja "imaculado" e perfeitamente provido de todas as condições necessárias, tanto pela vontade divina como pela experiência humana (2.17; 5.1-10). Assim, Ele pode suprir todas as nossas necessidades, oferecendo-se a si mesmo em nosso lugar.

VIII - O Novo Santuário e a Nova Aliança (Cap. 8)

Antes de considerar detalhadamente a obra sacerdotal de Cristo (cap. 9; 10.1-18), o autor apresenta um panorama geral, quanto à natureza, da relação entre o novo santuário (8.1-6) e a Nova Aliança (8.7-13).

1. O novo santuário

O autor inicia o argumento dizendo: "Quanto ao assunto em discussão, este ponto é principal (a essência do

que temos dito) porque agora possuímos um Sumo Sacerdote, e Ele já está exercendo a obra sacerdotal condigna à sua posição no santuário celeste". Este santuário foi divinamente estabelecido sobre o trono da Majestade nas alturas (vv. 1,2).

A obra de Cristo como Sumo Sacerdote, nas regiões celestiais, de maneira nenhuma poderia cumprir-se na Terra, pois no tempo em que foi escrita a epístola ainda havia uma ordem sacerdotal (ultrapassada,contudo ainda funcionando) estabelecida pela lei mosaica. Uma vez que Cristo não pertencia à tribo de Levi (7.13,14), naturalmente não podia atuar com eles (vv. 3,4).

Além disso, o sistema terrestre não passava de "figura e sombra" das coisas celestiais que têm seu pleno cumprimento em Cristo (vv. 5,6).

2. A Nova Aliança

O sistema levítico baseava-se numa aliança que até os profetas reconheceram imperfeita e transitória, pois falavam do propósito divino de estabelecer uma nova. Se a primeira fosse perfeita, não haveria procura por uma segunda aliança (v. 7). Daí entendemos que havia no coração do povo santo que viveu no Antigo Testamento um senso de insatisfação. Procuravam algo superior. E essa aliança melhor já fora prometida, como provam as Escrituras (Jr 31.31-34; Ez 36.25-29; vv. 8-12).

Características da Nova Aliança:

• Inclui todo o povo da Antiga Aliança – Israel e Judá – e mais os gentios (v. 8).

• É distinta da Antiga Aliança, instituída no tempo do Êxodo (v. 9), através da qual Deus ordenou uma nação, em tudo separada e exclusiva, para testemunho do seu poder. A nação de Israel veio servir de tipo à "nação santa" (assim representada pela Igreja, 1 Pe 2.9) que seria levantada por meio da Nova Aliança.

• Possui características positivas, de ordem espiritual e subjetiva. Sua eficiente operação transformaria o coração daqueles que cressem, de um modo tão definitivo que os mandamentos fariam parte da personalidade deles (v. 10).

• É universalmente eficaz em favor de todos os povos, incluindo a "casa de Israel", de quem o Senhor seria individualmente conhecido (v. 11).

• Apóia-se na graça de Deus, suficiente para prover um perdão absoluto. O pecado seria removido até da memória divina (v. 12).

A Nova Aliança não é apenas "melhor" e fundamentada sobre melhores promessas. Além disso, ela substitui sua predecessora, envelhecida e revogada (v. 13). Neste versículo (veja Introdução, Ocasião e Data) o autor já indica que os últimos vestígios da Antiga Aliança – a celebração dos rituais no Templo em Jerusalém, num espírito de incredulidade –, estavam prestes a desaparecer. De fato, Jerusalém e o Templo com todo seu ritual foram destruídos no ano 70 d.C., fato que cumpriu à risca a profecia de Cristo concernente ao Templo (Mt 24.1,2).

IX - O Antigo e o Novo Sistema: a Expiação Segundo a Lei e a Expiação de Cristo (Cap. 9)

Tendo apresentado o santuário mais elevado e celestial e a Superior Aliança (8.1-13), o autor agora passa a compará-los com o sistema levítico. Primeiramente, descreve de modo reverente a disposição do antigo santuário (o Tabernáculo e sua mobília, bem como os privilégios restritos e limitados do sacerdócio anterior, vv. 1-10). Em seguida, faz um contraste com a expiação efetuada pelo Sumo Sacerdote, da Nova Aliança, que terá seu desfecho glorioso na ocasião da segunda vinda de Cristo (vv. 11-28).

1. O Santuário e os sacerdotes sob a Antiga Aliança (9.1-10)

1.1. O Tabernáculo: suas partes e mobília (vv. 1-5). Antes de tratar o assunto das glórias do sacerdócio de Cristo, o autor apresenta em retrospecto o ministério levítico, descrevendo o Tabernáculo com seus dois compartimentos, o Lugar Santo e o Santo dos Santos, ou Santíssimo. Havia algo de belo e majestoso nessa antiga economia de culto e serviço sacerdotal que, pelo contraste, enaltece a glória da nova ordem cristã.

1.2. O serviço sacerdotal do Tabernáculo (vv. 6,7). Os sacerdotes diariamente entravam no Lugar Santo, mas somente o sumo sacerdote entrava no Santo dos Santos e isto acontecia apenas uma vez por ano, no Dia da Expiação, quando oferecia sangue expiatório pelos pecados seus e do povo.

1.3. As lições colhidas das restrições (vv. 8-10). Sob a ordem mosaica, entendia-se que não havia livre acesso à presença de Deus. Somente uma vez por ano, e isso por meio dum representante, não sem sacrifício cruento, podia o homem aproximar-se de Deus. A lição que aprendemos é que, devido ao pecado, o propósito do homem, de acercar-se diretamente de Deus, é definitivamente frustrado – e a ordem levítica não resolvia em absoluto o problema. Toda a economia levítica era provisória, não passando de sombra ou tipo da realidade celestial. Os sacrifícios anuais jamais poderiam resolver o problema da consciência. Era um sistema provisório, aguardando um tempo de "reforma" ou de "correção" – uma ocasião melhor.

2. A expiação da Nova Aliança (9.11-22)

O tempo de reforma introduz um santuário melhor, um sacrifício eficiente e uma salvação mais completa. O

serviço do sumo sacerdote judaico no Dia da Expiação representava o clímax do sistema levítico. Nesse dia, todo ano, ele entrava na presença divina, num Tabernáculo terreno, levando o sangue expiatório de animais. Sob a Nova Aliança, Cristo, "o sumo sacerdote dos bens futuros", entrou uma vez para sempre no próprio tabernáculo celestial, levando o seu próprio sangue como expiação (vv. 11,12).

O sangue de touros e cabras efetuava apenas purificação ritualística e simbólica, de alcance limitado, mas o sangue de Cristo, oferecido como sacrifício espiritual e vivo, executa a purificação interior, que traz comunhão com o Deus vivo (vv. 13,14).

O bispo Westcott observa os seguintes ítens pelos quais o sangue de Cristo é superior, partindo da análise de seu sacrifício, que foi:

a. voluntário, ao contrário dos sacrifícios exigidos pela Lei;

b. racional, e não como o dos animais (irracionais);

c. espontâneo, e não em obediência a ordens superiores;

d. moral, como oferta de si próprio por ação do supremo poder nEle residente (o Espírito Eterno), pelo qual mantinha comunhão com Deus. Não seguiu meramente um rito, um esquema predeterminado. Não! Ele detinha os mais puros motivos.

Em razão da eficácia absoluta do sangue de Cristo em efetuar a purificação interna, Cristo tornou-se o Mediador da Nova Aliança, que preconiza exatamente esse tipo de purificação (v. 15; cf. 8.8-12). "O valor real dos sacrifícios do sistema do Antigo Testamento, como tipos, consistia em seu cumprimento, como antítipo, na morte de Cristo. Seu valor está no fato de que são tipos de Cristo. Dessa maneira, o sacrifício expiatório de Cristo é

a base da salvação de todos os crentes, quer dos tempos antes da cruz, quer depois" (Robertson).

Ao interpretar os versículos 16-22, deparamos com a palavra grega *diatheke*, cujo sentido geral em todas as epístolas é "aliança". O autor, contudo, a fim de ilustrar a necessidade da morte da vítima para a expiação, introduz no versículo 16 um segundo sentido, o de "testamento" e "testador". Cristo seria o "testador" que deixou para seus discípulos um precioso documento legal, o seu "testamento", que entrou em vigor com sua morte. O autor considera a felicidade eterna como "herança" da morte de Cristo. Como prova da necessidade da morte de Cristo, ele cita ainda o caso da aliança mosaica ter sido sancionada com sangue. A introdução da idéia de "testamento" nesse texto aparentemente influenciou os tradutores da Vulgata Latina a traduzir, através do Novo Testamento, o vocábulo *diatheke* por "testamento". Da Vulgata Latina passou a várias outras traduções, em diversas línguas (*Léxico de Thayer*, p. 137).

Westcott assim interpreta a passagem: "Uma aliança imutável implica morte. Não no sentido que o testador 'deva morrer', mas sim que sua morte 'seja trazida ao conhecimento', 'apresentada', 'introduzida no processo' ou 'posta em evidência'. Aquele que celebra a aliança é, para os devidos fins, identificado com a vítima por cuja morte representativa a aliança costuma ser ratificada. No caso da Nova Aliança, Cristo representou, *em si mesmo e a um só tempo*, tanto o Deus que revela (por meio de e em Cristo) a grandeza do seu divino amor como a completa e voluntária sujeição da humanidade. Cristo foi um representante legítimo tanto da palavra empenhada por Deus como do compromisso humano. Uma aliança celebrada nessas condições não poderia falhar. A fraqueza e a instabilidade dos homens já não figuravam no caso. O pensamento expresso na vítima representativa tornou-se um

fato eterno. Um pacto solene firmou-se, com base no sacrifício, como é o caso de todas as alianças entre Deus e os homens (cf. Gn 15.8-20). A morte da vítima, supunha-se, dava validade ao pacto, como afirma o texto em apreço".

A declaração do versículo 18 confirma-se na forma pela qual foi estabelecida a aliança mosaica (vv. 19-22; cf. Êx 24). Seus termos foram declarados ao povo (Êx 24.3), que os aceitou plenamente. A seguir, foram levantados um altar e doze monumentos, sendo oferecidos holocaustos e ofertas pacíficas (Êx 24.4,5). Metade do sangue foi aspergida sobre o altar e a outra metade sobre o povo (Êx 24.6,8). Os sacrifícios foram oferecidos pelos jovens de Israel, representando a plenitude da vida do povo (Êx 24.5). Ainda não haviam sido dadas as ordenanças do sacerdócio levítico, mas a celebração da Aliança e sua ratificação pelo povo representava a totalidade da revelação de Moisés, cujos detalhes subseqüentes Deus faria conhecer através de juízos e ordenanças.

3. O santuário celeste purificado pelo sacrifício de Cristo (vv. 23-28)

Havendo o autor se apartado do assunto principal para esclarecer o pleno significado do "sangue" (vv. 16-22), ele agora regressa ao pensamento indicado em 9.11,12. O santuário celeste exigia uma purificação melhor do que a provida pelo sistema levítico. As cópias das coisas celestiais podiam ser purificadas com sacrifícios de animais, mas essas mesmas coisas celestiais exigiam um sacrifício melhor. O grande erudito Delitzsch escreve: "Uma vez que a cidade celestial de Deus, com seu Lugar Santíssimo, está destinada a receber um povo vinculado a Deus através de aliança, a fim de ali chegar à perfeita comunhão com Ele, então a culpa desse povo contaminou as coisas sagradas, tanto quanto as terrenas. Só poderão ser purificadas pelo

mesmo sistema indicado pela lei mosaica para as coisas terrenas, com esta diferença: que o sangue seja não de um sacrifício imperfeito, mas perfeito".

"Sob a Antiga Aliança o derramamento de sangue era simbólico, e a morte do instituidor era simbólica e através de substituto. Na ratificação da Nova Aliança, Cristo mesmo foi a vítima. O verdadeiro poder purificador do seu sangue é conseqüência de Ele ter oferecido seu Espírito Eterno" (Vincent). Em virtude desse sacrifício, Ele agora comparece à presença de Deus como nosso representante sacerdotal (vv. 23,24).

O sacrifício de Cristo, por causa de seu infinito valor e de sua natureza uma vez para sempre eficaz, jamais precisará ser repetido, como o foram os sacrifícios típicos do Dia da Expiação. *O sacrifício de Cristo tratou o assunto do pecado como princípio* ("para aniquilar o pecado" é que se manifestou), enquanto os sacrifícios levíticos tratavam das transgressões individuais (vv. 25,26).

Ao terminar a expiação levítica, o sumo sacerdote novamente aparecia entre o povo (Lv 16.24). Assim também Cristo. Tendo sofrido de uma vez para sempre as conseqüências do pecado, voltará ao lugar onde realizou seu sacrifício, a Terra, isento de qualquer ônus pecaminoso, na qualidade de Juiz de todos os homens, completando a salvação para todos "que o esperam" (vv. 27,28).

X - Os Sacrifícios Antigos e o Novo: a Eficácia Permanente do Sacrifício Único de Cristo (10.1-18)

1. Os sacrifícios da Lei são insuficientes para remover o pecado (vv. 1-4)

O fato de os sacrifícios mosaicos serem repetidos demonstra que não podiam levar à perfeição. Se fossem

espiritualmente eficazes, tal repetição seria desnecessária (vv. 1,2). Quando contempladas com realismo, entendemos que foram planejados para expressar uma necessidade, a qual não supriram (v. 3), e que, devido à natureza deles, jamais poderiam fazê-lo (v. 4).

2. O único sacrifício válido: oferecido por Cristo (vv. 5-10)

Os versículos 1-4 demonstram a deficiência dos sacrifícios levíticos. Agora, em contraste, vê-se a eficiência total do sacrifício de Cristo. O autor emprega a linguagem de Salmos 40.6-8, cujas palavras são atribuídas ao Messias, na encarnação (pela qual vem ao mundo na condição de Salvador). A obediência à vontade divina, que o salmista coloca em contraste com os sacrifícios mosaicos, significa o sacrifício único de Cristo. Com efeito, o autor assim descreve a oração do Messias: "Tu, ó Deus, não desejas o sacrifício de animais, mas preparaste o meu corpo como sacrifício único. Portanto, vim para cumprir a tua vontade, como de mim foi predito, pelo sacrifício de mim mesmo" (Vincent).

O sacrifício de si mesmo foi um ato de plena e voluntária submissão à vontade do Pai, não que este o constrangesse, mas porque assim o deliberara em seu próprio espírito, num ato de obediência e grande dignidade moral. Foi particularmente a expressão de sua vontade pessoal, não obstante ser também a vontade do Pai (vv. 5-9).

Pela vontade de Deus, expressa no sacrifício de Cristo, "temos sido santificados" na oferta de sua vida, "uma vez por todas" (v. 10).

3. A total eficácia do sacrifício de Cristo (vv. 11-14)

Nos versículos 11-14 há um contraste muito interessante no uso das palavras "aparece... ministrando" (em

pé, v. 11) e "está assentado" (v. 12). A primeira expressão indica o serviço contínuo dos sacerdotes levíticos, incapazes de realizar a verdadeira purificação do pecado. A segunda fala de uma obra consumada, que satisfaz totalmente as exigências de Deus. Deus reconheceu a obra no Calvário, exaltando o Filho, que assumiu uma posição de igualdade no trono da Majestade divina. Cristo outrora ocupava essa posição, da qual se destituíra quando veio ao mundo (Fp 2.6); agora, Ele a recupera por ter sido vitorioso no Calvário. Nesse trono, Cristo aguarda a vitória definitiva e certa, a seu tempo. Ganha a guerra, aguarda apenas que "seus inimigos sejam postos por escabelo de seus pés" (v. 13).

Sua oferta "uma vez por todas" realizou o que os antigos sacrifícios deixaram por fazer. O versículo 10 revela um fato muito importante: a obra consumada e perfeita de Cristo está completando diária e constantemente a obra de santificação ainda inacabada na vida do crente. Não somente a posição do crente "em Cristo" está completa (santificação posicional – em Cristo somos todos santos), como também a obra do Calvário opera um desenvolvimento (santificação progressiva – amadurecimento espiritual) na vida da pessoa, que a faz conformar-se cada vez mais à imagem de Cristo.

O Espírito Santo testifica que a obra perfeita de Cristo é o cumprimento da profecia a respeito da Nova Aliança, registrada no capítulo 31 de Jeremias e mencionada em Hebreus, no capítulo 8. A parte essencial dessa aliança é o *perdão dos pecados* já não há mais necessidade de qualquer outra oferta propiciatória. *O perdão já é um fato consumado* (vv. 15-18).

XI - Lições Práticas – Apropriação e Aplicação à Vida (10.19–13.25)

Havendo estabelecido seu ponto de vista doutrinário sobre a relação entre Cristianismo e judaísmo, sombra e

substância, o autor passa à aplicação prática da verdade. Ele apresenta os privilégios (10.19-25); avisa contra a vacilação (10.26-39); encoraja através de exemplos (cap. 11); exibe a grandeza das responsabilidades e esperanças cristãs (cap. 12); e exorta todos ao amor e à prática das boas obras (cap. 13). Os privilégios devem ser usufruídos, as obrigações, cumpridas. A fé não se destina à mera especulação, mas à vida. Devemos abrir mão de todas as consolações do sistema levítico, pois falta nenhuma fazem e entram em competição com a obrigação cristã (Westcott).

1. O privilégio de adentrar no Santo dos Santos (10.19-25)

Pela eficácia do sangue de Cristo temos um meio de aproximação, uma porta de entrada à presença divina (v. 19). É um novo e vivo caminho através da encarnação, "isto é, pela sua carne" (v. 20). Temos também disponível um Advogado (pessoa), "um grande sacerdote sobre a casa de Deus" (v. 21). Portanto, devemos nos valer desses gloriosos privilégios e exercer nosso direito de acesso à presença de Deus com coração sincero, em plena certeza de fé e com a consciência limpa. A expressão "o corpo lavado com água limpa" (v. 22) pode ser uma referência tanto ao batismo cristão, oposto às abluções cerimoniais dos sacerdotes judaicos (cf. 1 Pe 3.21; Ef 5.26; Tt 3.5), como ao processo espiritual de santificação que tão completamente purifica aquele que a Cristo entrega corpo, alma e espírito.

"O versículo 23 exorta-nos a guardar firme a 'confissão da esperança'. A palavra esperança realça os objetivos especiais da fé a serem realizados no futuro. A esperança dá forma e realidade à confiança absoluta da fé. A fé repousa integralmente no amor de Deus, e a esperança antecipa que Deus cumprirá de um modo especial as suas promessas" (Westcott).

O verbo "estimular" no versículo 24, no original grego é *paraxuno*, cujo significado aparece às vezes nas traduções associado ao substantivo "paroxismo" ("ataque", "acesso", "ímpeto", "auge", "apogeu") para dar a idéia de incitar, instigar, motivar. Devemos, pois, estimular uns aos outros não à represália e à retaliação (lei de talião), mas ao amor e às boas obras (a lei de Cristo).

Já naquele tempo, alguns dos crentes judeus costumavam ausentar-se dos cultos públicos (v. 25), hábito muito perigoso também nos nossos dias. É incalculável o valor da exposição da Palavra, a comunhão dos crentes e as exortações ouvidas durante as reuniões. Negligenciar os cultos é correr perigo de desviar-se da fé. A expressão "vai se aproximando aquele Dia" refere-se à segunda vinda de Cristo, dia que trará juízo a Israel. Mas ao mesmo tempo podemos notar que o Espírito Santo, usando o verbo "vedes", apontava os distúrbios políticos da Palestina nessa época. Os leitores hebreus lembrar-se-iam que Cristo profetizara a destruição do Templo (Mt 24.1,2) e notariam os sinais de distúrbio que culminaram na Guerra dos Judeus e a destruição de Jerusalém, no ano 70 d.C., por Tito e as legiões romanas.

2. Aviso contra a apostasia (10.26-31)

O pecado voluntário que ameaçava os hebreus consistia em abandonar o Cristianismo e voltar ao judaísmo. Não há nenhum sacrifício em favor dos que apostatam da fé em Cristo – pela alma do homem só existe um único sacrifício, o de Cristo (v. 26). Ora, se o sacrifício de Cristo é definitivo, também é o último. Rejeitá-lo voluntariamente implica "uma certa expectação horrível de juízo e ardor de fogo" (v. 27). O autor não limita a eficácia da obra de Cristo em favor do penitente. Essa passagem deve ser estudada em conjunto com o capítulo 6.4-8.

Sob a Antiga Aliança, quem desprezasse a Lei de Moisés era punido com a morte (v. 28). O mesmo princípio está em vigência, e com maior rigor ainda, para quem apostatar da fé, pois constitui afronta a Cristo e à eficácia do seu sangue e um insulto ao Espírito Santo, através de quem a graça de Deus se manifesta. Sobre os tais pesa o juízo de Deus, do qual ninguém pode escapar (vv. 29-31).

3. Encorajamento pelas experiências do passado (vv. 32-39)

Após as palavras de aviso vêm as de encorajamento, do mesmo modo que na passagem de 6.4-8. Eles haviam experimentado muitos sofrimentos, demonstrando grande coragem durante as perseguições e socorrendo uns aos outros nos momentos de angústia (vv. 32,33). Sem dúvida, a referência concerne aos primeiros dias das perseguições contra a Igreja na Palestina (cf. At 8.1ss).

Eles haviam sido muito corajosos durante esses dias de perigo e perdas materiais. Alguns haviam sido aprisionados, e receberam o apoio e consolação dos demais (v. 34). Agora, são exortados a não rejeitar a confiança demonstrada no princípio, se é que pretendiam alcançar a promessa, perseverando em fazer a vontade de Deus. Para tanto uma virtude se fazia necessária: a paciência, sem a qual não poderiam resistir até o fim. O autor recomenda que se mantenham firmes, pois é grande o galardão de quem demonstra confiança e persistência (vv. 35,36).

Dentro de pouco tempo aquEle "que há de vir virá". Ele consumará toda a esperança do seu povo (v. 37). Durante o tempo de espera, o crente é sustentado em sua vida espiritual pela fé nas promessas de Deus. Não convém ser covarde numa hora dessas! Sejamos valorosos, cristãos intrépidos que causem prazer ao coração de Deus,

permanecendo firmes até se completar a plenitude da nossa salvação (vv. 38-39).

XII - Encorajamento pelas Vitórias da Fé (Cap. 11)

O autor, neste capítulo, destaca a fé como sendo a grande característica e o denominador comum do verdadeiro povo de Deus em todos os tempos (cf. 10.38,39). Ele menciona detalhadamente os heróis da fé que viviam sob a Antiga Aliança e cujos exemplos nos incentivam a sermos leais a Deus, hoje.

O versículo 1 é muitas vezes citado como uma definição de fé, porém na realidade é mais uma explicação das características da fé. Em poucas palavras, a fé é simplesmente confiança em Deus e na sua Palavra (cf. Rm 10.17). Parafraseando o versículo, poderíamos dizer: "A fé significa que somos confiantes; temos a certeza (algo que serve de base ou apoio a qualquer coisa, como um alicerce, um fundamento, uma promessa ou contrato) daquilo que esperamos receber, a convicção da realidade das coisas invisíveis".

Foi com essa atitude de fé que, naquele tempo, os heróis enfrentaram o futuro e aprenderam as coisas invisíveis. Os antigos alcançaram testemunho e o próprio Deus também testificou da fé que possuíam, a qual superou todos os obstáculos, sendo seus feitos registrados na Bíblia como homens de fé (v. 2).

A crença em Deus como Criador de todas as coisas do Universo é imprescindível para a vida de fé, qualquer que seja sua manifestação (v. 3). "Por isso, em primeiro lugar, o autor declara essa ação primária da fé, pela qual chegamos à plena certeza de que o mundo – a História e as eras – não resultou do acaso; é uma resposta à expressão da vontade de Deus" (Westcott).

Três grandes heróis da fé dos primórdios da história bíblica encabeçam a lista:

1. Abel (Gn 4.2-7)

Abel ofereceu a Deus literalmente "mais" sacrifício do que Caim. Aos olhos de Deus teve maior valor (v. 4). A interpretação geral sobre a razão da aceitação dessa oferta é que Abel sacrificou os primogênitos do rebanho, reconhecendo dessa forma o *princípio* revelado por Deus a seus pais, de que para estar na sua presença era preciso o sacrifício de uma vida.

As Escrituras não especificam de que maneira Deus revelou o seu agrado pela oferta de Abel e o desagrado pela de Caim. Uma lenda, até hoje corrente entre os muçulmanos, relata que fogo desceu do céu e consumiu o sacrifício. Sabemos que, na ocasião da inauguração do Tabernáculo no deserto e do Templo de Salomão, Deus mandou fogo sobre o altar.

2. Enoque (Gn 5.22-24)

Enoque destaca-se como exemplo do verdadeiro destino do homem, que é ter comunhão com Deus. Ele viveu em meio a uma civilização que materialmente se desenvolvia muito, o que geralmente resulta na perda da perspectiva eterna, mas ele agradou a Deus por seu "andar" espiritual diante dEle. E, em determinado dia, Deus o conduziu diretamente à sua presença, sem que experimentasse a morte (v. 5).

A fé é a condição essencial para agradar a Deus ou ter comunhão com Ele. O homem que se aproxima de Deus como adorador terá de "crer" (isto é, ter fé) que Deus existe e exerce o governo moral do Universo (v. 6).

3. Noé (Gn 6.14,22)

Noé recebeu uma revelação especial de Deus relativa ao dilúvio que se avizinhava e, pela fé, esse "pregador da justiça" alertou os antediluvianos da iminência duma fatalidade tão inexorável. A própria arca, construída longe do mar, sem dúvida despertou muitos comentários jocosos, mas aos mesmo tempo destacou a fé impávida desse homem de Deus. Assim ele, "divinamente avisado" acerca de acontecimentos que ainda não se viam e sendo temente a Deus, condenou o mundo e se tornou herdeiro da justiça que vem da fé (v. 7).

Num estudo resumido como o nosso, é impossível fazer uma exposição mais completa das experiências desses grandes vultos da fé. Portanto, examinaremos apenas algumas das várias características desses homens.

4. Os patriarcas (vv. 8-22)

4.1. Abraão (vv. 8-19). A vida de Abraão destaca a fé caracterizada pela obediência. Foi um homem que confiou plenamente em Deus, saindo de sua terra (Ur dos caldeus) para um lugar desconhecido. Sua fé demonstrou muita renúncia. Como peregrino em Canaã, esperou com paciência no Senhor, na expectativa de residir permanentemente numa cidade que Deus lhe daria. Demonstrou, assim, a *paciência da fé* (vv. 9,10). Mas não guardou a fé só para si – comunicou-a à esposa incrédula, Sara. Desse casal saiu uma posteridade inumerável (vv. 11,12). Por tais atitudes ele demonstrou a influência da fé sobre outrem.

Os patriarcas viveram vidas de fé e confiança nas promessas de Deus até o fim, fé que descansava na obediência integral ao Senhor e olhava para além das coisas terrenas, aguardando a realização das promessas (vv. 13,14).

A fé de Abraão foi duramente provada pelo Senhor, quando, em aparente contradição com sua promessa de lhe dar através do seu filho Isaque (Gn 21.12) uma semente inumerável, o mesmo Senhor lhe exige sacrificá-lo como holocausto, aquele a quem tanto Abraão amava. Abraão não vacilou em obedecer, superou a prova e recebeu de volta o seu filho, agora amado mais do que nunca, como se tivesse "ressuscitado dentre os mortos". Foi a fé da entrega total (vv. 17-19).

4.2. Isaque (v. 20). Isaque contemplava pela fé eventos de um remoto porvir, segundo as palavras da bênção de Jacó (cf. Gn 27.28,29). Ele por fim aceitou (Gn 27.33) a substituição do seu propósito pessoal pelo de Deus porque, julgando conferir a "bênção da primogenitura" a Esaú, contrariava a predição divina que dizia: "O mais velho servirá ao mais moço" (Gn 25.21-23). Jacó era o mais moço; Esaú, o mais velho.

4.3. Jacó (v. 21). A bênção de Jacó marcou época no cumprimento da promessa divina. José, seu filho, pela justa providência ocupou, quanto à bênção da primogenitura, a posição de Rúben, que profanara o leito de seu pai (Gn 35.22; 49.3,4). Deliberadamente, Jacó abençoou o filho mais moço de José, Efraim, antecipando a grande nação posteriormente conhecida como o Reino do Norte, que herdou coletivamente o seu nome: Israel (Gn 48.14).

4.4. José (v. 22). O juramento que José exigiu de seus filhos por ocasião de sua morte (Gn 50.24,25), concernente à remoção dos seus ossos para Canaã, evidencia sua fé na promessa de Deus a Abraão, Isaque, e Jacó, seu pai. Era uma fé de âmbito tanto pessoal quanto nacional. Ele contemplava pela fé a independência política do seu povo e reivindicava para si a participação no seu futuro.

4.5. Moisés e seus pais (vv. 23-29). Moisés, o primeiro redentor, assim como Abraão, o pai dos fiéis, ocupa lugar de destaque na lista dos heróis da fé. Não sabemos

se seus pais receberam qualquer revelação de Deus a respeito do futuro do filho, mas sabemos que eram piedosos. Alguém já sugeriu que algo em sua fisionomia despertara a esperança de seus pais quanto ao seu destino. Estes, pedindo de Deus a proteção, não temeram as ordens do ímpio Faraó (v. 23).

Quando chegou o tempo, a fé dos pais evidenciou-se no filho, a quem Deus chamou para libertar seu povo. Sob o favor especial e pessoal da ilustre princesa Hatsepsute, filha de Tutmose I, mulher que na realidade dominou o trono durante os reinados de Tutmose II e Tutmose III, Moisés foi educado "em toda a ciência dos egípcios", tornando-se "poderoso em suas palavras e obras" (At 7.22). O historiador judeu Josefo informa que Moisés comandou um exército egípcio e sitiou a cidade de Meroé nas proximidades da junção do rio Nilo Azul com o rio Nilo Branco (Marston). A princesa Hatsepsute adotou Moisés como seu próprio filho e sem dúvida planejou para ele a sucessão ao trono. Porém Moisés, "quando grande", deliberadamente escolheu recusar todas as honras de sua benfeitora, identificando-se com o destino do seu próprio povo. Ele conhecia as promessas divinas concernentes ao destino do seu povo e contemplou com confiança o futuro, aguardando seu cumprimento (vv. 24-26).

O versículo não se refere ao êxodo do Egito, mas sim à fuga de Moisés à terra de Midiã depois de matar o feitor egípcio. Alguém entendeu que Êxodo 2.14, onde está dito que Moisés "temeu", constitui uma contradição à fé que ele sempre demonstrou. A interpretação válida é que, no interesse do seu povo, Moisés enfrentaria a própria morte; na verdade, ele não temia o rei (v. 27). Foi a falta de fé do seu povo, a quem ele queria libertar, que o obrigou a retirar-se. Quando saiu do Egito, ele não estava "temendo a ira do rei". Assim procedeu pela fé no Deus

invisível (mas sempre presente), aguardando o momento oportuno de agir (v. 27).

"Pela fé ele tem instituído a Páscoa" (literal). O tempo perfeito do verbo grego denota uma cerimônia ou ato contínuo. O sacrifício do cordeiro e a aspersão do sangue constituíram uma grande prova de fé e ao mesmo tempo um golpe decisivo nas superstições dos egípcios (v. 28).

A fé do líder foi comunicada aos israelitas, e estes obedeceram à ordem de "avançar"! Atravessaram o mar Vermelho a pé enxuto! Os egípcios, ao tentarem fazer o mesmo, morreram afogados (v. 29).

4.6. Josué (v. 30). A destruição de Jericó demonstra a persistência da fé. Investir contra a cidade-fortaleza parecia a maior loucura. A marcha em volta dela, realizada diariamente, pressupunha um fracasso. Bem poderiam ter desistido, mas persistiram até que se cumpriu a Palavra do Senhor. Jericó caiu! (v. 30).

4.7. Raabe (v. 31). Os habitantes de Jericó e toda a região em volta ouviram falar dos feitos do Deus de Israel (Js 5.1), mas somente Raabe, a meretriz, aguardou confiante a vitória de Israel e obteve para si um lugar entre o povo de Deus. Ela demonstrou a presciência da fé (v. 31).

4.8. A fé demonstrada na vida nacional (v. 32). A entrada em Canaã encerrou um ciclo de disciplina na história de Israel. O autor apresenta agora, em resumo, os nomes e proezas de outros grandes heróis da fé. A relação apresentada estende-se até ao tempo dos macabeus (175 a 164 a.C.), quando se deu a última luta nacional decisiva dos judeus antes do nascimento de Jesus.

5. Esboço dos eventos (v. 32)

5.1. Gideão (Jz 7). O relato do triunfo glorioso daqueles trezentos escolhidos sobre uma multidão imensa de

midianitas. Gideão fez prova de Deus, e uma vez obtida a resposta não temeu, mas foi avante e derrotou os inimigos.

5.2. Baraque (Jz 4). Orientado por Débora, a profetisa, Baraque subiu à peleja com dez mil homens e impôs fragorosa derrota às hostes de Jabim, o opressor de Israel, cujo ponto culminante foi a morte do famoso general Sísera pelas mãos duma mulher de fibra chamada Jael.

5.3. Sansão (Jz 13–16). As freqüentes derrotas dos filisteus, tanto na vida quanto na morte deste nazireu, testifica do cuidado de Deus em prover ao povo juízes que pudessem livrá-los dos inimigos (geralmente identificados com os povos pagãos dos arredores). Apesar de se deixar vencer pela sensualidade, Sansão arrependeu-se e voltou a ser usado por Deus.

5.4. Jefté (Jz 11). Jefté, "o gileadita, valente e valoroso, porém filho duma prostituta" (Jz 11.1), que obteve vitória sobre os amonitas, é conhecido também por um voto precipitado que recaiu sobre sua filha única, e do qual não pôde se furtar (Jz 11.30-40).

5.5. Davi. O relato das vitórias que Deus deu a Davi, homem segundo o seu coração, rei de cuja casa viria o Messias, é longo demais, pelo que nos limitaremos em trazê-lo à memória. O autor da epístola, igualmente, se limita a citá-lo.

5.6. Samuel. A vida deste homem, profeta e sacerdote de Deus desde a juventude até a velhice, é uma história impressionante de intimidade e fiel obediência a Deus. Note o significado de 1 Samuel 3.10: "Fala, porque o teu servo ouve" e 1 Samuel 9.15: "Porque o Senhor o revelara aos ouvidos de Samuel, um dia antes que Saul viesse". Samuel usufruía de uma intimidade ímpar com Deus, que se comprazia em lhe revelar seus desígnios e o fazia de forma audível, diretamente.

5.7. Os profetas. Exemplos vivos, ainda que mortos às vezes por causa de sua fidelidade à voz de Deus, das múltiplas operações da fé (em cumprimento ao propósito divino). Estes podem ser chamados de cooperadores de Deus, em tudo obedientes.

Nos versículos que se seguem, 33-38, podemos identificar certos personagens bem como eventos específicos registrados na história sacra, marcados pela vitória obtida mediante a fé. Esta fé resultou em grandes vitórias materiais, sucesso no exercício de governos, recompensas espirituais, libertações diversas, demonstrações de força e coragem e, inclusive, triunfo sobre a morte.

No versículo 33 identificamos *Daniel* (Dn 6). No versículo 34, *Sadraque, Mesaque e Abede-Nego* (Dn 3) e *os príncipes macabeus*. No versículo 35, podemos contemplar a insistência da *mulher sunamita* (2 Rs 4) e a coragem de *uma mãe e seus sete filhos*, mortos um após o outro, na presença dela, pelos agentes do rei Antíoco Epifânio, da Síria (cf. o livro apócrifo de 2 Macabeus, cap. 7).

Nota: Embora não consideremos os "livros apócrifos" como divinamente inspirados ou como parte do cânon das Escrituras, contudo são muito valiosos como fonte histórica, pois relatam acontecimentos ocorridos nos "quatrocentos anos de silêncio" entre o Antigo e o Novo Testamento, principalmente relacionados ao povo de Deus nessa época.

6. Conclusão geral do capítulo 11 (vv. 39,40)

Todos os eventos registrados na história bíblica revelam que a prova da fé dependia da vontade de Deus. Ele é quem, desde o passado, pode ver o fim de todas as coisas. Deus está constantemente realizando seu propósi-

to de estabelecer uma família redimida naquela "cidade cujos fundamentos" Abraão contemplava. Assim, em cada dispensação concedeu a seu povo luz suficiente para manter-se íntegro e permanecer firme no caminho do Senhor.

Dentre os santos, tanto da Antiga como da Nova Aliança, Ele está constituindo a grande família da fé, que é primeiro provada. Os santos da Antiga Aliança não viram realizados em seus dias todas as promessas de Deus. E mesmo nós, apesar dos privilégios exclusivos (v. 40), ainda aguardamos o cumprimento de muitas promessas. Mas, enquanto estivermos aqui, Deus permanecerá nos orientando para a perfeição, mediante as maravilhas de sua divina presença e comunhão.

XIII - Cristo Jesus, o Grande Exemplo, o Príncipe e Aperfeiçoador da Fé (Cap. 12)

Os cristãos hebreus tinham à sua disposição muito mais vantagens que as permitidas aos heróis que os antecederam. O autor se compara, juntamente com seus irmãos em Cristo, a atletas disputando uma corrida, ao redor dos quais está aquela numerosa platéia enfileirada, como nas arquibancadas de um grande estádio. As testemunhas da grande prova são justamente os heróis da fé cujos feitos estão registrados no capítulo 11. Tomando o exemplo desses homens das gerações anteriores, o autor procura nos encorajar a correr a boa corrida da fé e ganhar, pela resistência e coragem, o prêmio que nos é oferecido (vv. 1-4).

O encorajamento está no contemplar o próprio Senhor. Novamente (v. 3) entra a solene admoestação para "considerar" a Jesus Cristo, exposta em 3.1. Ele "correu" a carreira que lhe estava proposta e ganhou o prêmio,

servindo agora como grande exemplo e incentivo à fé. Daí o dever de "considerar", levar em conta, estimar, atentar para Jesus, "autor e consumador da fé" (v. 2).

Portanto, tal como a Cristo, há uma carreira proposta ao povo de Deus, um alvo a ser alcançado, um caminho a ser percorrido. Jesus Cristo é o Príncipe, o Líder e o Aperfeiçoador da fé; aquEle que não se embaraçou com as coisas materiais e visíveis desta vida, pois contemplava a eternidade, sabendo discernir o valor das coisas que se não viam. Tal deve ser a nossa paciência. A luta de Cristo foi até à morte, e ele a venceu. Animados por seu exemplo poderemos fazer o mesmo.

1. A consolação de sermos filhos de Deus (12.5-13)

O autor passa a lembrar aos cristãos hebreus um fato muito importante: o sofrimento é essencialmente disciplina, uma correção que se impõe aos filhos, oriunda do amor divino. É prova da nossa inclusão nos privilégios filiais e de nossa preparação para ocupar uma posição de responsabilidade na família de Deus (v. 5,6).

Todo verdadeiro pai às vezes castiga seus filhos. Alguns poderiam pensar que, sendo filhos de Deus, automaticamente estavam isentos de qualquer sofrimento. No entanto, o caso é bem outro. Se estivessem isentos de sofrimento, isto provaria não serem filhos de Deus (v. 7,8).

A disciplina de Deus serve como reconhecimento de uma filiação em tudo superior à terrena (v. 9) e visa alcançar um fim muito mais nobre – a participação no maior de seus atributos, a santidade (vv. 9,10). Será mais fácil tolerar a disciplina se a pessoa contemplar o resultado final das provas: "o fruto pacífico de justiça" (v. 11).

A disciplina, portanto, é uma necessidade. Não obstante causar dor, ela produz um grande bem. Assim, o cristão deve suportar a correção com alegria, encorajar os irmãos em Cristo que se acham sob sofrimento, quando este é parte de uma disciplina e nunca ser causa de tropeço ao irmão mais fraco (vv. 12,13).

2. Aviso contra o fracasso e a apostasia (12.14-19)

O cristão deve "perseguir" (literalmente) a paz como quem caça um animal, tratando-se de suas relações gerais com os homens (v. 14). Contudo, sua preocupação principal deve ser a santidade. As relações mútuas entre cristãos exigem muita cautela para que nenhum elemento estranho ("raiz de amargura") à nossa fé, uma vez brotando, contamine a igreja com sua impureza (v. 15).

O cristão, individualmente, também deve cuidar de si e não praticar a imoralidade, pela qual pode contaminar os demais. Há que se atentar para o perigo de alguém falhar por desconsiderar a bênção de Deus, como o fez Esaú, o "profano". Este é um exemplo clássico de alguém que ocupava um lugar de privilégio filial, por nascimento, e que jogou tudo fora por um prazer momentâneo. Na barganha ele (per)deu algo de valor inestimável (permanente, incorruptível, eterno) – a primogenitura –, em troca duma insignificância – um manjar. Os hebreus, por sua vez, como os "primogênitos da igreja", estavam a ponto de trocar as bênçãos da promessa por coisas efêmeras como as cerimônias do Templo. A paz com o judaísmo comprometia a santidade cristã, e esse era um caminho sem volta, um ato sem direito a arrependimento (Westcott – vv. 16,17).

3. Caráter e obrigações da Nova Aliança (vv. 18,19)

Esta seção apresenta nitidamente as características das duas alianças, resumindo tudo no uso das palavras "terrível", aplicada à Lei (v. 21), e "graça" (v. 28), aplicada ao Reino inabalável de Cristo. Em conformidade ao tema geral da epístola, enfatiza a verdade de que quanto maiores os privilégios, maiores as responsabilidades.

Nos versículos 18-24 observa-se o contraste entre a posição dos cristãos, hoje, e a dos israelitas, quando receberam a lei mosaica. Estes chegaram a uma cena em que a presença divina causou-lhes pavor, inclusive a Moisés, seu líder. Mas o cristão não experimenta essa sensação terrível que os israelitas provaram junto ao monte Sinai. Pelo contrário, ele chega ao monte e à cidade de Deus, ao trono da graça e ao lar que Deus preparou para seu povo, no meio do qual Ele habita. Também aqui anjos e homens não estão mais separados, como no Sinai, formando antes uma única e extensa assembléia (cf. Ap 5.11-13).

A expressão "universal assembléia", do versículo 23, no original grego evoca o sentido de uma reunião festiva, uma ocasião de jubilosa celebração. Aqui, miríades de anjos e homens redimidos são arrolados como cidadãos da comunidade celestial onde se congregam, de todas as dispensações, na presença de Deus, o Juiz de todos.

Contudo, Deus não é contemplado como um Juiz que está para pronunciar sentença. Uma vez que o sangue do seu Filho havia ratificado a Nova Aliança e tornado operativas suas provisões, o pecado foi removido. Este "precioso" sangue clama por misericórdia e perdão, e não por vingança, como o de Abel (v. 24).

"Para os apóstatas, as conseqüências agora são terríveis, pois os terrores de Sião são maiores que os do Sinai – e estes eram muito grandes" (A. T. Robertson). Israel rejeitara uma dispensação terrena. Deus falara na Terra através de um mediador, Moisés. Agora, em caráter final, fala do Céu pela voz de um Mediador maior, Jesus. O tremor de terra sentido no Sinai era apenas um símbolo do tremor muito maior, não só da Terra como também dos céus; tremor que é final e assinala o estabelecimento de um novo sistema, este sim inabalável (vv. 25-27).

Ora, uma vez que nós, cristãos, somos herdeiros de um "Reino [eterno] que não pode ser abalado, retenhamos [constantemente] a graça [gratos a Deus], pela qual sirvamos a Deus agradavelmente com reverência e piedade [santo temor]" (v. 28).

Jeová é o Deus de ambas as alianças, mas uma vez revelado em Cristo, oferece todos os privilégios da "aliança melhor" (vv. 22-24). O que muitos não suspeitam é que a ira divina continua consumindo, como fogo todo aquele que rejeita os privilégios e desperdiça as provisões da graça (v. 29).

XIV - O Amor e as Boas Obras (Cap. 13)

Os primeiros 12 capítulos formam um tratado doutrinário completo, intercalado com avisos e exortações. O capítulo 13 é notavelmente de ordem prática e, em certo sentido, pessoal, pois revela os sentimentos e traços típicos do autor.

1. As obrigações sociais (vv. 1-6)

O amor entre os irmãos pode ser comparado à "vara" que segurava as tábuas recobertas de ouro do antigo Tabernáculo, servindo para dar unidade ao recinto em que se manifestava a divina presença. O amor do cristão

para com seu próximo é universal. Que esse amor continue sempre entre nós (v. 1).

Há uma possibilidade de que o grupo de cristão hebreus a quem foi endereçada a epístola consistisse de pessoas abastadas e influentes, que facilmente poderiam cair em tentação e na cobiça do luxo e do amor ao dinheiro (cf. 13.5). Nesse tempo era uma necessidade que houvesse hospitalidade particular, devido à falta de hotéis. A hospitalidade não é necessariamente uma virtude cristã, mas de qualquer maneira a sociedade cristã deve provê-la (v. 2).

De modo prático, o cristão deve procurar socorrer quem precisa dele, seja tal necessidade resultado de perseguição ou decorrente das circunstâncias adversas da vida (v. 3).

Os avisos sobre o caráter sagrado do matrimônio eram especialmente oportunos, devido à facilidade do divórcio entre os judeus, uma vez sancionado pelos mestres da escola do grande rabino Hillel (Westcott). Deus julgará e condenará as violações dos laços matrimoniais, quer dos solteiros que vivem em fornicação, quer dos casados que praticam adultério, independente de qual seja a opinião tolerante da sociedade na época. Como é necessária essa mesma exortação para os dias atuais! (v. 4).

O versículo 5 enfatiza que devemos nos contentar com o que possuímos, tendo paz de espírito, uma vez que Deus promete jamais nos abandonar. Sejam quais forem as circunstâncias da vida, essa promessa nos dá total garantia do cuidado de Deus, o que é fortemente enfatizado pelo Espírito Santo. No original grego do versículo 5 são empregados cinco negativos, os quais literalmente traduzidos assim se lêem: "Eu *não*, *não* te desampararei ("não soltando a minha mão sobre ti"); *nunca*, *não*, *não* te deixarei para trás ou te abandonarei". Que promessa importante para esses dias de depressão e angústia espiritual! (A. T. Robertson).

Sendo assim, qual não deve ser a nossa confiança em enfrentar as condições mais adversas, tendo o Senhor como aquEle a quem podemos recorrer para receber socorro! (v. 6; cf. comentário sobre 2.18).

2. As obrigações religiosas pessoais (vv. 7-17)

A maneira como os deveres religiosos são apresentados dá a entender que havia um espírito de divisão entre os hebreus. O autor manda que se lembrem dos primeiros guias espirituais, os fundadores da Igreja, que lhes trouxeram a Palavra de Deus (v. 7), "a fé dos quais" deviam imitar, atentando para a maneira como viviam entre eles. Em que se baseava sua fé? *No fato de ser Jesus o Messias*, aquEle que é sempre o mesmo (v. 8). "Jesus deve ser para você hoje o que foi para eles ontem e o que será eternamente para as hostes celestiais – o Cristo, o Messias" (Vincent). Ele é imutável, e jamais será substituído por ninguém! Aleluia!

Sem dúvida, à luz do contexto mais extenso da Epístola aos Hebreus e do contexto imediato do versículo 9, as "doutrinas várias e estranhas" (literalmente, de "várias cores") eram aquelas que negavam ser Jesus o Messias e visavam a coisas externas, às observâncias cerimoniais da Lei, representadas por "alimentos", em contraste com a graça de Deus, que pode dar estabilidade ao coração. É possível também que surgissem certas novidades doutrinárias, que sempre cativam certas pessoas pelo simples fato de serem novidades. Quando sopram esses ventos de doutrina, somente estará firme de coração quem tiver experimentado a graça de Deus em Cristo (v. 9 – Robertson).

O "altar" do versículo 10 é um altar espiritual e cristão, que expõe a maneira certa de aproximar-se de Deus e do qual os adeptos da Antiga Aliança e da velha economia não têm direito de participar. Os dois sistemas são

mutuamente incompatíveis. Os corpos dos animais, cujo sangue se levava para dentro do Santo dos Santos no Dia da Expiação, eram queimados fora do arraial de Israel, simbolizando a ira de Deus que desceu sobre Cristo quando este foi feito pecado sobre a cruz, levando sobre si a maldição de Deus e sendo por Ele desamparado (v. 11).

A fim de "santificar" ("apresentar santo") o povo perante Deus, Cristo foi morto "fora da porta" de Jerusalém, isento de qualquer conexão com a religião judaica, desprezado e rejeitado pelos homens e afastado de toda formalidade, exterioridade e hipocrisia da Lei (v. 12).

O lugar para os seguidores de Cristo, então, é junto a Ele, do lado de fora, desprezados e não reconhecidos pelo mundo. Que todo cristão, judeu ou gentio, possa segui-lo em sua rejeição, pois é uma bênção tomar nossa cruz e ir ao seu encontro, associando-nos a Ele em sua separação do pecado, do mundo e das religiões vazias. Que possamos nos encontrar com o Cristo ressuscitado e glorificado, o Cristo que agora mesmo habita naquela "cidade permanente", "futura", e que também buscamos (vv. 13,14).

3. O sacrifício do crente-sacerdote

Existe um sacrifício ou oferta de gratidão que o crente pode estar constantemente oferecendo: o "sacrifício de louvor", a expressão do coração cheio de júbilo e gratidão a Deus pela abundância de sua graça para conosco (v. 15).

Também podemos oferecer-lhe a evidência externa e prática desse louvor servindo ao nosso próximo. A palavra "comunicação" (traduzida por "administração" em 2 Co 9.13 – ARC) significa no original grego "contribuição", e constitui uma das formas de se praticar a beneficência cristã (v. 16).

4. A obediência do crente-sacerdote

Esta seção inicia com uma referência aos líderes da igreja (v. 7) e assim também se encerra (v. 17). Da primeira vez, o autor ordenara aos crentes reconhecerem com gratidão os seus pais na fé, os fundadores da igreja, que possivelmente haviam já falecido, procurando seguir-lhes o exemplo. Agora, ele manda *que obedeçam àqueles que estão atualmente na direção*, seus pastores. Tais homens não eram aventureiros inescrupulosos, mas homens de Deus, cônscios de sua responsabilidade pastoral perante Deus e a igreja. Portanto, que não lhes causassem tristeza, comportando-se como ovelhas desgarradas, pois isso não lhes seria proveitoso (v. 17).

5. Conclusão e instruções pessoais (vv. 18-25)

Ao chegar às derradeiras palavras da epístola, é muito difícil não nos convencermos de que seja Paulo o seu autor. A linguagem é nitidamente paulina; contudo um homem culto e capacitado como Apolo também poderia tê-la escrito. O uso do pronome "nós" tanto pode indicar o plural "literário" como se referir a outras pessoas que estivessem presentes com o autor.

As orações dos outros cristãos nos ajudam muito, uma vez que temos a certeza de consciência tranqüila, sinceridade de motivos e vida consentânea (v. 18). O versículo 23 exclui a possibilidade de o autor estar preso ao escrever a epístola. Portanto, o pedido que faz no versículo 19 significa que não estava com os hebreus ou por enfermidade ou por força das circunstâncias.

A oração e bênção dos versículos 20 e 21 são uma expressão sublime do ardente desejo do autor. O cumprimento de tal bênção, em resposta à sua oração, resultariam na realização máxima "das coisas que se esperam" (11.1). E suas palavras representam ainda uma declara-

ção de fé, abordando a expiação, a ressurreição, a providência divina, a santificação e a glória futura.

"Rogo-vos, porém, irmãos, que suporteis a palavra desta exortação" é o *post-scriptum* do autor, tendo passado revista no que acabara de escrever. Olhando em retrospecto, ele sente que a brevidade do seu argumento sobre tais temas, tão importantes, merece a mais séria consideração (v. 22).

Nada se sabe sobre as circunstâncias aludidas pelo autor no versículo 23. Se foi Paulo o autor e Timóteo veio a Roma, atendendo a um pedido dele, conforme 2 Timóteo 4.11-13, então possivelmente Paulo foi liberto da prisão ou absolvido em alguma causa.

A saudação do versículo 24 pode significar o seguinte: "Aqueles que estão na Itália enviam saudações da Itália", ou: "Os crentes italianos presentes com o autor enviam saudações do lugar onde a epístola foi escrita" (v. 24).

"A graça seja com todos vós. Amém!"

Comentário Bíblico

Gálatas, Filipenses, 1 e 2 Tessalonicenses e Hebreus

Frank M. Boyd

Este livro não é um simples comentário bíblico.

É um devocional dirigido às igrejas e aos crentes em particular. Tendo em vista os problemas enfrentados pelos gálatas, filipenses, tessalonicenses e judeus cristãos, Frank M. Boyd contextualiza as epístolas enviadas a estes crentes, tornando-as imprescindíveis aos crentes atuais.

Autor
Frank M. Boyd, professor de Teologia no Colégio Bíblico Central, em Springfield, Missouri, EUA, é autor de *Luz Bíblica sobre as Profecias* e *Carta aos Coríntios.*

ISBN 85-263-0066-0